

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 25 • Nº 9 • SETEMBRO 2005 • R\$ 12,00



São Paulo planta a agricultura do futuro

Inovação e alta tecnologia são as marcas do campo paulista, que abre novos caminhos, como a agroenergia

CRÉDITO RURAL
Mudanças
no modelo

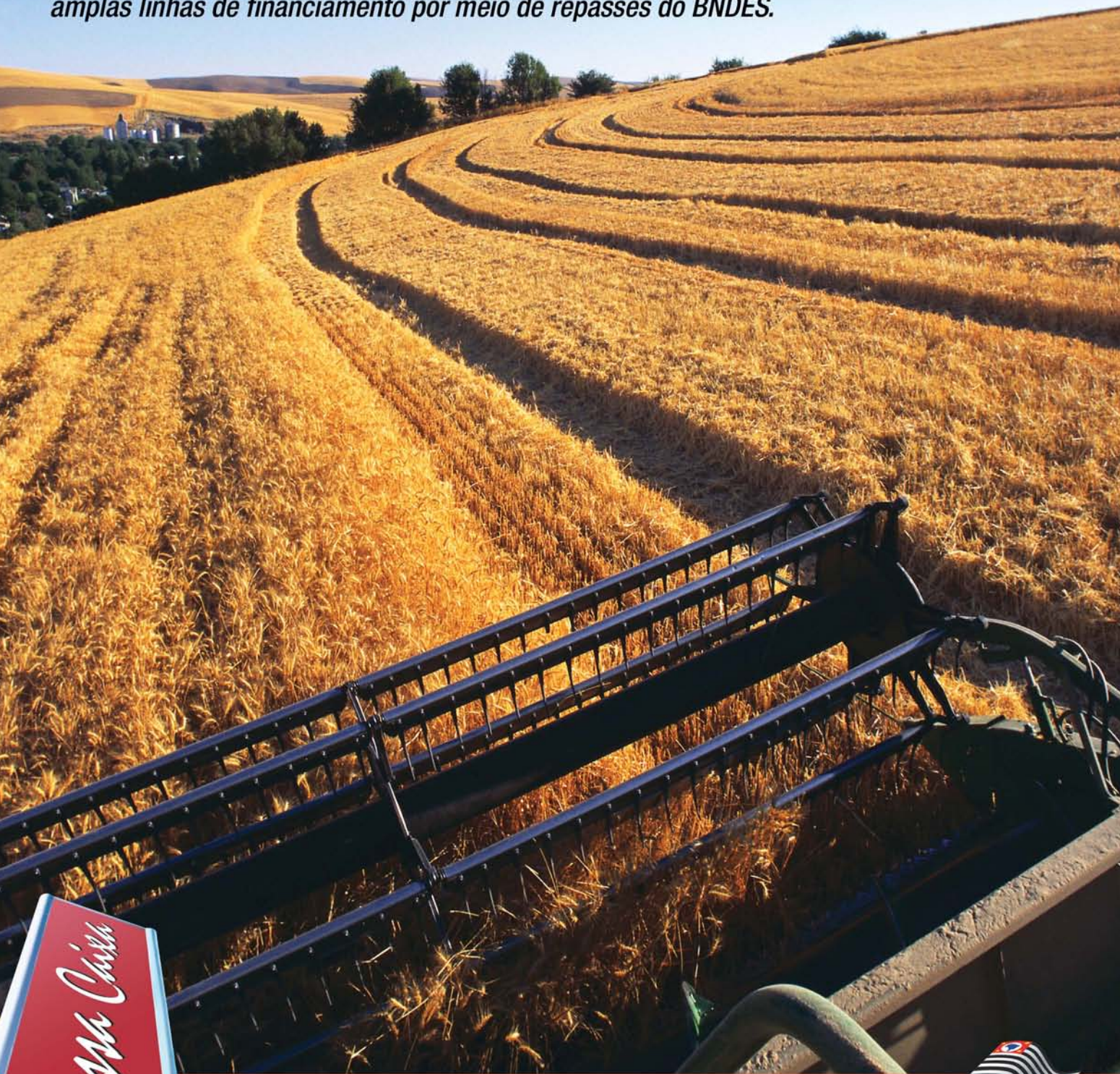
COMÉRCIO
O desafio de
Lamy na OMC

RASTREABILIDADE
Nova estrutura
muda o mercado

Nossa Caixa & Agronegócios

Recursos para você colher resultados.

A Nossa Caixa é o agente exclusivo do FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista, um programa da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, e oferece amplas linhas de financiamento por meio de repasses do BNDES.



Nossa Caixa

www.nossacaixa.com.br



Faça como
os grandes
bancos,
investidores
institucionais e
empresas:

Assine
FGVDADOS Premium.

agência3, agência do ano da ABP

Com o FGVDADOS Premium você tem acesso, pela primeira vez, aos itens componentes dos índices que formam o Índice Geral de Preços - IGP, no seu nível máximo de detalhamento. São cerca de 18 mil novas informações a cada mês, relativas à taxa de variação dos preços dos itens e demais componentes do IPA, IPC (inclusive IPC-S) e INCC. Combinadas, essas informações possibilitam muito mais eficiência na previsão das variáveis macroeconômicas e na tomada de decisões estratégicas.

Segurança, agilidade e credibilidade na hora de se posicionar no mercado.

(21) 2559-6087
fgvdados@fgv.br
www.fgvdados.com.br



Agricultura de SP passa longe da crise

DA REDAÇÃO

"A maior plataforma agrícola do País", assim o secretário Duarte Nogueira define a força do campo paulista. "São Paulo respondeu por 17,3% de tudo o que a agricultura nacional produziu no ano passado. O valor da produção agropecuária paulista, ou seja, o antes da porteira, atingiu em 2004, R\$27,1 bilhões", diz o secretário da Agricultura e do Abastecimento.

Engenheiro agrônomo, Duarte Nogueira foi deputado estadual, líder do Governo na Assembleia Legislativa e secretário da Habitação no governo Covas (95/96).

Para ele, a acentuada diversificação do campo paulista, a sua principal característica, fez com que a agricultura de São Paulo ficasse à margem da crise que atinge hoje o agronegócio brasileiro.

"Temos uma agricultura com vários C – cana, café, citros, celulose –, e todos esses produtos atravessam uma fase de bons preços, ao contrário do que ocorre com os grãos. Isso demonstra que a diversificação é um grande negócio para a agricultura", diz.



**"A grande
força paulista
está na
agregação
de valor
aos produtos
agrícolas"**

Agroanalysis – O senhor participou recentemente da assinatura da Declaração Internacional de Produção Mais Limpa do PNUMA (Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente) na Fiesp. O que isso representa para a agricultura de São Paulo?

Duarte Nogueira – Criada em 1998, a Declaração conta com 1.700 signatários. A adesão às propostas da Declaração Internacional de Produção Mais Limpa representa um maior envolvimento do governo paulista. Temos trabalhado com afinco para o desenvolvimento de tecnologias e sistemas limpos. A nossa produção agropecuária se preocupa com a preservação ambiental. São Paulo foi o primeiro Estado do País a contar como uma lei que prevê a eliminação gradativa da queima da palha da cana. Também foi o primeiro a ter uma câmara setorial para os biocombustíveis, que reúne todos os elos das cadeias produtivas envolvidas na produção de formas alternativas de energia limpa e renovável. Mais ainda: a Secretaria de Agricultura também se preocupa com o melhor aproveitamento do solo, o controle de erosão e a proteção aos mananciais.

Agroanalysis - O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas também segue essa linha?

Duarte Nogueira - Ele é resultado de uma parceria entre o go-

verno do Estado e o Banco Mundial. É um programa voltado ao pequeno produtor, que já está presente em mais de 470 municípios. O programa propõe o desenvolvimento sustentável, por meio de práticas conservacionistas. Incentiva o controle da erosão dentro das propriedades rurais e ao longo dos rios. Técnicos da Secretaria orientam os agricultores a sempre manterem a cobertura vegetal no solo, de forma a aumentar a infiltração da água de chuva, além de promoverem a recuperação das matas ciliares. Outras técnicas incentivadas são o plantio direto e a adubação verde. O sistema de plantio convencional do Estado de São Paulo será o plantio direto. Hoje, temos no Estado cerca de 1,5 milhão de hectares cultivados nesse sistema. E o nosso objetivo é chegar a 3 milhões nos próximos cinco anos.

Agroanalysis - Uma das principais características da agricultura paulista é a sua diversificação. Aqui se planta e se colhe de tudo: flores, plantas ornamentais, alcachofra, uva, mamão, coco, além de produtos de exportação — café, açúcar, álcool, suco de laranja e carne bovina —, que se transforma

ram nesta safra na salvação da lavoura, diante da forte queda dos preços dos grãos. São Paulo escapou da crise agrícola?

Duarte Nogueira - São Paulo tem 248 mil km², o equivalente a 24,8 milhões de hectares. Desse total, temos 18 milhões agricultáveis. E destes, 10 milhões de hectares têm pastagens, 7 milhões têm culturas agrícolas e 1 milhão tem florestas plantadas. Plantamos grãos, fibras, frutas, café, cana. E estamos abrindo novas frentes para a agricultura, como a agroenergia. De cada dez copos de suco de laranja tomados no mundo, cinco saem de São Paulo. E praticamente metade das despesas para produzir um litro de suco de laranja é trabalho de defesa vegetal para manter o pomar sadio e fiscalizar a ocorrência de pragas e doenças. Temos 211 milhões de árvores de laranja e, anualmente, 18 milhões de pés sadios têm que ser repostos.

Agroanalysis - Qual é o peso do agronegócio na economia paulista?

Duarte Nogueira - São Paulo é a maior plataforma agrícola do País. Responde por 17,3% de tudo o que a agricultura nacional produziu no ano passado. O valor da produção agropecuária paulista, ou seja, aquilo antes da porteira, atingiu em 2004 R\$27,1 bilhões.

A grande força paulista está na agregação de valor aos pro-

**"O agronegócio
do Estado
representa mais
de 25% dos
embarques
brasileiros
do setor"**

"O governo de São Paulo contratou 382 novos pesquisadores este ano"



valor das exportações do agronegócio vem registrando crescimento nos últimos anos.

Agroanalysis - Como estão as ações na área de defesa sanitária animal?

Duarte Nogueira - Pelo segundo ano consecutivo, o Brasil será o maior exportador de carne bovina do mundo. São US\$3 bilhões em receita somente com a carne bovina. São Paulo vai completar dez anos sem o registro de focos de febre aftosa, resultado de um bom trabalho na campanha de vacinação e do monitoramento das fronteiras.

Agroanalysis - São Paulo tem grande tradição na pesquisa agrícola e no desenvolvimento de novas tecnologias. Instituições como os Institutos Agrônomo, Biológico e de Zootecnia contribuíram para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro. O governo paulista vem investindo nessa área?

Duarte Nogueira - A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) reúne os Institutos Agrônomo, Itai, Biológico, de Zootecnia, IEA, de Pesca e mais 15 Pólos de Desenvolvimento Regional. Sua missão é produzir e transferir conhecimentos e tecnologias para o campo. Temos 930 pesquisadores científicos e 1.245 profissionais de apoio. Recentemente, o governo de São Paulo contratou 382 novos pesquisadores para atuação dentro da Apta. A maior contratação de uma só vez na história da Secretaria. ■

dutos agrícolas. Além de responder por 32% das exportações totais do Estado, o agronegócio paulista representa mais de 25% dos embarques brasileiros do setor. Dados recentemente divulgados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) mostram que as exportações do agronegócio paulista aumentaram 19,9% nos primeiros sete meses de 2005, em comparação ao mesmo período do ano passado. Os embarques do setor, de janeiro a julho deste ano, somaram US\$6,56 bilhões. Os números desse levantamento ates-

tam mais uma vez a importância do agronegócio paulista para o superávit da nossa balança comercial. No total brasileiro, as exportações agrícolas cresceram cerca de 9%, enquanto São Paulo, de janeiro a julho deste ano, embarcou quase 20% a mais que nos primeiros sete meses de 2004. Se compararmos o comércio exterior do agronegócio paulista com o do agronegócio brasileiro, as exportações de São Paulo representaram 25,4%. Temos mostrado também uma grande capacidade em agregar valor a nossos produtos. A participação dos produtos industrializados no

Uma safra de incertezas

O plantio da safra de grãos 2005/06 começa cercado de incertezas. Se a produção física pode até aumentar, a retração da área cultivada é dada como certa, como também deverá cair o padrão de tecnologia nas lavouras. A queda nas vendas de sementes, fertilizantes e defensivos é um indicador dessa situação. Tudo isso é reflexo direto do recuo da renda do campo em função da comercialização bastante fraca na última da colheita.

O cenário futuro também não é muito promissor. As margens continuarão apertadas, principalmente para a soja, carro-chefe da produção vegetal. O câmbio valorizado penaliza a remuneração do produtor, pois o preço da *commodity* tem formação externa, com grande peso da Bolsa de Chicago. A boa notícia é a perspectiva de que as importações chinesas devam continuar firmes, com possibilidade até de crescimento.

É no complexo da carne, representado pela avicultura, bovinocultura e suinocultura, que se depositam as maiores esperanças. Os embarques prosseguem de vento em popa, sem reversão no movimento dos fortes aumentos registrados nos últimos anos. No presente exercício, as divisas carregadas para o Brasil deverão ultrapassar a expressiva soma de US\$8 bilhões.

Os esforços para a erradicação da febre aftosa constituem o exemplo mais emblemático do sucesso de uma política pública praticada durante várias décadas. Acontece que as chamadas pandemias exigem prontidão e uma postura de alerta constante. Qualquer vacilo pode ser fatal e provocar enormes prejuízos. O avanço da gripe asiática no mundo, que chegou às Américas Central e do Norte após se alastrar na parte extrema do continente asiático, coloca em estado de apreensão todos os grandes países produtores de frango, como no caso do Brasil.

A rastreabilidade é outro passo importante para a cadeia produtiva da pecuária. Em curto

prazo, definições importantes deverão ser incorporadas. Representantes da Comissão Europeia de Proteção da Saúde e do Consumidor debatem normas de rastreabilidade animal com o MAPA para a retomada das discussões sobre o processo de reestruturação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov). O prazo para execução é exíguo: 2006.

Esta edição traz ainda os valores recorde das exportações agroindustriais do País. Também destaca a mudança na secretaria geral da Organização Mundial do Comércio, com a posse do francês Pascal Lamy. Será que ela representa um mudança vigorosa a ponto de chacoalhar a Rodada de Doha, cujo ciclo encerra no final do ano?

Na parte da legislação, as discussões sobre Reserva Legal (RL) e as Áreas de Preservação Permanente (APPs) representam assuntos oportunos. Até pouco mais da metade do século passado, a política fundiária estimulava o desmatamento, até mesmo em áreas críticas, para controle de enfermidades. Agora, surge o desafio de adequar a legislação para compatibilizar os percentuais exigidos de RL com aquelas, de fato, existentes. Muitas terras em produção teriam de ser desativadas, com impacto negativo para a safra e para a renda do campo. Quanto ao cumprimento das APP, o consenso predomina entre promotores, juizes, agricultores e ecologistas.

O destaque da edição é o caderno sobre a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. São registros importantes para mostrar a ação empreendedora e de mudança do governo paulista para fazer frente aos novos desafios das cadeias produtivas. O preparo das instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, na constituição e formação de parcerias e no aparelhamento de infra-estrutura, prestação de serviços, dentre outras iniciativas, mostra como o agronegócio estadual encara as oportunidades e ameaças dos novos tempos. ■



Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano

DIRETOR DO IBRE/FGV: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano

EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfoury Aidar

EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza

FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO

REDATOR: Bruno Blecher

ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)

REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTO DE VENDA: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar - tel.: (11) 3281-3220; e fax: 3281-7891.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Domelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Domelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ermano Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella

SUPLENTE: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Jacob Palis Jr., José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio

VICE-PRESIDENTE: Pedro José da Matta Machado (Klabin Imãos & Cia.)

VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martin Gases Indústrias Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Apolônio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil-IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Duarte (Souza Cruz SA), Raul Calfat (Votorantin Participações SA), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

SUPLENTE: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marino (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Titto Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia SA); Unibanco (União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



4

ABRE ASPAS



Agricultura de São Paulo passa longe da crise

Antônio Duarte Nogueira Júnior, secretário da

Agricultura do Estado de São Paulo

7

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

Uma safra de incertezas

12

MACROECONOMIA

A surpresa do crescimento

Rogério Mori

14

COMÉRCIO INTERNACIONAL

De novo, a disputa do açúcar

Construir consensos, desafio de Lamy na OMC

Maria Helena Tachinardi

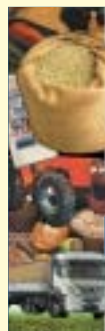


17

FLORES

De olho no mercado internacional

Ikuyo Kiyuna, José Alberto Ângelo e Paulo José Coelho



18

SAFRA 2005/06 Incertezas no plantio

Exportação em ritmo recorde

Saldo comercial do Brasil está acima do dos EUA

Os impactos dos baixos preços na oferta

Gervásio Castro de Rezende e Mauro Virgino de Sena e Silva

FERTILIZANTES Bom desempenho em 2004

Evaristo Marzabal Neves



25

PECUÁRIA

Novo modelo de rastreabilidade

Previsão de preços na
pecuária paulista

Eder Pinatti

Expectativas para o confinamento

Alcides de Moura Torres Jr.
e Ana Alice Vasconcellos

30

QUALIDADE

Rastreabilidade nas
cadeias agroindustriais

Angela Pellegrino Missaglia



31

ENERGIA

A força do
bagaço de cana

Angela Pellegrino Missaglia



32

PESQUISA
E TECNOLOGIA

A lei de inovação

José Venâncio de Resende



34

CRÉDITO RURAL

Mudanças no modelo

Carlos José Caetano Bacha
Gustavo de Souza e Silva

Os novos instrumentos
de financiamento do
agronegócio

39

SEGURO

Pontapé inicial



40

GESTÃO

Recursos humanos para
o agronegócio



42

CONTRATOS

Crédito agrícola e
sistema jurídico

Luciana Florêncio
de Almeida, Décio
Zylbersztajn e Érica Gorga

44

LEGISLAÇÃO

Reserva legal em contra-senso

Luiz Augusto Germani

46

MERCADO FUTURO

Cresce a "família"
agrícola na BM&F



ESPECIAL

São Paulo: diversificação
com alta tecnologia

Com o apoio dos institutos de
pesquisa e da assistência técnica,
os produtores paulistas fazem
do campo um grande negócio

A G R O

VACA DO BERTIN PARTICIPA DA COW PARADE



Em fibra de vidro, a Vaca Fazendinha, uma das atrações da Cow Parade em São Paulo, tem 50 quilos, 3 metros de comprimento e 1,70 m de largura. Nela, foram instaladas 70 miniaturas de vaquinhas e bezerros. A vaquinha, elaborada pela estilista Cris Schaeffer e pelo designer gráfico Fabiano Carvalho, foi patrocinada pelo grupo Bertin. Ela ficará exposta no Terminal 2 de Desembarque no Aeroporto de Guarulhos até 6 de novembro, quando então será levada a leilão.



TODA A FORÇA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A 2ª AGRIFAM - Feira Estadual da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural, realizada na cidade de Agudos (SP) em agosto último mobilizou 18 mil pessoas. A feira é uma iniciativa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (FETAESP). Estima-se que foram fechados R\$3 milhões em negócios, sendo R\$ 1 milhão por meio do Pronaf.



PELOTAS DESENVOLVE PÓLO DO PÊSSEGO

Pelotas (RS) iniciará em outubro a safra de pêssegos. A cidade gaúcha, desde 1998, se transformou em um pólo produtor de pêssegos em conserva, com o apoio do Sebrae. Hoje, Pelotas tem 12 indústrias que, juntas, respondem por 85% da produção de frutas em conservas do Brasil. Entre outubro e janeiro, na época de safra, as empresas empregam cerca de 3.500 pessoas. A produção chega a 40 milhões de latas de conserva/ano.

ASSINE

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

**e participe da publicação
que melhor acompanha
o agronegócio**

0800 770 88 81

ABCZ DISCUTE PECUÁRIA SEM BARREIRAS

Especialistas em marketing, certificação de alimentos, mercado internacional, biotecnologia e ambiência vão discutir em Uberaba (MG) como a pecuária deve enfrentar as barreiras econômicas e sanitárias lá fora. Esse é o tema do 6º Congresso Brasileiro das Raças Zebuínas, promovido pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), de 6 a 9 de novembro.

A MAIOR EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE NELORE

Até o próximo dia 2 de outubro, Uberaba está sediando a maior exposição mundial de gado Nelore, no Parque Fernando Costa. A Expoinel terá 19 leilões, além de julgamentos de Nelore e Nelore Mocho. O ponto alto da exposição é a Premiação do Ranking Nacional ACNB 2004/2005, que acontecerá no dia 1º de outubro.

O RANKING DOS IMPORTADORES DO BIFE BRASILEIRO

A Rússia foi o principal comprador de carne bovina brasileira de janeiro a agosto último, com US\$364 milhões. Seguem o Egito (US\$192 milhões) e a Holanda (US\$140 milhões).

O bife brasileiro conquistou novos mercados, este ano, como a Argélia e a Bulgária. Mas mesmo com a previsão de vender US\$3 bilhões em carne bovina no mercado internacional, o pecuarista brasileiro continua reclamando dos baixos preços. No mercado paulista, o preço do boi, à vista, foi de R\$53,6 por arroba em julho deste ano, valor bem inferior aos R\$61,5 por arroba

de julho do ano passado. "São valores nominais. Se considerarmos a inflação, a perda é ainda maior", diz Antenor Nogueira, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).



COMO FAZER PÓS-GRADUAÇÃO NO INSTITUTO AGRONÔMICO

Engenheiros agrônomos e agrícolas, biólogos e demais profissionais que desenvolvam atividades nas áreas agrônômica e ambiental são o público-alvo do curso de Pós-Graduação do Instituto Agrônômico (IAC). Com duração máxima de 24 meses, o curso é dividido em três áreas de concentração: Gestão de Recursos Ambientais, Melhoramento Genético Vegetal e Tecnologia da Produção Agrícola. Mais informações no site: www.iac.sp.gov.br.

BNB NA FRUTICULTURA

O Banco do Nordeste aplicou, nas três últimas décadas, mais de R\$152 milhões em 170 projetos de pesquisa e difusão tecnológica relacionados com fruticultura, floricultura e olericultura. A produção de flores e frutas vem registrando intenso crescimento no Nordeste.

CAMPO MAIS LIMPO

Números divulgados pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) mostram que a devolução de embalagens de agrotóxicos cresceu 23% este ano em relação a 2004. Os Estados que mais destinaram embalagens foram Paraná, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul, que, juntos, representam 77% do total devolvido em todo o País.

PLANTIO DIRETO

64 milhões
de hectares

são cultivados no mundo no sistema de plantio direto; no Brasil a área estimada é de

20 milhões
de hectares

MEIO AMBIENTE

“Quando o Brasil demonstra vontade política de proteger a Amazônia, ele é capaz de fazê-lo”

Editorial do jornal norte-americano *The New York Times*, em 13/09/2005, com o título de "Uma Amazônia Mais Saudável", que cita dados sobre a redução de queimadas e desmatamentos na região

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

A surpresa do crescimento

ROGÉRIO MORI*

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do segundo trimestre do ano surpreendeu a esmagadora maioria dos economistas e analistas de mercado. Após uma sequência de resultados que apontava para uma contínua desaceleração do crescimento econômico brasileiro, o resultado do PIB, segundo o IBGE, indicou uma alta de 1,4% no segundo trimestre de 2005 relativamente ao trimestre anterior, já descontados os efeitos sazonais do período.

O resultado representa uma forte aceleração do crescimento econômico brasileiro no período, uma vez que no trimestre anterior o PIB havia crescido apenas 1,6% em termos anuais sazonalmente ajustados e passou para 5,7% no segundo trimestre, utilizando-se a mesma relação.

A brutal aceleração de um trimestre para outro seria vista com grandes preocupações em outros países, uma vez que poderia indicar uma trajetória de grande aceleração econômica, com riscos de pressão inflacionária mais adiante.

No caso brasileiro, a aceleração foi comemorada, até mesmo porque, de um lado, o comportamento da inflação tem sido melhor do que o esperado nos últimos meses, com diversos índices indicando sucessivas deflações, e, de outro, ainda não estão plenamente consolidadas as razões dinâmicas que levaram a essa aceleração e se a mesmas seriam capazes de provocar uma repetição desse desempenho no terceiro trimestre do ano.

Nesse sentido, cabe indagar quais foram os elementos que provocaram essa reversão no segundo trimestre do ano, bem como se os mesmos levarão a novas acelerações nos trimestres seguintes.

A análise do resultado do PIB do segundo trimestre aberto por setores fornece boas pistas sobre esses elementos, permitindo uma análise mais consistente sobre esses fatores e suas potencialidades mais adiante.

Observando-se o resultado do produto a partir da ótica da produção, fica claro que boa parte da reversão se deveu ao desempenho da indústria no segundo trimestre do ano. De fato, sob essa ótica, a Agropecuária seguiu em desaceleração no segundo trimestre do ano, registrando crescimento de 1,1% ante 1,7% registrado no

trimestre anterior. O produto do setor de serviços, que havia registrado queda de 0,1% nos primeiros três meses do ano, registrou crescimento de 1,2% no segundo trimestre de 2005. A indústria, por sua vez, registrou crescimento de 3,0% no período, perante uma queda de 0,8% do produto do setor no primeiro trimestre do ano, sendo a principal responsável pelo bom desempenho do produto no segundo trimestre de 2005.

O bom desempenho industrial foi devido, principalmente, à performance da indústria extrativa mineral, em particular, extração de gás natural, petróleo e carvão mineral. A indústria de transformação também registrou bom desempenho, especialmente, a produção de bens duráveis. Esse segmento teve um fôlego adicional nos últimos meses a partir do expressivo cres-

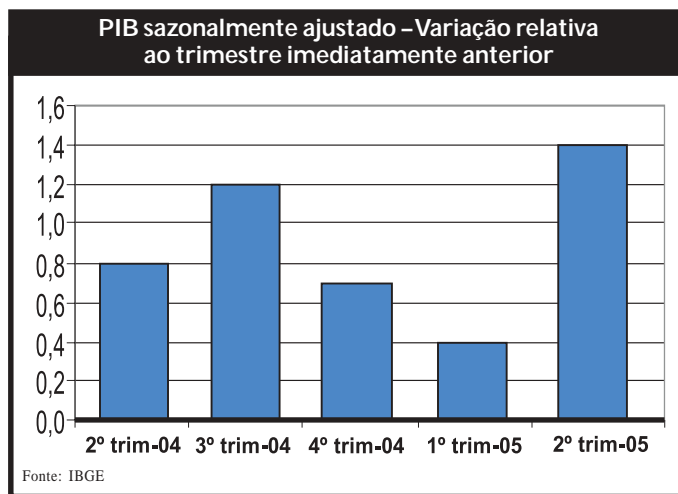
tam para novas acelerações, sinalizando para um ritmo mais moderado do produto.

A análise do PIB pela ótica da demanda também proporciona informações relevantes sobre o desempenho do produto e suas tendências futuras. Sob essa ótica, observa-se uma clara desaceleração do ritmo das exportações brasileiras e uma aceleração das importações, sinalizando uma menor contribuição do setor externo para o crescimento do produto brasileiro. Na verdade, o crescimento do segundo trimestre se deveu, fundamentalmente, à recuperação das fontes de demanda domésticas. O Consumo das Famílias, que havia caído 0,2% no primeiro trimestre do ano, cresceu 0,9% no segundo trimestre, e o Consumo do Governo, que havia crescido 0,3% nos primeiros três meses de 2005, aumentou 1,2% no segundo trimestre. A grande surpresa, no entanto, ficou por conta da recuperação dos investimentos. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 4,5% no período, após uma forte queda de 3,6% no primeiro trimestre do ano. As razões para esse aumento surpreendente dos investimentos no segundo trimestre do ano ainda não estão plenamente esclarecidas, uma vez que o aperto da

política monetária prosseguiu no período, e o aumento das operações de crédito para pessoa jurídica no período é uma razão insuficiente para explicar plenamente essa brutal reversão. De qualquer forma, é difícil imaginar um novo salto dessa magnitude no terceiro trimestre do ano.

Em suma, a síntese analítica do resultado do PIB do segundo trimestre aponta para um crescimento moderado para o restante 2005, ainda liderado pela indústria e mais focado nos componentes de demanda doméstica. ■

* Professor e Coordenador do GV - Macro da FGV-EESP



cimento das operações de crédito consignado no período, que estimulou em grande medida as vendas de duráveis, apesar das elevações da taxa básica de juros (Selic) promovidas pelo Banco Central até maio desse ano.

É difícil imaginar uma repetição desse desempenho da indústria no terceiro trimestre do ano. O estímulo do crédito parece começar a perder impulso na margem, e a produção industrial brasileira, segundo o IBGE, caiu 2,5% em julho relativamente a junho, dando sinais de acomodação do patamar do ritmo de produção do setor, sem novas acelerações. A agropecuária e os serviços, por sua vez, também não apon-

Linha BM Valtra.

Tecnologia na medida certa.



Custo - Benefício | Versatilidade | Tecnologia | Desempenho

Nem mais, nem menos. Este é o diferencial da **Linha BM Valtra**. A tecnologia embarcada de seus tratores reflete o compromisso da empresa em oferecer soluções que atendam as verdadeiras necessidades do campo. Tudo na medida certa.

VALTRA



De novo, a disputa do açúcar

Sem mudar os subsídios ao açúcar, conforme decisão dos árbitros internacionais, no início deste ano, o Brasil vai à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a União Europeia. Junto com Tailândia e Austrália, o País questionou, na OMC, o mecanismo de apoio estatal de Bruxelas e obteve a condenação. Até agora, porém, o Itamaraty afirma que a UE não tomou qualquer iniciativa para atender às exigências dos árbitros.

A disputa ocorre em torno dos compromissos da UE de reduzir os subsídios. Pelas regras da OMC de 1995, os europeus teriam direito de exportar 1,27 milhão de tone-

ladas de açúcar subsidiado. Em 2001, graças aos subsídios, o volume foi de 4,7 milhões de toneladas. Os europeus passaram da condição de importadores do produto para o segundo lugar como maiores exportadores de açúcar do mundo, superados apenas pelo Brasil.

Hoje, o volume de açúcar europeu exportado supera 5 milhões de toneladas. Ao obrigar a retirada de quase 4 milhões do mercado internacional, a medida abre espaço para as exportações brasileiras¹. Na avaliação de Brasília, o País aumentaria as exportações entre US\$400 milhões e US\$700 milhões.

A condenação da OMC, porém,

não estipulou data limite para os europeus mudarem as regras. Como as negociações fracassaram, o Brasil optou por relançar a disputa na OMC.

A UE chegou a apresentar um projeto, mas recebeu duras críticas de agricultores e ativistas europeus. Segundo a proposta, o corte de apoio ao açúcar seria de 89% em três etapas, entre 2006 e 2008. O preço mínimo de garantia ainda seria reduzido em 42% nesse período. As projeções apontam que apenas 8 dos 25 países da UE conseguiriam manter o setor açucareiro intacto com a aprovação da reforma.

Os demais teriam dificuldades para sobreviver, entre eles, Itália,

EUA definem quotas de importação

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) aumentou a quota de importação de açúcar (Tariff rate Quota - TRQ) para o ano fiscal de 2006 em 120 mil toneladas curtas (108.9 toneladas métricas), elevando o montante para 1.351.497 toneladas curtas (1.226.064 toneladas).

O volume mínimo que o país deverá importar, pelo acordo firmado na Organização Mundial do Comércio (OMC), é de 1.231.497 toneladas curtas (1.117.202 toneladas), enquanto o máximo é de 1.390.000 toneladas curtas (1.231.497 mil toneladas).

O aumento da quota se deve à expectativa de que a oferta interna não será suficiente para suprir a demanda, além do acordo comercial firmado entre Washington e o Cafta-RD. O Usda também elevou a quota do ano fiscal de 2005 para 1.315.944 toneladas curtas (1.193.811 toneladas).

Com isso, o governo dos Estados Unidos con-

cedeu ao Brasil cota adicional de 33.043.980 quilos de açúcar demerara para exportação ao mercado norte-americano. O volume adicional se soma à cota inicial de 165.601.720 quilos, concedida no ano passado, e se refere à safra 2004/05.

Desde a entrada em vigor da Lei Agrícola, em 2002, os produtores norte-americanos recebem 18 centavos por libra-peso de açúcar bruto, valor assegurado pelo controle da oferta por meio de quotas de importação e comercialização doméstica, sem custo para o Tesouro.

O açúcar da cota preferencial só pode ser fornecido pelas usinas do Nordeste, como determina o artigo 7º da Lei 9.362, de 13 de dezembro de 1996. A intenção é, ao pagar mais pelo produto, estimular o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. A cota é definida todos os anos, sempre no mês de novembro.

A distribuição da cota extra de 33.043,98 será a seguinte: Alagoas (15.332,41 toneladas curtas), Pernambuco (13.389,42), Rio Grande do Norte (1.282,11), Paraíba (852,53), Sergipe (558,44), Maranhão (105,74), Ceará (171,83), Amazonas (132,18) e Bahia (1.219,32).

Grécia e Portugal. Ainda assim, Bruxelas espera que o projeto seja aprovado até novembro, antes da reunião ministerial da OMC em Hong Kong. Mas essa proposta foi considerada insuficiente pelo Brasil.

O Itamaraty alega o cumprimento imediato pelos europeus das determinações da OMC, sem necessidade de uma reforma durante anos. Sem acordo, o Brasil agora solicita da OMC uma nova arbitragem para determinar quanto tempo a UE tem para colocar os subsídios em ordem, sob ameaça de retaliação, no caso de não cumprimento.

Os europeus aparentemente não irão cooperar com o processo e tentarão, de todas as maneiras, atrasar a implementação de uma reforma. Bruxelas passou os últimos dias vetando os nomes dos árbitros que realizariam a avaliação. O Brasil ameaça pedir a intervenção do diretor da OMC, Supachai Panitchapakdi, para a escolha de um árbitro. ■

Cafta pode ajudar o Brasil a exportar açúcar

O setor de açúcar brasileiro pode ser um dos principais beneficiados com a aprovação do acordo DR-Cafta (sigla em inglês para acordo de livre comércio entre a República Dominicana, a América Central e os EUA). O aumento do acesso das exportações brasileiras para o mercado norte-americano seria um efeito indireto da desestruturação do regime açucareiro em vigor nos EUA.

Segundo o Instituto Americano de Estudos Sobre Agricultura (IATP), o Brasil é o único país cujo preço por libra de açúcar está abaixo da média do mercado: US\$ 0,08. Os países desenvolvidos têm uma média de US\$0,38. Entre os países em desenvolvimento, o que mais se aproxima do preço brasileiro é a Tailândia, com US\$ 0,13 a libra.

Atualmente, governo americano paga cerca de US\$0,20 por libra de açúcar para os produtores americanos. O valor é praticamente o dobro do preço de mercado.

A manutenção do pagamento desses valores pelos EUA é possível, devido ao regime de cotas de importação. Os produtores de açúcar, entre eles, Brasil e Tailândia, por exemplo, têm que se contentar com cotas de exportação equivalentes a 13% do açúcar consumido pelos americanos.

O açúcar é um dos produtos mais protegidos do comércio exterior americano. A *commodity* está numa lista com mais de cem outros produtos cujas tarifas *ad valorem* (sobre o valor) estão acima de 30%.

Se o DR-Cafta for implementado, com um acordo de livre comércio, o sistema de cotas para controlar a oferta do produto no mercado doméstico americano será desarticulado. Com isso, os preços, mantidos artificialmente altos para sustentar a produção americana, tenderão a cair. Em 15 anos, as importações americanas cresceriam mais de 2,5 milhões de toneladas, causando uma forte queda nos preços praticados pelos EUA. O *lobby* do açúcar nos EUA, representado pela American Sugar Association (ASA), que defende o interesse de 146 mil produtores de açúcar norte-americanos, é totalmente contra esse processo.

12 de outubro

Dia do Engenheiro Agrônomo

Na terra, onde encontramos a nossa maior riqueza, atuam os engenheiros agrônomos. Verdadeiros mestres na arte de extrair do solo os alimentos necessários à nossa subsistência e daqueles que virão, esses profissionais garantem qualidade de vida às comunidades, além de preservar o meio ambiente. Neste dia, a nossa homenagem a esses homens e mulheres, que fazem de sua profissão um ato de amor para com o próximo.



CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo



Construir consensos: desafio de Lamy na OMC

MARIA HELENA TACHINARDI

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é *member driven*, isto é, conduzida pelos países membros. Como consequência, o resultado das negociações é mais influenciado pela capacidade de organização dos países do que pela atuação do diretor geral. Qual é, então, a principal função desse funcionário, o mais elevado na hierarquia burocrática da OMC? A resposta unânime é "construir consensos".

O socialista francês Pascal Lamy, ex-Comissário de Comércio da União Européia (UE), que assumiu a direção geral da OMC em 1º de setembro, terá esse desafio pela frente, principalmente nesta fase crucial da Rodada de Doha.

Faltando cerca de três meses da 6ª Reunião Ministerial da OMC, que será realizada de 13 a 18 de dezembro, em Hong Kong, Lamy colocará à prova sua capacidade de construir consensos. Certamente, a tarefa será mais difícil do que quando buscava posições comuns entre os 15 países da União Européia. Na OMC, são 148 os membros, mas, graças às coalizões que se formaram nas negociações da Rodada, como o G-20, o G-33, o G-90, o G-10 e as Fips (five interested parties), que são os EUA, a UE, o Brasil, a Índia e a Austrália, Lamy terá de exercer sua capacidade de liderança e convencimento em conversas com não mais de duas dezenas de países.

Por que, então, o desafio de construir consensos? Porque as posições na Rodada de Doha são bastante díspares, principalmente no que diz respeito à liberalização agrícola. Não bastassem as divergências entre os EUA e a UE, há diferenças dentro do próprio G-20 e entre este e o G-33, por exemplo.

Os americanos resistem mais do que os europeus a reduzir subsídios

agrícolas e dizem que para dar esse passo esperam antes um movimento de Bruxelas. A UE é mais refratária a fazer concessões em acesso a mercados e alega que já fez uma reforma de seu setor agrícola.

O G-20 é um grupo heterogêneo, com sensibilidades diferentes, dependendo dos temas. Brasil e Argentina, por exemplo, são ofensivos em agricultura (acesso a mercados e subsídios) e defensivos em produtos industriais. A China é ofensiva em subsídios agrícolas, mas defensiva em acesso a mercados em agricultura. Em bens industriais, os chineses são ofensivos, isto é, querem a liberalização comercial, pois são extremamente competitivos.

Vê-se, portanto, que será muito difícil a construção de consensos na Rodada de Doha. Não se descarta que Lamy, para evitar um fracasso em Hong Kong, como o que marcou as ministeriais da OMC de Seattle (1999) e Cancun (2003), coloque um texto de sua autoria sobre a mesa, na tentativa de diminuir a distância que separa as posições dos diversos atores da negociação. Lamy foi aclamado diretor geral, com votos de países desenvolvidos e de muitos países em desenvolvimento, apesar de que vários deles se opuseram ao negociador francês, quando ele defendia os interesses europeus.

Ao contrário do que aconteceu com seus antecessores, Lamy assume com mais poder de decisão. Os diretores gerais que o precederam foram eleitos em 1999 em um processo *sui generis*. A OMC teve de nomear Mike Moore (1999-2002) e Supachai Panitchpakdi (2002-2005) para um mandato reduzido de três anos cada um, o que os colocou em posição de fraqueza.

É natural que os países, agora, esperem mais de Lamy. Para o presidente do Instituto de Estudos do Co-

mércio e Negociações Internacionais (ICONE), Marcos Jank, o principal desafio do novo diretor geral é fazer "a Rodada de Doha produzir resultados concretos, porque a reunião de Hong Kong, que é chave para se alcançar um acordo, tem alta probabilidade de fracassar". Além disso, ele diz que "é preciso manter a OMC como o principal fórum de comércio para regular a explosão de acordos bilaterais, que são como cupins nos porões da organização". Jank alerta, contudo, que o diretor geral não pode fazer milagres, pois quem decide são os membros da OMC.

O capítulo agrícola é central na Rodada e determinará avanços ou bloqueios nas demais áreas da negociação: acesso a mercados para bens não-agrícolas (Nama, na sigla em inglês), serviços e facilitação de comércio. Se Lamy quiser evitar um fracasso em Hong Kong, terá de conseguir um entendimento na negociação agrícola, o que o colocaria em situação embaraçosa, por ser europeu.

O desafio é também conseguir consenso para haver algum avanço nas modalidades de negociação até novembro. O problema é que elas nem foram definidas. Na parte agrícola, modalidades implicam definições sobre fórmula de redução tarifária, tratamento para os produtos sensíveis, funcionamento das salvaguardas e produtos especiais para os países em desenvolvimento, definições claras sobre o corte global no teto de subsídios domésticos distorcivos, fixação de data para a eliminação de subsídios à exportação e medidas para disciplinar os créditos à exportação, as práticas distorcivas usadas por empresas estatais de comércio e o abuso dos programas de ajuda alimentar. ■

*Diretora de comunicação do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE)



De olho no mercado internacional

IKUYO KIYUNA *, JOSÉ ALBERTO ÂNGELO ** e PAULO JOSÉ COELHO ***

Desde 2001, o Brasil aumenta a cada ano o valor das exportações de produtos da floricultura, tendo alcançado em 2004 o patamar inédito de US\$23,6 milhões, segundo os dados da SECEX. De janeiro a julho deste ano, a exportação cresceu 17%, com o valor acumulado de US\$12,9 milhões.

A expansão e manutenção da fatura de produtos da floricultura brasileira no cenário internacional são árduas. A concorrência no mercado é bem acirrada, com muitos exportadores e poucos importadores. Por sua vez, o produto é frequentemente considerado sazonal e supérfluo. Com participação inferior a 1% do valor global das exportações, nos últimos quatro anos, a floricultura brasileira conseguiu romper as amarras da estagnação do passado, com crescimento médio no valor global exportado de 6% ao ano.

Este fato, por si só, para os exportadores brasileiros, reflete as oportunidades de crescimento existentes no setor. Uma ferramenta de competitividade é analisar o desempenho recente favorável, embasado em números que indiquem a confiabilidade do ritmo de crescimento. O coeficiente de determinação R² avalia o grau de confiança, que cresce de 0 para 1.

Tendo como marco o programa de incentivo às exportações, Flora-Brasilis, implantado no final de 2000, no período de 2001 a 2004,

os países de destino dos produtos da floricultura brasileira com maior destaque em ritmo de crescimento foram a Holanda e os Estados Unidos, levando-se em consideração a taxa anual de crescimento, respectivamente, de 24,2% e 76,0%. A Itália também merece referência, por ser o terceiro parceiro comercial de peso para o setor brasileiro, embora com ritmo de crescimento anual menor (de 31% ao ano) em relação ao período de 1989 a 2000 (8,8% a.a.). Todos os três países mostram grau de confiança elevado no crescimento. Digna de destaque é a Alemanha, que após apresentar taxa de crescimento desfavorável (-23,0% ao ano), passou a crescer a taxa anual de 21,6% e com elevado grau de confiança.

O Chile, não obstante esteja colocado em 15º no *ranking* de parceiros comerciais em 2004, chama atenção pelo crescimento de 47,8% ao ano e pelo grau de confiança no crescimento. Acrescente-se, neste caso, a proximidade geográfica com as regiões Norte e Nordeste do país, de onde partem as flores tropicais de qualidade excepcional. Por fim, o salto surpreendente no valor da exportação para a Bélgica (194,4% ao ano), mesmo com certo grau de incerteza em relação ao desempenho futuro.

É fundamental ficar bem claro que nenhum parceiro comercial e produto da floricultura brasileira podem ser subestimados como prováveis caminhos para o mercado externo. Um exemplo marcante é o caso da exportação de flores de corte, com crescimento inesperado de 107% ao ano no período 2001-2004, principalmente com a entrada dos Estados Unidos e da Holanda como clientes de peso, além do aumento extraordinário no valor total exportado (+36,8%), em junho deste ano, quando comparado ao mesmo mês de 2004. ■

* Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e membro da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais do MAPA. (ikuyo@iea.sp.gov.br).

** Pesquisador Científico do IEA (alberto@iea.sp.gov.br).

*** Pesquisador Científico do IEA. (coelho@iea.sp.gov.br).

Exportação dos Produtos da Floricultura Brasileira

País	Taxa de Crescimento (%)		Coeficiente de Determinação (R ²)	
	1989 - 2000	2001 - 2004	1989 - 2000	2001 - 2004
Holanda	7,2	24,2	0,62	1,00
Estados Unidos	-2,1	76,0	0,07	0,97
Itália	8,8	3,1	0,76	0,90
Japão	12,2	7,4	0,42	0,46
Reino Unido	16,8	-4,7	0,22	0,21
Alemanha	-23,0	21,6	0,73	0,93
Bélgica	-2,4	194,4	0,01	0,61
Dinamarca	13,2	5,5	0,27	0,34
Uruguai	34,4	-8,9	0,77	0,28
Portugal	6,8	-11,5	0,19	0,08
Espanha	-7,1	26,9	0,55	0,42
Canadá	-11,7	166,8	0,53	0,39
Argentina	8,0	-8,4	0,09	0,02
México	59,2	-9,5	0,56	0,63
Chile	25,5	47,8	0,19	0,96
Demais países	-1,2	-17,6	0,02	0,38
Total	2,6	22,0	0,33	0,98

Fonte: Elaborado pelos autores baseada em SECEX (2005)

Incertezas no plantio



O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a prorrogação para março e abril de 2006 das parcelas das dívidas de custeio de algodão, arroz, milho, soja e trigo, referentes à safra 2004/05, que já venceram ou vencerão este ano. Segundo os Ministérios da Agricultura e da Fazenda, a medida contemplará todos os produtores do País, envolvendo R\$2 bilhões em dívidas.

Não será preciso assinar termo aditivo contratual para se beneficiar da decisão do CMN. Basta comprovar a armazenagem do produto colocado como garantia do crédito, nas operações de custeio da safra de grãos.

Os produtores beneficiados com a prorrogação somente poderão obter crédito com recursos controlados, para lavouras da safra de verão 2005/06, até o valor correspondente à diferença entre o limite autorizado para a nova temporada agrícola e os valores das operações envolvidas na concessão de prazo adicional de quitação. Por exemplo, se o limite do custeio for de R\$400 mil e o produtor tiver prorrogado R\$50 mil de sua dívida, ele poderá tomar um novo empréstimo de R\$350 mil.

A medida significa melhora da condição do produtor para a comercialização e o pagamento da dívida, sem prejudicar de modo significativo a disponibilidade de recursos para financiar o plantio da safra 2005/06.

Por sua vez, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados autorizou o governo federal a renegociar R\$12,6 bilhões de dívidas já vencidas de cooperativas e pro-

dutores rurais. O valor resulta de parcelas não quitadas acima de R\$30 bilhões, objeto de repactuação a partir de 1995.

Existem cerca de um milhão de produtores e cooperativas ameaçadas de ações de execução e de impossibilidade de contratar novos empréstimos. Estão excluídas na renegociação as dívidas relativas à lei de Securitização, ao Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop) e ao Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA).

As dívidas que vencem neste ano chegam à cerca de R\$8 bi-

lhões. O alongamento da dívida é uma das medidas de socorro anunciadas e levadas a cabo pelo governo. O pleito continua com a renegociação de dívidas de securitização e dos Fundos Constitucionais de safras anteriores a 2004/05 e o aumento dos limites de custeio para a safra 2005/06.

A combinação entre a quebra da safra e o dólar menos convidativo às exportações deixará como saldo, em 2005, a queda da renda agrícola ("da porteira para dentro"). Em seu último levantamento, baseado em dados de julho, o IPEA sinalizou que a renda das 20 principais culturas

Mundo: produção e estoque de grãos (milhões de toneladas)

Produto	Produção			Estoque		
	2005/06	2004/05	var. %	2005/06	2004/05	var%
Total (1)	1.955	2.035	-3,9	353	394	-10,4
Trigo	610	624	-2,2	140	148	-5,6
Grãos forrageiros(2)	939	1.009	-7,0	148	173	-14,3
Arroz	406	401	1,2	66	73	-10,6
Milho	663	709	-6,4	112	128	-12,5
Algodão(3)	112	120	-7,2	51	51	1,1
Grão de soja	217	214	1,1	45	44	1,0
Farelo de soja	145	138	5,5	2	2	-2,2
Óleo de soja	34	32	5,5	51	51	1,1

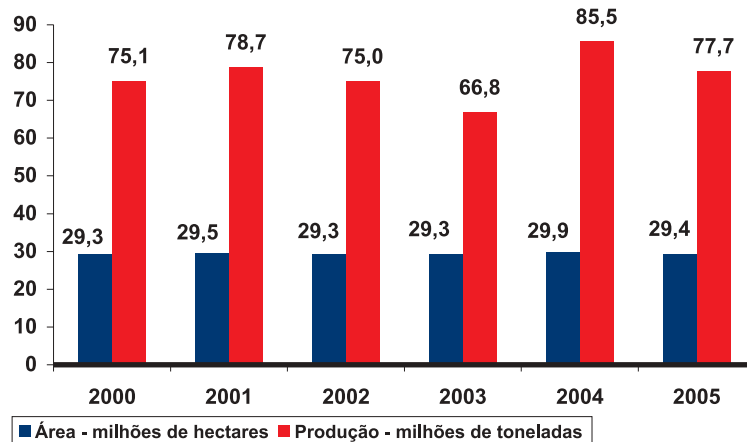
Fonte: USDA. Setembro/2005

(1) trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado

(2) milho, sorgo, aveia, cevada e centeio

(3) milhões de fardos de 480 libras peso

EUA: área e produção de milho



Fonte - USDA

Como fica a área plantada?

No caso da soja, a previsão é de queda, sem expectativa de haver, ao menos, manutenção de área plantada no Brasil. Já a produção poderá ter aumento em torno de 15% a 20% sobre as 50,4 milhões de toneladas na safra 2004/05, marcada pela quebra da colheita na região Sul. A maior oferta do carro-chefe do campo brasileiro deverá encontrar preços próximos da média histórica em 2006.

É bastante factível uma projeção do bushel entre US\$5,80 e US\$6,40 no primeiro semestre de 2006, ante os US\$7,54 de 2004 e os US\$6,10 dos primeiros seis meses deste ano. De acordo com o relatório do USDA de setembro, a previsão é de o bushel variar de US\$5,15 a US\$6,05 na safra 2005/05.

As cotações encontraram suporte na demanda mundial aquecida pelas previsões de crescimento econômico e na queda dos estoques finais, entre outros. A colheita americana, que entra na sua fase mais acelerada, será menor. Os efeitos do Katrina em cidades agrícolas às margens do Mississippi prejudicam o escoamento da produção e pressionam para baixo os preços dos produtos. A previsão de um aumento da fatia sul-americana nas exportações mundiais traz um cenário mais alentador depois da crise nas lavouras brasileiras no ciclo 2005/06.

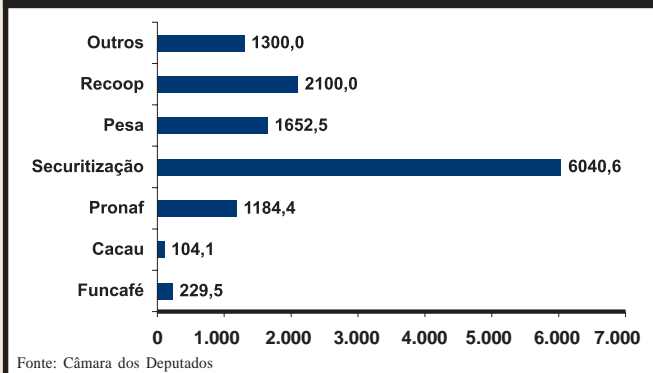
Se a soja deverá perder espaço para o milho na região Sul, nas áreas tradicionais de cultivo do Centro-Oeste, o quadro é outro, face à baixa produtividade do milho. No total, a produção brasileira de cereal tende a crescer 15% na safra 2005/06, ante os 36,955 milhões em 2004/05. Os preços internos atuais do milho não estimulam o agricultor a deixar a soja em algumas regiões. A safrinha de inverno de 2006 deverá ser beneficiada. As exportações devem seguir paradas por conta do câmbio atual.

deverá somar R\$97,567 bilhões neste ano, ante os R\$109,468 bilhões em 2004.

O agronegócio, de modo geral, exporta uma parte muito grande da produção e perderá competitividade no mercado externo com a manutenção do câmbio atual.

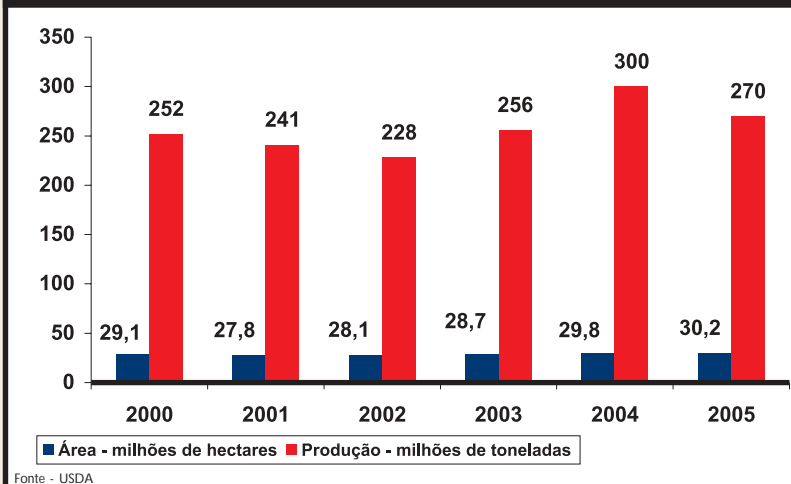
Perto de fechar as contas para iniciar o plantio da nova safra de verão, os produtores aceleram as compras de insumos agropecuários. O objetivo é 'casar' o dólar barato com os preços no mercado internacional. Plantar com um dólar entre R\$2,40 e R\$2,50 e vender, em outubro ou novembro, com uma cotação pró-

A dívida do campo (em R\$ milhões)



xima a R\$2,70, pode amenizar a crise vivida pelo setor, com o descasamento de custos de produção e cotações e da quebra de colheita deste ano. Um fato é certo e concreto: o campo reduzirá a tecnologia adotada no plantio e cultivo das lavouras. ■

EUA: área e produção de soja



Decreto sobre sementes transgênicas

O governo autorizou o uso de sementes próprias de soja transgênica - produzidas pelos agricultores gaúchos na safra 2004/05 - no plantio da próxima safra 2005/2006, conforme decreto presidencial nº 5.534, publicado no Diário Oficial da União em 08 de setembro de 2005. A medida visa suprir a falta de sementes certificadas, cuja oferta cobria apenas 10% das necessidades dos produtores gaúchos.

O problema é que o Rio Grande do Sul teria apenas 1 milhão de sacas de sementes de soja convencional e outras 600 mil sacas do produto transgênico, ambas certificadas. Isso representa 10% da demanda estadual. Daí o decreto liberar o produto sem certificação. Sem esse amparo legal, os bancos não poderiam financiar os produtores.

O decreto é específico para o Rio Grande do Sul, onde o plantio de uma área expressiva com um grão transgênico, sem identidade genética e de origem desconhecida, desestruturou o setor de sementes certificadas. É importante frisar que para a safra 2006/2007, os agricultores terão de comprar sementes certificadas para o plantio. Até lá, a oferta de sementes no Estado estará normalizada. Nos demais Estados, o percentual de sementes certificadas é de 70%.

Exportação em ritmo recorde

Nos oito primeiros meses de 2005, as exportações somaram US\$ 28,661 bilhões, recorde histórico para períodos de janeiro a agosto e 10% acima do valor exportado no mesmo período de 2004. No acumulado do ano, as importações cresceram 5% em relação a igual período do ano anterior, totalizando US\$3,352 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit de US\$25,309 bilhões, recorde histórico para períodos de oito meses.

Os destaques são os aumentos dos valores exportados pelos seguintes grupos de produtos: carnes (33,3%); açúcar e álcool (62,5%); café (57,5%); fumo e tabaco (24,3%); frutas, hortaliças e preparações (6,6%); e leite, laticínios e ovos (16%). Em termos de produtos, é importante destacar o crescimento das exportações de carne bovina in natura (37,9%); frango in natura (25,8%); carne suína

(70,9%); café em grãos (63,9%); açúcar (66,4%); álcool (43,7%); e leite (40,3%).

Na composição por destinos, as exportações aumentaram para quase todas as regiões geográficas: Mercosul (18,7%); Nafta, exceto México (4,3%); Europa Oriental (66,4%); Ásia (6,2%); Oriente Mé-

dio (4,9%); e África (33,9%). A União Europeia foi nosso principal comprador, com 32,7% das exportações totais; seguida pela Ásia, com 19,4%; e Nafta, com 14,8%. Europa Oriental, Oriente Médio e África foram os destinos de 8,8%, 7% e 6,6% de nossas exportações, respectivamente. ■

Brasil - balanço comercial do agronegócio

PRODUTO	JAN a AGO/2005 (a)			JAN a AGO/2004 (b)			VAR.(%) (a/b)	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
COMPLEXO DE SOJA	6.567.644	81.251	6.486.393	7.597.343	83.920	7.513.423	-13,6	-3,2
CARNES	5.240.615	60.913	5.179.702	3.931.034	50.116	3.880.918	33,3	21,5
AÇÚCAR E ÁLCOOL	3.003.305	225	3.003.080	1.848.023	276	1.847.747	62,5	-18,5
MADEIRA E SUAS OBRAS	2.541.501	55.696	2.485.805	2.428.006	50.347	2.377.659	4,7	10,6
PAPEL E CELULOSE	2.189.581	555.241	1.634.340	1.917.235	483.062	1.434.173	14,2	14,9
COURO, PELES E CALÇADOS	2.053.155	146.082	1.907.073	1.911.700	137.995	1.773.705	7,4	5,9
CAFÉ, CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	1.772.246	16.453	1.755.793	1.112.791	16.569	1.096.222	59,3	-0,7
FUMO E TABACO	1.113.241	19.861	1.093.380	895.462	15.864	879.598	24,3	25,2
ALGODÃO E FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS	863.126	153.437	709.689	836.957	215.942	621.015	3,1	-28,9
SUCOS DE FRUTAS	794.597	86.623	707.974	761.409	55.700	705.709	4,4	55,5
FRUTAS, HORTALIÇAS E PREPARAÇÕES	369.560	254.637	114.923	346.609	189.829	156.780	6,6	34,1
PESCADOS	262.455	177.102	85.353	276.388	159.030	117.358	-5,0	11,4
CACAU E SUAS PREPARAÇÕES	240.647	91.774	148.873	200.895	60.085	140.810	19,8	52,7
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	237.021	791.600	-554.579	792.321	938.382	-146.061	-70,1	-15,6
LEITE, LATICÍNIOS E OVOS	108.154	98.022	10.132	93.276	62.858	30.418	16,0	55,9
BEBIDAS	41.113	98.188	-57.075	34.850	84.704	-49.854	18,0	15,9
BORRACHA NATURAL	260	172.608	-172.348	470	147.767	-147.297	-44,7	16,8
DEMAIS PRODUTOS	1.262.930	492.616	770.314	1.039.763	441.227	598.536	21,5	11,6
TOTAL GERAL	28.661.151	3.352.329	25.308.822	26.024.532	3.193.673	22.830.859	10,1	5,0

Fonte: SECEX/MDIC: Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE - Elaboração: DPIA/SRI/MAPA

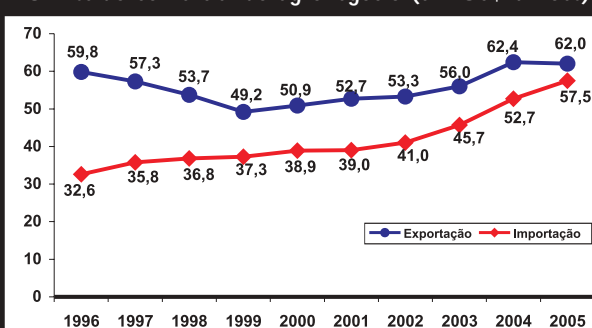
Saldo comercial do Brasil está acima do dos EUA

Embora com quebras nas safras dos dois últimos anos, além da recente valorização do real frente ao dólar, o saldo comercial do agronegócio do Brasil mostra caminho inverso do dos Estados Unidos. De 1996 a 2005, a diferença das exportações com as importações brasileiras foi de US\$12,2 bilhões para US\$31,6 bilhões, enquanto a dos norte-americanos recuou de US\$27,2 bilhões para US\$4,5 bilhões.

Até os anos 90, as grandes fontes de divisas nacionais eram o café e o suco de laranja. Depois, surgiu o complexo da soja, e em seguida, as carnes bovina e de frango. Hoje, a diversificação é ampla entre um conjunto de cadeias produtivas. A cada ano, praticamente aparece uma novidade de produtos na pauta de exportação do País. Também com relação ao destino dos embarques, se assiste a uma extensão do leque.

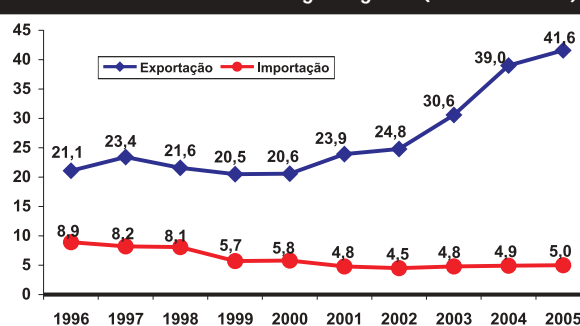
Da parte dos Estados Unidos, a maior dificuldade tem sido as exportações, que sofreram abrupta queda no final da década passada e somente agora conseguem superar níveis de dez anos atrás. Os maiores problemas foram de origem sanitária. Já nas importações, houve um forte avanço e o volume quase duplicou, de 1996 a 2005. ■

EUA: saldo comercial do agronegócio (em US\$ bilhões)



Fonte: USDA

Brasil: saldo comercial do agronegócio (em US\$ bilhões)



Fonte: SECEX



Os impactos dos baixos preços na oferta

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE e MAURO VIRGINO DE SENA E SILVA*

A queda significativa ocorrida nos preços da maioria dos produtos agrícolas nos últimos doze meses tem contribuído de maneira importante para a redução da inflação. Cabe avaliar, contudo, em que medida essa queda dos preços agrícolas poderá comprometer o desempenho da produção agrícola futura, dando lugar, então, a um novo ciclo de preços, só que de alta. Vamos discutir essa questão.

Os produtos agrícolas com queda mais pronunciada de preços são arroz, trigo, algodão, soja e, sobretudo, os bovinos, cuja redução de preço contaminou também os preços de frangos e suínos.

É importante analisar o peso relativo da queda dos preços internacionais e da valorização cambial, para explicar a redução dos preços domésticos de alguns dos produtos agrícolas mais importantes.

Somente no caso da soja a queda do preço internacional foi determinante na diminuição do preço doméstico. Para o algodão e o trigo, a queda dos preços internacionais foi pequena e a valorização cambial foi a principal responsável pela baixa nos preços domésticos desses produtos.

Já no arroz, entretanto, ocorreu uma completa dissociação entre os preços domésticos e os de fronteira; com efeito, enquanto o preço doméstico do arroz caiu nada menos que 38%, o preço de fronteira foi reduzido em apenas 7,2%. Esse comportamento díspar entre os preços doméstico e de fronteira aparece também no caso do milho, embora em senti-

do contrário: o preço doméstico baixou muito menos que o preço de fronteira (10% contra 38%). Isso decorre do fato de que é muito ampla a banda de flutuação doméstica dos preços desses produtos; ou seja, a diferença entre os preços CIF de importação e FOB de exportação é muito grande, o que explica que os preços domésticos desses produtos possam variar de forma independente dos preços de fronteira.

mal nos últimos 12 meses, pois não aumentou no segundo semestre de 2004, como deveria ocorrer, seguindo o padrão sazonal, e nem no período recente, já de seca.. Há uma redução persistente, desde o final do ano passado, com o mercado refazendo para baixo, continuamente, suas expectativas quanto aos preços relativos a outubro deste ano: esperava-se uma elevação de apenas 2,74%, comparativamente ao preço

Taxas de variação real dos preços entre os períodos de comercialização das safras 2003/2004 e 2004/2005(em %)

Produtos	Taxas de variação real dos preços domésticos	Taxas de variação real dos preços internacionais em US\$	Taxas de variação real dos preços internacionais em R\$
Algodão	-36,4	-9,1	-29,1
Arroz	-38,0	19,0	-7,2
Milho	-10,5	-20,9	-38,3
Soja	-32,7	-24,1	-40,8
Trigo	-32,6	-10,5	-30,2

Nota: período de comercialização de maio a julho.

Note-se que a taxa de câmbio real efetiva média calculada para cada período valorizou-se em 22%.

Fonte: CONAB e FGV.

Cabe notar que esse comportamento adverso dos preços dos produtos agrícolas não se estendeu a produtos agrícolas importantes como o café, o açúcar e o álcool, o que permitiu que áreas agrícolas importantes, que se concentram no Estado de São Paulo, não fossem atingidas pela atual crise agrícola.

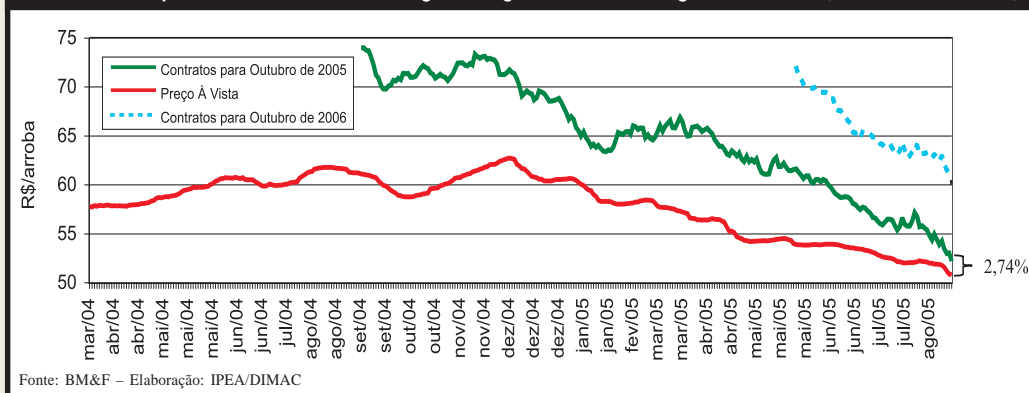
O CASO ESPECIAL DA PECUÁRIA BOVINA

Destaque especial deve ser dado à pecuária bovina, em vista de sua importância para a análise dos preços das demais carnes. O seu preço apresenta um comportamento anor-

atual. Para outubro de 2006, a expectativa de preço a vigorar também cai continuamente.

Para explicar esse comportamento recente do preço dos bovinos, é necessário considerar a mudança da política cambial em 1999 e a abertura do mercado internacional à carne brasileira, cujas crises foram determinantes para o Brasil se tornar o maior exportador mundial de carne bovina. O setor reagiu rapidamente, pelas vias de melhoria de pastagens, aprimoramento da genética e investimentos em sanidade animal. Tudo isso contribuiu para os elevados ganhos de produtividade no período recente. O preço domé-

Evolução dos preços domésticos do boi gordo, agosto de 2004 a agosto de 2005 (Em valores nominais)



tico do boi gordo ficou mais dependente do preço internacional e da taxa de câmbio. A queda recente do preço de bovinos em uma perspectiva de tempo mais ampla sugere alta correlação entre esse preço de bovinos e a taxa de câmbio.

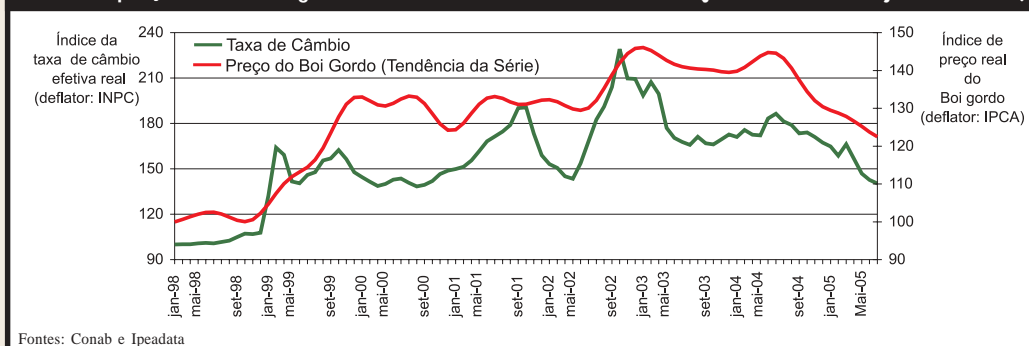
deve-se considerar, primeiro, que a elasticidade-preço da oferta de bovinos tende a ser muito baixa a curto prazo quanto a oferta cresce e o preço cai, e vice-versa. Isso porque o "ciclo pecuário", um fenômeno praticamente ignorado nas análises

ção na pecuária estaria sendo intensificado com a antecipação do vencimento do contrato de arrendamento em vigência, devido à crise da produção de soja. Todas essas áreas retornam à pecuária em condições muito superiores à situação inicial, graças à correção com cal-

cário e à maior fertilidade, tudo devido à sua conversão anterior à produção de soja.

Todos esses ganhos de produtividade na bovinocultura tenderiam a reduzir os preços de bovinos, em

Índices de preço real do boi gordo e da taxa de câmbio efetiva real (janeiro de 1998 a julho de 2005)



Por outro lado, desde o início de 2001, o abate de bois passou a aumentar mais rapidamente; o mesmo acontecendo, e com intensidade ainda maior, com o abate de vacas, a partir de 2002.

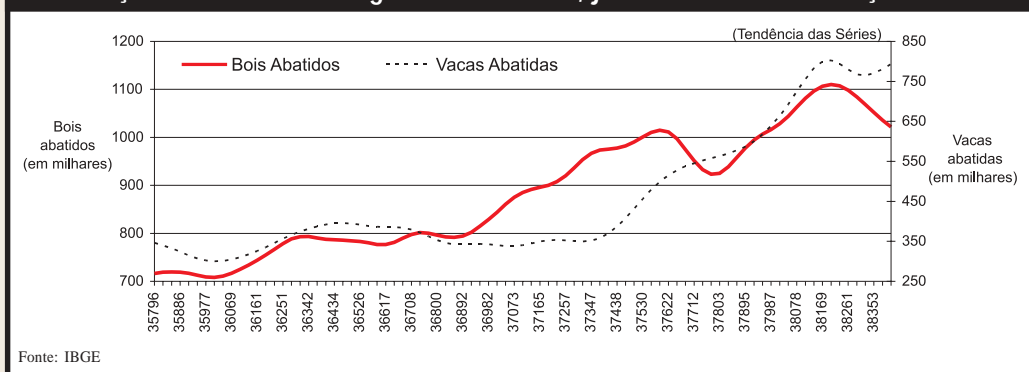
Para entender a forte tendência de queda dos preços de bovinos,

correntes da pecuária bovina no Brasil, é um mecanismo pelo qual ocorre aumento de abate de vacas em reação à diminuição do preço da carne, e vice-versa, ou seja, reduz-se o abate de vacas com a elevação desse preço. Isso faz com se intensifiquem a queda ou a alta do preço da carne, e o

médio e longo prazo. Mas a questão da queda atual está associada a um fenômeno de curto prazo, como efeito, inicialmente, da valorização cambial e intensificado pela própria reação da oferta de bovinos. A questão é saber em que medida essa conjuntura adversa para a pecuária afetará os in-

centivos para a continuidade dos investimentos que levaram à sua expansão recente ou, até mesmo, a criar dificuldades financeiras para o setor na atual conjuntura. ■

Evolução do abate de boi gordo e de vacas, janeiro de 1998 a março de 2005



* Pesquisadores do IPEA

Perspectivas do plantio da safra 2005/2006

Cabe indagar em que medida a queda generalizada dos preços agrícolas, com a única exceção de algumas lavouras importantes, como o café e a cana de açúcar, afetará negativamente o comportamento da oferta agrícola no ano que vem, definida a partir do plantio próximo. Diante do fato de o comportamento dos preços domésticos de alguns produtos, como arroz e milho, ser em grande parte independente dos preços de fronteira, seus valores poderão aumentar no próximo ano, mesmo se a atual taxa de câmbio permanecer valorizada. Basta os estoques domésticos caírem de maneira substancial.

Com o milho, já ocorreu uma redução na produção da 2ª safra. A mera expectativa de uma safra de verão curta para 2006 certamente fará seus preços elevarem de forma significativa já neste segundo semestre, como já parece estar acontecendo. Essa alta dos preços do cereal piorará a crise atravessada pelos setores de bovinos, aves e suínos.

Na análise dos demais produtos agrícolas, é preciso levar em conta que o período atual sucede um triênio formado pelos anos agrícolas 2001/2002, 2002/2003 e 2003/2004, de verdadeira euforia no setor. Inclui uma fase muito curta, com preços internacionais de grãos em níveis excepcionalmente elevados, no mesmo período da nossa fase de comercialização, com benefícios para a agricultura.

Esse clima de euforia levou a um aumento sem precedentes na aquisição de insumos e máquinas agrícolas. Este ano, contudo, os dados sinalizam queda drástica na demanda. Embora o clima de euforia vigente no setor agrícola desde 2001 tivesse sido dissipado no segundo semestre do ano passado, isso não causou uma redução absoluta do plantio da safra de verão 2004/2005: a área plantada até cresceu, não obstante a expectativa de que os preços agrícolas iriam ser menores este ano.

A situação para a safra 2005/06 é completamente diferente. Em primeiro lugar, os agricultores comercializaram a safra de grãos a preços muito inferiores aos do ano passado. Com isso, a renda gerada no ano agrícola 2004/2005 ficou muito inferior. A pecuária bovina também atravessa um período de queda de renda, devido à diminuição dos preços. Em tal contexto, a disponibilidade de crédito ganha mais importância na determinação do plantio, porém, tudo revela que os agricultores enfrentam, de fato, restrições de crédito. As regiões do Sul do Brasil, onde essa redução de renda foi mais acentuada, deverão contrair o nível de atividade acima as regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Dessa forma, para fechar a conclusão, temos que os baixos preços de vários produtos agrícolas, ao lado de condições financeiras adversas atravessadas pelo setor atualmente, deverão levar, com toda a certeza, a uma redução ou, no máximo, manutenção da área plantada e uma queda significativa no uso de insumos para a próxima safra de verão.



FERTILIZANTES

Cai desempenho em 2005

EVARISTO MARZABAL NEVES *

A explicação do excelente desempenho econômico e financeiro das empresas do setor de fertilizantes durante 2004 se apóia em dois indicadores: 1) o crescimento de vendas; 2) a riqueza gerada por cada empregado (relação entre riqueza criada pela empresa e o número de empregados em 31/

12/2004, desconsiderando a terceirização).

Algumas empresas de fertilizantes, como Bunge, Trevo, Heringer, Ultrafertil e Copebrás, subiram alguns pontos na classificação entre as 500 melhores e maiores empresas do Brasil em 2004, em relação a 2003. O crescimento em vendas só não foi positivo pela Fertipar. As demais, excetuando a Mosaic, empresa gerada pela fusão da Cargill com a norte-americana, em 2003, que registra uma legenda NA = Não Aplicável, tiveram variação positiva.

A riqueza gerada por empregado, que representa a contribuição da empresa no Produto Interno Bruto do País, considerando ainda os valores recebidos em transferência (como receitas financeiras, resultados de equivalência patrimonial e depreciações) pelo número de empregados em 31/12/04, sem levar em conta eventuais serviços terceirizados, indica a produtividade dos empregados e a contribuição média de cada um na riqueza gerada pela empresa. Verifica-se a expressiva contribuição de cada empregado em 2004, exceto para Trevo e Ultrafertil, com a legenda "NI = Dados não Informados".

Quanto à análise do desempenho regional das empresas de fertilizantes, considerando nove destas empresas, que se posicionaram entre as 500 maiores e melhores no País, cinco estão sediadas no Estado de São Paulo (Bunge, Mosaic, Ultrafertil, Copebrás, e Fertibrás) e as demais (uma em cada estado), no Rio Grande do Sul (Trevo), Espírito Santo (Heringer), em Minas Gerais (Fosfertil) e no Paraná (Fertipar).

Entre as 500 maiores e melhores empresas do Brasil, 43,5% (217 empresas), 7,8% (39 empresas) e 2,2% estão sediadas, respectivamente, nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. ■

Brasil: posicionamento, vendas e crescimento de vendas das empresas de fertilizantes

Empresa	Sede/Estado	Posição		Vendas em 2004	
		2003	2004	US\$ milhão	Crescimento (%)
Bunge	São Paulo, SP	43	39	2.523,1	19,5
Mosaic	São Paulo, SP	152	154	702,3	NA
Trevo	Porto Alegre, RS	195	161	661,9	26,4
Heringer	Viana, ES	179	168	648,1	16,4
Ultrafertil	Cubatão, SP	175	173	635,7	12,9
Fosfertil	Uberaba, MG	283	294	393,2	5,6
Copebrás	Cubatão, SP	371	340	341,8	24,2
Fertipar	Curitiba, PR	NI	424	257,1	-6,5
Fertibrás	Osasco, SP	441	468	225,7	1,0

Fonte: Melhores e Maiores. Revista Exame, julho de 2005.
NA = Não aplicável; NI = Dados não informados.

Brasil: número e riqueza criada por empregado das empresas do setor de fertilizantes

Empresa	Sede/Estado	Número de empregados	Riqueza criada por empregado (US\$)
Bunge	São Paulo, SP	3.931	135,5
Mosaic	São Paulo, SP	1.050	165,9
Trevo	Porto Alegre, RS	883	NI
Heringer	Viana, ES	1.491	90,8
Ultrafertil	São Paulo, SP	1.802	NI
Fosfertil	Uberaba, MG	1.078	246,1
Copebrás	Cubatão, SP	1.271	108,4
Fertipar	Curitiba, PR	769	112,7
Fertibrás	Osasco, SP	623	94,5

Fonte: Melhores e Maiores. Revista Exame, julho de 2005.
NI = Dados não informados.

Previsão para 2005

Como a demanda pelos insumos agroindustriais é derivada e dependente do desempenho do setor agropecuário, a expectativa para 2005 é que as empresas do setor de fertilizantes não apresentem o mesmo desempenho de 2004. No primeiro semestre de 2005, segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), as entregas das misturadoras de fertilizantes para as revendas de insumos espalhadas pelo Brasil apresentaram uma queda de 27,9% (5,825 milhões de toneladas) em relação às entregas realizadas no mesmo período de 2004 (8,083 milhões de t).

A região onde ocorreu a maior retração no 1º semestre de 2005 foi o do Rio Grande do Sul, com queda de 44% em relação às entregas efetuadas de janeiro a junho de 2004. A seca e a queda na produção trouxeram endividamento dos produtores rurais para com as indústrias de insumos e tradings. No Nordeste, a baixa foi menor (- 18,0%) graças à demanda pela cana-de-açúcar. Em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo e Paraná, grandes consumidores de fertilizantes, a redução ficou alinhada com a baixa nacional, próxima a 28%. São sinais claros de que o comportamento de vendas de fertilizantes em 2005 não acompanhará 2004 e que a indústria sofrerá perdas no comparativo 2005/2004.



* Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ESPECIAL

SETEMBRO-2005



SÃO PAULO

Diversificação com alta tecnologia

Com o apoio dos institutos de pesquisa e da assistência técnica,
os produtores paulistas fazem do campo um grande negócio

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



CAPACIDADE PRODUTIVA E CAPACIDADE COMPETITIVA

Duarte Nogueira*

Muito tem se falado sobre a importância e a sustentabilidade do agronegócio para a economia brasileira. Aqui não é diferente, o agronegócio é o negócio de São Paulo. Em nosso estado, dos 645 municípios, 600 têm a economia voltada à produção no campo. Somos a maior plataforma agrícola do País, responsável por 17,3% de tudo o que a agricultura nacional produziu no ano passado. O valor da produção agropecuária paulista, ou seja, antes da porteira, atingiu, em 2004, R\$ 27,1 bilhões.

Entretanto, a grande força paulista está na agregação de valor aos produtos agrícolas. Em 2004, na contabilização das exportações brasileiras do setor, 51,3% delas tinham passado por algum processo de manufatura, enquanto, em São Paulo, este percentual passou para 72,4%. Isto torna a missão do Estado ainda maior para se pensar no futuro do agronegócio.

Neste quadro, eu gostaria de refletir sobre o papel da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Mais do que olhar para o passado e registrarmos a importância da pesquisa agropecuária paulista, com seus seis institutos de pesquisa, dois deles com mais de cem anos, dos seus 15 pólos regionais de pesquisa, é necessário fincarmos sondas para antevermos as demandas tecnológicas e dos consumidores para os próximos 20, 30 anos. A partir disso, nos prepararmos com planejamento estratégico de pesquisa, regionalização tecnológica, defesa agropecuária e extensão rural.

Uma grande aposta é o *cluster*, ou arranjos produtivos locais. O agrupamento de empresas do mesmo ramo em uma região que também concentra fornecedores de produtos, matérias-primas, insumos, componentes e equipamentos, garantindo maior valor agregado e competitividade das empresas. Eu ousaria afirmar que a Secretaria deve formar o seu *cluster* do conhecimento, em que a pesquisa tecnológica, a adaptação regional, o trabalho dos nossos extensionistas atuam conjuntamente; um processo de envolvimento multi-setorial. Este é um grande desafio que já come-

çamos a implementar na Secretaria.

Outro ponto para refletirmos é, se alcançamos este nível de excelência, com a melhor e maior tecnologia de agricultura tropical do Planeta, foi devido a nossa capacidade de antever a demanda mundial de certos produtos agrícolas. Um bom exemplo é o álcool como combustível alternativo. Em 30 anos, alcançamos tal nível de conhecimento que, hoje, nos tornamos o grande protagonista da era dos combustíveis limpos e renováveis. O mesmo se aplica a nossa vocação para a produção verde em larga escala, campos abertos e a tecnologia já desenvolvida. O mundo demandará alimentos mais saudáveis e, muitas vezes, com nichos de mercados especializados.

O nosso grande desafio está em sermos capazes de ler os mercados mundiais consumidores e nos adiantarmos aos demais competidores. Competência para produção, já provamos tê-la. Basta frisar que saltamos de 57,8 milhões de toneladas de grãos na safra 90/91 para 112,4 milhões de toneladas na safra 2004/2005, alcançando um pico de 123,2 milhões de toneladas em 2002/2003. Neste mesmo período, a área de 37,8 milhões de hectares foi para 47,3 milhões de hectares. A produtividade teve aumento de 61,1%.

Claro que depois da porteira, os gargalos são muitos. Nossa infra-estrutura de rodovias, ferrovias, portos carece de investimentos, a capacidade de armazenagem precisa ser ampliada, e, urgentemente, é necessária a redução da pesada carga tributária. Além desses aspectos, a defesa agropecuária, rastreabilidade e certificação dos produtos são indispensáveis para que o País possa assegurar e conquistar mercados.



Portanto, pelos números superlativos de produção e pelos nossos gargalos, percebe-se que nossa barreira não é capacidade produtiva e, sim, nossa capacidade competitiva.

*Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



A FORÇA DA AGRICULTURA PAULISTA

O Estado de São Paulo teve participação significativa na balança comercial do setor no período. As exportações paulistas apresentaram leve recuo em termos proporcionais, evoluindo de US\$6,36 (25,48% do total) para US\$10,039 (24,19%). Por sua vez, o saldo comercial do agronegócio paulista passou de US\$766 milhões (6,24%) para US\$6,279 bilhões (20,06%), favorecido também pela diminuição de 32,79% nas importações (de US\$5,593 bilhões para US\$3,759 bilhões), com São Paulo representando 36,85% em 2004.

Em termos de participação relativa no comércio exterior brasileiro, o agronegócio vem mantendo papel importante na formação do superávit comercial, tendo representado 92,9% do saldo da balança comercial em 2004. Considerando o fluxo de comércio (exportações mais importações), o agronegócio tem mantido níveis próximos de um terço no comércio total do País, atingindo 32,9% em 2004.

CADEIAS DE PRODUÇÃO

Um conjunto de grupos de cadeias de produção se destacou, em termos de aumento das exportações, no período 1997-2004, ou seja: cereais e oleaginosas, produtos florestais, bovinos, suínos e aves, cana e sacarídeos, café e estimulantes, pescado e frutas.



CEREAIS E OLEAGINOSAS

As exportações do grupo aumentaram 83,2% no período, para US\$11,21 bilhões, basicamente, por causa do desempenho da soja e seus derivados. O Brasil foi o país que mais se expandiu no setor, tornando-se o segundo produtor e o maior exportador mundial do complexo da soja. O País ficou mais competitivo em termos tanto de qualidade do produto quanto de produtividade agrícola, devido à maior adoção de inovações tecnológicas (melhoramento genético das sementes, controle de pragas, técnicas de plantio direto etc.), bem como à maior efici-

ência produtiva (gerenciamento, modernização da infra-estrutura produtiva etc.). As exportações paulistas aumentaram 52,07% no período, de US\$555 milhões para US\$844 milhões. Em 2004, o Estado passou a representar 7,53% do total nacional exportado do setor.

ência produtiva (gerenciamento, modernização da infra-estrutura produtiva etc.). As exportações paulistas aumentaram 52,07% no período, de US\$555 milhões para US\$844 milhões. Em 2004, o Estado passou a representar 7,53% do total nacional exportado do setor.



PRODUTOS FLORESTAIS

As vendas externas da cadeia cresceram 84,0%, para US\$6,97 bilhões, tornando o Brasil o nono exportador mundial do setor. Esse desempenho está, em grande parte, associado ao bem-sucedido processo de ampliação das florestas cultivadas para a produção de madeira serrada, celulose e papel. Por trás disso, estão o investimento em biotecnologia (que gerou plantas cinco a seis vezes mais produtivas) e a instalação de moderno parque industrial (mais eficiente e ambientalmente exemplar), aliados às condições climáticas que reduzem em um terço o tempo de produção (caso do eucalipto) em relação às florestas européias. As exportações de São Paulo cresceram 18,78% no período (de US\$ 1,001 bilhão para US\$ 1,189 bilhão), e o Estado passou a representar 17,06% das vendas setoriais para o exterior.

As vendas externas da cadeia cresceram 84,0%, para US\$6,97 bilhões, tornando o Brasil o nono exportador mundial do setor. Esse desempenho está, em grande parte, associado ao bem-sucedido processo de ampliação das florestas cultivadas para a produção de madeira serrada, celulose e papel. Por trás disso, estão o investimento em biotecnologia (que gerou plantas cinco a seis vezes mais produtivas) e a instalação de moderno parque industrial (mais eficiente e ambientalmente exemplar), aliados às condições climáticas que reduzem em um terço o tempo de produção (caso do eucalipto) em relação às florestas européias. As exportações de São Paulo cresceram 18,78% no período (de US\$ 1,001 bilhão para US\$ 1,189 bilhão), e o Estado passou a representar 17,06% das vendas setoriais para o exterior.



CARNE BOVINA

No grupo de bovinos, cujas exportações aumentaram 109,8% (para US\$5,58 bilhões), destaca-se a carne bovina. O Brasil se tornou o maior fornecedor mundial em termos de quantidade, colocando o produto em

143 países. Uma das principais razões é o fato de o País produzir carne em regime de pasto (custo mais baixo e máximo aproveitamento das condições climáticas favoráveis), não utilizando derivados de produtos animais na alimentação do gado. A eclosão da doença da vaca louca, que afetou as produções



da Europa e da América do Norte, contribuiu decisivamente para aumentar a competitividade da carne brasileira. Dono de invejável rebanho, o Brasil igualmente se tornou líder na produção de couro tanto para exportação quanto para o abastecimento da indústria de calçados. Em decorrência, o País ganhou o status também de importante exportador de calçados de maior valor agregado, cujo diferencial, além da qualidade da matéria-prima e do gerenciamento, é o design próprio, cada vez mais aceito no mercado internacional. As exportações paulistas quadruplicaram (de US\$636 milhões para US\$2,474 bilhões) entre 1997 e 2004, e o Estado se tornou o maior exportador brasileiro do setor, passando a representar 44,34% do total em 2004.



SUÍNOS E AVES – O grupo apresentou um dos melhores desempenhos nas exportações (mais 226%, para US\$ 3,62 bilhões). O destaque é o setor avícola, cujo produto de excelente qualidade transformou o País no principal exportador mundial, fruto de tecnologia genética de primeiro mundo e de uma indústria moderna de abate e processamento. Uma característica desse setor é a venda de cortes especiais



para mercados de alto padrão de consumo, como os de Japão, Países Árabes e Europa. Quanto à carne suína, a qualidade sanitária permitiu ampliar a atratividade do produto brasileiro em mercados exigentes, antes, abastecidos por produto resultante de criações com manejo e alimentação menos saudáveis. As exportações paulistas pularam de US\$20 milhões para US\$184 milhões (aumento de 820,00%), com o Estado representando 5,08% dos negócios em 2004.

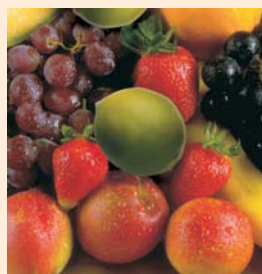


CANA E SACARÍDEOS – Na cadeia de produção de cana (acréscimo de 72% nas exportações, para US\$3,16 bilhões), o Brasil se transformou no maior exportador mundial de açúcar, com quase 20 milhões de toneladas por ano. Além de

liderar o mercado de açúcar, o País abriu novas perspectivas para o álcool combustível, alcançando exportações de 2,2 bilhões de litros em 2004. Dessa maneira, se torna também referência mundial na produção de combustível renovável, num contexto de mudança de patamar dos preços do petróleo e de pressão crescente por parte da sociedade dos vários países no sentido de melhores condições ambientais. As exportações da cadeia de cana e sacarídeos cresceram 107,13% em São Paulo, (de US\$1,038 bilhão para US\$2,150 bilhões), com o Estado passando a representar 68,04% do total negociado com o exterior em 2004



CAFÉ – Apesar de a receita cambial cair 28,5%, para US\$2,4 bilhões, o grupo de café e estimulantes apresentou profundas transformações no período. A participação relativa do Brasil cresceu de 21% para 30% no mercado mundial de café, aumentando o poder de influência do País. No entanto, a mudança mais significativa foi na direção da "descomoditização" do café. O Brasil passou da condição de tradicional exportador de café padrão para a de ofertante de produtos diversificados, com ênfase nos cafés especiais e natural. Assim, o País já exporta mais de 40 tipos de cafés especiais. Apesar de encolherem 42,78% (de US\$ 699 milhões para US\$ 400 milhões), as exportações paulistas de café representavam 16,67% do total nacional em 2004.



FRUTAS – Nesta área, as exportações aumentaram 28%, para US\$1,8 bilhão, com destaque para o maior ganho de mercado por parte das frutas *in natura*, cuja participação nas vendas externas praticamente dobrou (de 18% para

36%). O Brasil está se tornando um importante fornecedor de frutas tropicais (mamão, manga etc.), bem como de uva para o mercado europeu, além de despontar como grande fornecedor de produtos orgânicos. O peso relativo das frutas processadas no total do grupo caiu de 84% para 68%, mas o suco de laranja continuou na liderança do mercado mundial, com 1,3 milhão de toneladas exportadas em



2004. O suco de laranja foi, de longe, o principal item das exportações paulistas de frutas, mantendo o Estado de São Paulo na liderança do setor. As vendas externas de frutas aumentaram 7,64%, de US\$1,074 (US\$1,007 bilhão de suco de laranja) para US\$1,156 bilhão (US\$1,067 bilhão de suco de laranja), representando 64,22% em 2004.



PESCADOS – A cadeia de produção cujas exportações mais cresceram no período em termos relativos foi a de pescado (231%, para US\$ 430,19 mil). É que o Brasil construiu, nesse período, um setor inovador de produção

de camarão marinho cultivado no Nordeste. Com isso, o País ganhou competitividade, tornando-se um dos dois ou três maiores produtores mundiais do crustáceo e importante fornecedor aos mercados norte-americano e europeu. Também está em franca expansão a exportação de peixes processados (filé de tilápia, por exemplo) a partir de produção cultivada. A substituição da captura por cultivo aumentou a produção e melhorou a qualidade dos produtos, criando condições para atender aos exigentes padrões de demanda no mercado internacional.



TÊXTIL – Na cadeia têxtil, o aumento das exportações, de US\$1,06 bilhão para US\$1,70 bilhão, não conta a história inteira das transformações do setor. O País se firmou no setor como grande exportador de jeans, e a indústria da

moda ganhou prestígio no mercado internacional. O Brasil já é considerado um grande centro de design na área de moda, se posicionando no mercado como grande fornecedor de produtos de alto valor agregado. Além disso, o País reconstruiu sua produção de algodão, com o deslocamento da cultura para regiões mais favoráveis e a modernização do processo produtivo (melhoria genética das sementes e novas tecnologias de cultivo, colheita e processamento da fibra etc.), o que permite gerar fibras de alta qualidade e competitividade. Com isso, o Brasil voltou a ser exportador líquido de fibras de algodão, além de atender à demanda do mercado interno. As exportações paulistas cresceram 9,82%

no período, de US\$326 milhões para US\$358 milhões, representando 21,06% do total nacional do setor em 2004.



MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS –

A modernidade da produção de maquinaria e implementos agrícolas brasileiros, com qualidade e durabilidade comprovadas em condições de agricultura tropical, permitiu que avançassem as exportações desse segmento. As vendas externas de bens de capital e insumos saltaram de US\$1,09 bilhão para US\$1,92 bilhão no período, o que revela a condição do País de se constituir não apenas num player relevante em diversos agromercados de produtos, mas também de sustentar o crescimento setorial em longo prazo, com uso de tecnologia de ponta frente aos padrões mundiais, por haver desenvolvido competente indústria de bens de capital para a agricultura. No caso paulista, o grupo de máquinas e implementos também é o principal item de bens de capital e insumos. As vendas externas paulistas desse segmento cresceram 32,11% no período, de US\$517 milhões para US\$683 milhões, representando 35,57% do total nacional em 2004.

Em termos de saldos comerciais, os indicadores também apontam resultados amplamente favoráveis ao agronegócio brasileiro no período 1997-2004. O agronegócio consolida, assim, a posição de mais importante segmento exportador da economia brasileira, com superávits comerciais em todos os anos do período. Todos os segmentos do setor apresentaram crescimento, ou seja, produtos básicos, 80,4%; semimanufaturados, 68,3%; e manufaturados, 49%.

Estudos recentes da Organização para a Agricultura e a Alimentação das Nações Unidas (FAO-ONU) e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) coincidem em apontar que o Brasil é um dos países com maior potencial para aumentar as exportações agrícolas nos próximos anos. Porém, o esforço brasileiro corre o risco de continuar prejudicado pelo protecionismo e pelos subsídios mantidos principalmente pelos países mais avançados.

Estudos recentes da Organização para a Agricultura e a Alimentação das Nações Unidas (FAO-ONU) e do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) coincidem em apontar que o Brasil é um dos países com maior potencial para aumentar as exportações agrícolas nos próximos anos. Porém, o esforço brasileiro corre o risco de continuar prejudicado pelo protecionismo e pelos subsídios mantidos principalmente pelos países mais avançados.

Texto - Instituto de Economia Agrícola

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



Desempenho do agronegócio brasileiro

O sucesso do agronegócio brasileiro no mercado internacional decorre da amplitude continental da nação, que sustenta enorme potencialidade de expansão geográfica da produção agropecuária. A exploração dessa condição favorável vem sendo realizada com a irradiação de inovações tecnológicas e gerenciais, que elevam os padrões de qualidade e aumentam os níveis de competitividade.

Uma das importantes características da agricultura brasileira é a diversificação de atividades, gerando, além de produtos e matérias-primas básicas, volumosas colheitas de frutas, hortaliças, flores e plantas ornamentais, especiarias e produtos de aquicultura e de pequenos animais. No caso dos principais produtos agrícolas e pecuários, a oferta tem sido suficiente para atender às estimativas de consumo por parte da população brasileira, além de haver anualmente um estoque final (*carry-over*) de garantia.

O sucesso do agronegócio brasileiro, sobretudo nos últimos 10 anos, está diretamente relacionado com a estratégia adotada pelo País, que criou novos instrumentos de políticas públicas para capitalizar os produtores rurais, modernizar o parque de máquinas e equipamentos e viabilizar o acesso às inovações tecnológicas. Contribuíram decisivamente para isso programas de financiamento de longo prazo com taxas de juros fixas e definição de novas fontes de financiamento para o setor, tanto por meio do orçamento público quanto pelo mercado. Além disso, o Brasil se tornou mais agressivo no mercado internacional com políticas de incentivo às exportações.

O resultado desse conjunto de ações pode ser ilustrado com o desempenho da balança comercial do agronegócio no período 1997-2004, cujas exportações saltaram de US\$ 24,964 bilhões para US\$41,508 bilhões, contribuindo para a evolução do saldo comercial do setor de US\$12,275 bilhões para US\$31,306 bilhões. O fato de as importações terem diminuído 19,6% no mesmo período, para US\$10,20 bilhões, é o outro lado da moeda que apenas reforça a eficiência do setor.

PESQUISA

INSTITUTO DE PESCA: EXCLUSIVIDADE E PIONEIRISMO

Pioneirismo, esta é a marca de atuação do Instituto de Pesca. O primeiro órgão de pesquisa do País, criado em 1969, a apresentar um organograma com atribuições voltadas ao estudo de ecossistemas aquáticos e à biologia de organismos aquáticos (marinhos e continentais). É a única instituição do estado de São Paulo que coleta e disponibiliza dados estatísticos e informações sobre a pesca marinha e continental. Na aquicultura, se destaca como um dos primeiros Institutos brasileiros a desenvolver estudos de cultivo de truta, camarões de água doce, rã e moluscos marinhos, notadamente, ostras e mexilhões, áreas em que se tornou referência nacional.

O Instituto de pesca mantém várias estações de pesquisas integradas aos pólos regionais de desenvolvimento, em conformidade com a vocação da área para a atividade de piscicultura marinha e continental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Além dos trabalhos na área de pesquisa, o Instituto de Pesca, pela exclusividade das suas especializações, é hoje referência também na educação ambiental. Mantém o Museu de Pesca de Santos, instalado em um casarão na Ponta da Praia em Santos, há mais de meio século. O acervo é composto de diversas espécies de peixes, crustáceos, aves e mamíferos taxidermizados (empalhados). Duas alas fazem muito sucesso entre os visitantes: a baleia de 23 metros ocupando uma sala inteira e a ala lúdica da Petrobrás, que reproduz ecossistemas marinhos com perfeição por meio de miniaturas em silicone feitas por artistas. O Museu possui também tubarões de vários tamanhos, uma coleção de areias de centenas de praias brasileiras, entre outras curiosidades. Dentro do Museu, também é mantido um Centro de Educação Ambiental que oferece cursos e palestras para alunos da rede pública.

Edson Kubo

Diretor do Instituto de Pesca

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ





Tanque-rede é opção para produção continental de peixes

O estado de São Paulo possui cerca de um milhão de hectares de espelho d'água ocupados pelas represas hidrelétricas. Soma-se a esse número outros milhares de hectares de pequenos açudes e represas utilizados como reservatórios para irrigação, pecuária e outras finalidades. A ocupação de uma pequena parcela dessa lâmina d'água para criação de peixes em tanque-rede pode fazer com que São Paulo passe de importador a grande produtor de pescado.

Segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, havia no Estado, em 1995, 3.584 propriedades onde se praticava a piscicultura como atividade econômica. A criação de peixes em tanque-rede, que inexistia há alguns anos, já é notada em algumas regiões do Estado. Em 1999, havia 500 tanques-rede, aproximadamente, insta-

lados em 25 propriedades. A transformação de pescadores, de exploradores de recursos naturais em criadores de organismos aquáticos, poderia ser incentivada pela difusão das técnicas de criação em tanque-rede.

A produção da aquicultura continental paulista experimenta um significativo crescimento, classificando-a atualmente como a segunda maior produção de pescado de água doce do País, com um total de 20.821 toneladas anuais. Um dos grandes responsáveis por esse avanço é o considerável aumento de empreendimentos de criação em tanque-rede, principalmente de tilápias. Estima-se, hoje, a existência de mais de 2.500 tanques, com possibilidades de ampliação, em curto prazo. Mesmo assim, São Paulo ainda é responsável por 55,21% das importações de pescado (marinho e continental) no Brasil, atingindo 54.449 toneladas, o que perfaz um volume de negócios estimado em US\$ 222.297.000,00.

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



INSTITUTO BIOLÓGICO: INOVAÇÃO CONSTANTE

Nos seus mais de 80 anos de atividade, o Instituto Biológico está em permanente atuação em consonância com as exigências sanitárias, adequando-se às demandas do mercado nacional e internacional. Além de realizar pesquisas voltadas ao desenvolvimento da agropecuária, também presta serviços ao setor produtivo e à população na produção de vacinas, diagnósticos e educação para toda a comunidade agropecuária.

Esta constante modernização acompanha de perto a inovação tecnológica exigida. Em janeiro de 2001, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou oficialmente o Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), que visa melhorar as condições sanitárias do rebanho bovino nacional, com a certificação de rebanhos livres de doenças. Para alcançar esta meta, o Instituto recém-inaugurou novas instalações para o Laboratório de Produção Tuberculinas PPD Bovina e Aviária, para o diagnóstico a campo da tuberculose bovina, o Antígeno Acidificado Tamponado, o Antígeno Lento e o Antígeno do Anel em Leite, para o sorodiagnóstico da brucelose, incluindo ainda um setor nível III de biossegurança.

Este tem sido o caminho trilhado pelo Instituto Biológico, que desde a sua fundação persegue a linha inovadora na área de segurança alimentar. Prova disto é que sua criação, em 1924, se deveu à instalação da "Comissão de Estudo e Debellação da Praga Cafeeira", uma terrível praga dos cafezais paulistas, a chamada broca.

Antonio Batista Filho

Diretor Geral do Instituto Biológico

IAC: PESQUISA COM RESULTADO SÓCIO-ECONÔMICO

Diversidade genética e resistência fitossanitária – pilasstras da sustentabilidade agrícola e das cadeias produtivas – são norteadoras da pesquisa desenvolvida no Instituto Agrônomo (IAC) há 118 anos. Desde a época de D. Pedro II, princípios de preservação e visão mercadológica marcavam as pesquisas do IAC, em Campinas. Desde então, os cafezais cederam espaço para *bits*, *chips*, tecnologias *wireless*, genomas e outras criações do mundo *high tech*. Em terra fértil para a geração tecnológica, nasceu e prosperou o IAC – responsável pelo desenvolvimento de cerca de 700 variedades de plantas de 66 diferentes espécies essenciais para a alimentação e o bem-estar de brasileiros.

Desde 1887, o IAC desenvolve variedades de plantas mais resistentes e produtivas, tecnologias de produção e colheita, gera e disponibiliza informações agro-meteorológicas, faz análises de solos, pragas e doenças. Os estudos envolvem café, grãos e fibras, cana-de-açúcar, frutas, citros, horticultura, recursos genéticos vegetais, solos e recursos ambientais, eco-fisiologia e biofísica, fitossanidade e engenharia e automação.

Da pequena horta aos grandes campos tecnificados, os resultados do IAC se confundem com o sucesso do Brasil agrícola. E a mesma Casa que contribuiu para a superação de vários desafios da agricultura brasileira, como a crise cafeeira de 1929 e a tristeza dos citros na década de 40, agora coordena pesquisas de Genoma Café e Genoma Citros.

A modernização das atividades de P&D fortalece a excelência do melhoramento genético de plantas, "construído" no IAC – só no último ano, a Instituição lançou quatro novas variedades de cana-de-açúcar com vocação regional, fortalecendo o Estado de São Paulo e seus 3,3 milhões de hectares de cana. O mercado de feijão também foi alimentado com quatro novas variedades do IAC – três do tipo carioca e

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ





um preto – mais produtivas e resistentes às principais doenças, podendo derrubar os custos de produção em até 30%. Diante da exaustão dos recursos energéticos, uma nova variedade de girassol é opção à sustentabilidade – a IAC-larama se destaca por produzir cerca de 42% de óleo, mas em menor tempo. O amendoim teve um acréscimo em torno de 25% na área plantada em 2003/2004, atingindo cerca de 60 mil hectares em São Paulo, responsável por 80% do amendoim produzido no País. Destaca-se que as sementes do IAC ocuparam 70% dessa área, aproximadamente.

A pesquisa do IAC beneficiou também nichos específicos de mercado com a nova variedade de arroz preto tipo exótico, a primeira desenvolvida para o cultivo em São Paulo, e o abacaxi IAC Gomo de Mel, que dispensa a descasca e agrega valor ao produto.

Ainda no último ano, o IAC descobriu o café

naturalmente descafeinado e a nova anomalia na citricultura, o *Greening*, e aprimorou os estudos e a disponibilização de dados meteorológicos sobre desafios climáticos, como a seca. Esses numerosos resultados fortalecem a credibilidade do IAC, que, em 2004, ampliou sua captação externa, chegando a 35% do valor investido pelo Estado.

Mais do que inovações, os resultados do IAC criam oportunidades de melhores ganhos a custos e impactos ambientais menores. No universo pós-porteira, os benefícios do agronegócio brasileiro invadem as cidades e estimulam negócios impulsionados por cerca de 600 pesquisas em andamento no IAC – verdadeiras molas propulsoras do desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Orlando Melo de Castro

Diretor-Geral do Instituto Agronômico (IAC)

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



DESENVOLVENDO O AGRONEGÓCIO REGIONAL

A Apta Regional é formada por 34 Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento divididas em 15 Pólos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios. A criação dessas unidades, em 2002, atende às necessidades das demandas regionais de todo o Estado de São Paulo, que possuem características próprias e individualizadas.

A necessidade de regionalizar o conhecimento surgiu em um momento em que o Governo do Estado decidiu interiorizar a geração de renda e trabalho como instrumentos de redução das disparidades inter-regionais. Dessa forma, os Pólos Regionais enfocam a região a partir da realidade local das cadeias de produção e suas potencialidades, o que beneficia o produtor rural, que recebe no campo os desenvolvimentos tecnológicos produzidos pela pesquisa agropecuária.

Essas unidades têm como finalidade gerar, adaptar e difundir conhecimentos e tecnologias para as cadeias de produção do agronegócio regional, bem como desenvolver e articular o atendimento da demanda de serviços e insumos estratégicos ao desenvolvimento.

Essas unidades atuam no sentido de integrar os ramos de conhecimento da agronomia, zootecnia, defesa sanitária animal e vegetal, pesca e aquíicultura, economia agrícola e tecnologia de alimentos gerados pelos institutos de pesquisa, convergindo-os para a solução de pontos de estrangulamento do desenvolvimento regional.

Essa interiorização do desenvolvimento pela atuação descentralizada da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio dos Pólos Regionais, constitui um poderoso instrumento de superação das diferenças regionais paulistas. Recentemente, os Pólos Regionais receberam um aporte em seu núcleo intelectual com a contratação de 133 novos pesquisadores (6 pós-doutores, 70 doutores e 32 mestres) que irão atuar em conjunto com os 82 que já trabalhavam na instituição.

Irineu Arcaro Júnior

Pesquisador científico e diretor da Apta Regional

PR PÓLOS REGIONAIS DE DE

Pólo Reg

Melhoran
ção do so
animal e
Bovincu

Pólo Regional do Noroeste Paulista

Pecuária de Corte e Leite, Avicultura, Cana-de-
car, Seringueira, Uva, Manga, Plantas Aromá
e medicinais, Grãos e Fibras, Manejo e conse
ção do solo

Pólo Regional Extremo Oeste

Pecuária de Corte e Leite, Mandioca,
Cana-de-açúcar, Frutas, Grãos

Pólo Regional Alta Paulista

Pecuária de Corte e Leite, Integração Agricultura /
Pecuária, Cana-de-açúcar, Amendoim, Café, Ovos,
Outras culturas

Pólo Regional Alta Sorocabana

Pecuária de Corte e Leite, Integração Agricultura/
Pecuária, Grãos e Fibras, Mandioca

Pólo Regional do Médio Paranapanema

Cana-de-açúcar, Piscicultura, Soja e Milho,
Mandioca, Frutas, Outras Culturas

Pólo Regional do Centro Oeste

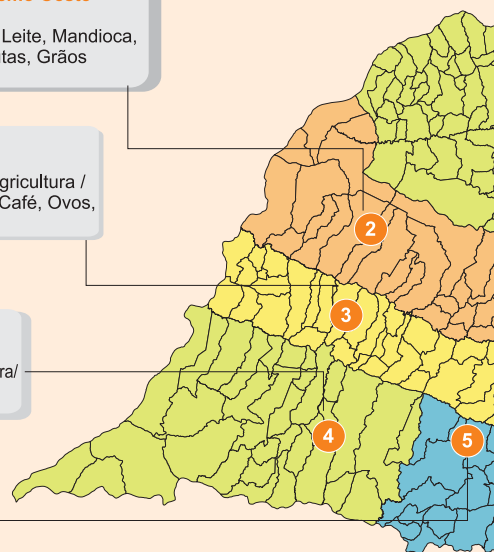
Pecuária de Corte e Leite, Frutas, Cana-de-açúcar
Pesca Interior, Café, Grãos

Pólo Regional Sudoeste Paulista

Pecuária de Corte, leite, ovinocultura e
Horticultura, Fruticultura, Floricultura, A
Feijão, Milho, Bambus, Cereais de inv

Pólo Regional do V

Cadeia da Banana, C
Palmito, Horticultura
Bubalinocultura



SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



PRINCIPAIS LINHAS DE PESQUISA

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS AGRONEGÓCIOS

Pólo Regional Centro Norte

Manejo e fitotecnia, Fertilidade e conservação do solo, Piscicultura e plantio direto, Sanidade vegetal, Produção de grãos e silagem, Cultura de corte

Cana-de-açúcar, Fruticultura, Piscicultura

Pólo Regional da Alta Mogiana

Pecuária de Corte e Leite com ênfase em boi orgânico, Cana-de-açúcar, Seringueira, Laranja, Milho, Soja

Pólo Regional do Centro Leste

Pecuária de Corte e Leite, Laranja, Outras Culturas

Pólo Regional do Nordeste Pauslita

Horticultura - cebola e batata, Cana-de-açúcar, Pecuária de Leite, Algodão, Milho, Café, Arroz

Pólo Regional do Leste Paulista

Cana-de-açúcar, Cachaça, Horticultura, Fruticultura, Avicultura, Modelos de Agricultura Familiar

Pólo Regional do Vale do Paraíba

Pecuária de Corte e Leite, Horticultura, Fruticultura, Rizicultura, Piscicultura, Truticultura

Avicultura, suinocultura, Algodão, Arroz

Pólo Regional do Vale do Ribeira

Cadeia do Chá, Cadeia do Café, Floricultura, Ostricultura

Pólo Regional do Centro Sul

Pecuária de Corte e Leite, Agricultura Agroecológica, Cana-de-açúcar, Frutas

APTA Regional

● Pólo Regional
★ Sede

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



INSTITUTO DE ZOOTECNIA: UM SÉCULO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

O Instituto de Zootecnia é referência em produção, nutrição e alimentação animal. Desde 1909, já realizava as primeiras seleções de Gado Caracu, em Nova Odessa. O IZ é reconhecido pela enorme contribuição oferecida nas áreas de pastagens consorciadas, nutrição de plantas forrageiras, melhoramento genético animal, sericicultura, apicultura, eqüideocultura, suinocultura, ovinocultura, bubalinocultura. E, também, pelo grande potencial presente e constante atualização, transformando a pesquisa científica em tecnologia e inovação à sociedade.

O IZ, que completou seu primeiro centenário, em 15/07/2005, gera tecnologia para os agronegócios paulista e brasileiro. Com pesquisas em Nova Odessa e Sertãozinho, também interage por intermédio de Pólos Regionais da APTA.

De olho no futuro, o Instituto se destaca no agronegócio ao gerar novas tecnologias como sistema de produção intensiva de ovinos superprecoce;

identificação de genótipos superiores para maciez da carne; programa de melhoramento genético de raças zebuínas brasileiras; caracterização genética de bovinos por meio de marcadores moleculares e suas relações com raças européias e zebuínas; avaliação de novos acessos de gênero *Brachiaria* para obter cultivares persistentes sob pastejo animal; produção animal para corte com uso de banco de proteínas e suplementação para reduzir a idade de abate; sistemas silvipastoris para minimizar o efeito estufa com o seqüestro do gás carbônico; cruzamento de plantas forrageiras – gramíneas e leguminosas – inédito no Brasil; é o único Instituto oficial que realiza o fluxograma de avaliação e certificação de qualidade de cultivares de plantas forrageiras (patentes vegetais), para registro no SNPC do Ministério da Agricultura.

Paulo Bardauil Alcântara
Diretor Geral do IZ



foto revista Balde Branco

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ





ITAL: APOIO A TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS

Dentre as atividades atualmente desenvolvidas pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos, duas se destacam por sua importância estratégica: os Programas PROGEX e PRUMO.

O PROGEX-Programa de Apoio Tecnológico à Exportação, da FINEP, tem como objetivo o apoio às indústrias interessadas em adequar sua tecnologia para exportação, abrindo caminho para que micro, pequenas e médias empresas encontrem condições para atuarem com competitividade no mercado exterior.

O ITAL atualmente dá suporte a 40 empresas do setor de alimentos interessadas em aperfeiçoar seus processos, produtos e embalagens pelo PROGEX. A linha de trabalho do Instituto inclui duas fases. Na primeira, é realizado um diagnóstico dos problemas da empresa e o levantamento de suas necessidades tecnológicas para atender ao seu mercado-alvo. Na segunda, é montado um projeto envolvendo a adequação de sua produção nos aspectos críticos para atendimento das exi-

gências técnicas e legais do país importador.

O PRUMO, parceria com a FINEP e o SEBRAE, pretende levar a assistência tecnológica do ITAL às empresas por meio de uma unidade móvel de atendimento, equipada para a realização de testes e análises simples no local, e também para coleta, manuseio, preparo e acondicionamento de amostras para processamento em laboratório.

A logística de atendimento do PRUMO prevê que a unidade móvel estará, a cada semana, em um novo município do estado de São Paulo, em que os técnicos realizarão um diagnóstico dos problemas das empresas locais e elaborarão um plano de ação para promover a assistência aos segmentos da indústria de alimentos considerados no levantamento previsto no período.

Airton Vialta

Diretor Geral ITAL - Instituto de Tecnologia dos Alimentos

**SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



SEGURANÇA ALIMENTAR: UMA EXIGÊNCIA DO CONSUMIDOR

As enfermidades transmitidas por alimentos são uma das principais causas de morbidade nos países da América Latina e do Caribe. Os alimentos podem ser contaminados pelo mal uso de substâncias químicas, contaminação ambiental e práticas inadequadas de manipulação, dentre elas, o uso de aditivos não autorizados. Prevenir, reduzir e monitorar os riscos são desafios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA).

No estado de São Paulo, cabe à CDA o registro de estabelecimento no Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP) para a industrialização de produtos de origem animal (carne, leite, ovos, mel

e seus derivados), que são periodicamente fiscalizados. Estabelecimentos sem registro são considerados clandestinos. Dentre as ações da CDA, se destaca a fiscalização do trânsito de produtos de origem animal e vegetal nas rodovias paulistas, com o intuito de evitar a disseminação de doenças e preservar a saúde da população.

A fiscalização do comércio e o uso correto e seguro de agrotóxicos, bem como a destinação das embalagens vazias, são atividades desenvolvidas em benefício do meio ambiente e da saúde pública. A fiscalização está voltada para a aplicação correta e segura de agrotóxicos no controle das pragas indesejáveis nas lavouras, visando atingir parâmetros aceitáveis de resíduos. A devolução de embalagens vazias, com a aplicação de técnicas de descontaminação, reduz os riscos de contaminação ambiental por resíduos remanescentes e embalagens.

Enoch Tadeu de Mendonça

Coordenador/Defesa Agropecuária

São Paulo livre da febre aftosa

O Estado de São Paulo é reconhecido como livre da febre aftosa com vacinação, pela Organização Internacional de Sanidade Animal (OIE), graças aos avanços conseguidos no combate a essa doença, propiciando assim garantir ao comércio nacional e internacional a saúde do seu rebanho bovino e bubalino. A OIE é uma organização normativa encarregada de exercer a vigilância sobre a segurança sanitária do comércio mundial de animais e de seus produtos. O Estado tem conseguido manter uma alta imunização do seu rebanho. Na última etapa de vacinação, realizada sob a coordenação da Defesa Agropecuária, no mês de maio, a cobertura vacinal voluntária foi de 99,41%.

O controle da febre aftosa no território paulista é um dos fatores responsáveis pelo

desempenho das exportações. A carne bovina é o primeiro item da pauta de exportações do agronegócio paulista. Em 2004, os embarques da carne bovina do estado de São Paulo somaram US\$1,788 bilhão, respondendo por cerca de 70% das exportações nacionais do produto. Já

a cadeia total de bovinos (carne, leite e couro) registrou exportações no valor de US\$2,473 bilhões, o que garantiu uma participação de 44,3% nas exportações totais do segmento do Brasil.

O Brasil tem o maior rebanho bovino comercial do mundo, com 195 milhões de cabeças. Atualmente,

84% do rebanho brasileiro têm reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa com vacinação. O estado de São Paulo possui o sexto maior rebanho nacional, com 14 milhões de cabeças. É o principal centro consumidor e exportador de carne bovina do País.



SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ





AGREGANDO VALOR À PRODUÇÃO

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento possui 25 Câmaras Setoriais da Cadeia Produtiva Paulista, que têm papel fundamental para o bom desempenho de todos os elos da produção, unindo produtores, técnicos, sindicatos e empresários num trabalho de mediar e orientar as discussões para aumento da eficiência, oferecendo aos consumidores produtos de melhor qualidade, promovendo a competitividade e garantindo a distribuição dos lucros de forma igualitária a cada um dos elos da cadeia produtiva.

Graças ao trabalho desenvolvido pelas Câmaras Setoriais, São Paulo conta hoje com produtos diferenciados e altamente competitivos, como o Café de Qualidade Superior, o Carvão Premium, o Suíno Paulista e o Algodão Premium, todos certificados pelo Sistema de Qualidade: Produto de São Paulo.

Sob responsabilidade da Codeagro (Coordenadoria do Desenvolvimento dos Agronegócios) e das Câmaras Setoriais, um dos principais objetivos do programa Selo de Qualidade Produto de São Paulo é possibilitar a agregação de valor aos produtos agroindustriais e promover a ampliação de sua oferta no mercado brasileiro e internacional. Com o investimento em qualidade e a obtenção do selo, obedecendo a normas desde a colheita a embalagem, alcança-se um produto diferenciado, de maior valor agregado.

PROGRAMA DE MICROBACIAS MELHORA A VIDA DA FAMÍLIA RURAL

Muitos produtores envolvidos com o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas se declaram satisfeitos com os resultados já obtidos. Esses agricultores reconhecem que ao participarem do Programa mudaram sua maneira de produzir, já que continuam buscando melhores rendimentos e estão cada vez mais preocupados em preservar os recursos naturais. A novidade é a adoção da microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e intervenção. Assim, os agricultores percebem que as causas e as consequências de suas ações vão além dos limites de sua propriedade. Tudo começa com um processo participativo, envolvendo as famílias dos produtores rurais, suas entidades representativas e governos estadual e municipal para a elaboração de um plano de ação, em que estão identificadas as necessidades legítimas do grupo envolvido.

As ações apoiadas pelo Programa de Microbacias Hidrográficas tem como focos principais: eliminar problemas causados pelas erosões, viabilizar a recuperação de áreas degradadas, reduzir o custo de manutenção das estradas rurais, diminuir os riscos de poluição da água, contaminação de alimentos e intoxicação do homem pelo uso de agrotóxicos, recompor e manter as matas ciliares, proteger mananciais e nascentes, fortalecer a organização dos produtores rurais, capacitar os agricultores para o gerenciamento eficiente de sua propriedade e transformá-los em agentes de desenvolvimento. Todas essas ações buscam conscientizar as populações do campo e da cidade sobre a importância da conservação dos recursos naturais.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, uma parceria do Governo do Estado com o Banco Mundial desde 2000, já está presente em 471 municípios e atuando em mais de 770 microbacias, beneficiando cerca de 55 mil produtores rurais. Tem um orçamento de 124 milhões





de dólares para até 2007 e meta para envolver 90 mil produtores.

As ações realizadas até agora superaram as expectativas, promovendo a inclusão social das comunidades envolvidas, a organização dos produtores e a viabilização da produção no campo, proporcionando um aumento na renda. Com isso, todos ganham: os produtores satisfazem suas necessidades e o comércio da cidade se movimenta mais. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas representa uma nova forma de atuação da extensão rural, pela qual o produtor e sua família são parte integrante e de fundamental importância para o sucesso das ações.

Em função dessa linha de atuação, tornou-se

um dos projetos estratégicos do Governo de Geraldo Alckmin. Com a aprovação recente da Lei 11970, que alterou a Lei do Uso, Conservação e Preservação do Solo Agrícola, vieram novas regras que ampliaram os incentivos às práticas conservacionistas e possibilitaram a inclusão de outras como a divisão de pastagens, a correção da acidez do solo por meio de aplicação de calcário e instalação de clorador e fossa séptica nas residências.

Cada microbacia abrange, em média, uma área de 3 mil hectares, onde estão inseridas cerca de 80 famílias de produtores rurais. A meta para este ano é chegar a 900 microbacias em 550 municípios. Até o momento, foram investidos R\$15,5 milhões em práticas conservacionistas, sendo reembolsados pelo Programa R\$7,3 milhões. Para corrigir problemas de erosão de solo, que ocorrem na maioria das propriedades rurais, foram controladas 473 voçorocas, sendo previstas mais 600 em todo o estado ainda em 2005. Para o melhor escoamento da produção, foram recuperados cerca de 400 km de estradas rurais, cujo investimento chegou a R\$13,3 milhões.

José Carlos Rossetti - coordenador da CATI -
Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

**SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



Mudando a vida de todos

O Programa de Microbacias já apresentou resultados importantes. Em Socorro, graças às informações sobre novas técnicas de produção disponibilizadas, o produtor de uvas Carlos Morais transformou seu cultivo em uma plantação totalmente orgânica e deu novo fôlego à sua produção, até então castigada pelo excesso de chuvas e solo empobrecido.

Na microbacia do Córrego do Matadouro, em Brodowski, a agricultora Cláudia Fernanda Bugni montou seu agronegócio na microbacia e fornece vegetais higienizados para grandes redes como o Pão de Açúcar e Wal-Mart de Ribeirão Preto. Para dar conta da demanda, Cláudia compra verduras e legumes de outros produtores da microbacia.

Na microbacia do Córrego do Botelho, em Pontes Gestal, os maiores problemas eram a degradação ambiental e das pastagens. Para minimizar essa situação, foram implantadas algumas tecnologias conservacionistas como distribuição de mudas para reflorestamento das matas ciliares e sementes para adubação verde. Benedito Jacob Gonçalves de Souza integra o projeto de Viabilidade da Pecuária Leiteira na Pequena Propriedade. Ele afirma que após a implantação, o gado está bonito e bem desenvolvido. "Se não fossem a força e as orientações da Casa da Agricultura, eu não sei onde iria parar". Já Gil Lourenço Constâncio, um dos beneficiados com a implantação do abastecedor comunitário, explica que todos tinham problemas com o atolamento do gado nos córregos. Agora, além dos piquetes para pastagem e do alimento de qualidade, os animais tem água com fartura. "Foi um grande melhoramento para os produtores da microbacia." A produtora Francisca Marques de Lima já fez o reflorestamento da nascente do Córrego e implantou 28 piquetes para seus animais; ela acredita que a recomposição da nascente vai conservar a água, tanto para ela quanto para os vizinhos, além de recompor a fauna e a flora.

A VEZ DOS PEQUENOS

O Feap/Banagro - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - do Banco do Agronegócio Familiar - é o crédito do Governo do Estado de São Paulo que, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, presta apoio financeiro a programas e projetos específicos, alavancando setores agropecuários e regiões do Estado. O programa atende a produtores familiares, bem como a suas cooperativas e associações, das áreas de agropecuária e pesca artesanal.

Temos hoje 26 linhas de financiamento à disposição do produtor com renda bruta anual de até R\$185 mil. O agricultor paulista tem acesso a es-



tas linhas por meio do nosso agente financeiro, o Banco Nossa Caixa, com juros de 4% ao ano, um dos mais baixos do País. Além disso, o agricultor familiar se beneficia de facilidades como prazo de pagamento de até 5 anos e carência de 2 anos.

Dentre as nossas linhas de financiamento, algumas delas são destaque, como a de aquisição de máquinas de plantio direto, criada no final de 1998, com o objetivo de incrementar a tecnologia de plantio direto na palha, no Estado de São Paulo, que teve um aporte inicial de R\$3 milhões, sendo que atualmente o valor total acumulado é de R\$49 milhões de reais, já liberados aos produtores. Outro crédito com elevada demanda é o da pecuária de leite, com o objetivo de melhorar a genética do rebanho, visando ao aumento da produtividade do leite, além de prever a aquisição de tanque de expansão para o resfriamento do leite na propriedade; e com R\$4 milhões aprovados inicialmente, em agosto de 2001, temos hoje um valor global superior a R\$38 milhões contratados pelo agricultores.

Além do apoio financeiro, os agricultores paulistas têm o apoio tecnológico dos seis Institutos de Pesquisa e assistência técnica dos extensionistas das Casas de Agricultura localizadas em cada município do Estado de São Paulo.

Dessa forma, os produtores rurais poderão ter acesso à modernização dos processos produtivos e se integrar competitivamente a uma economia aberta em que a qualidade e produtividade são requisitos indispensáveis ao sucesso, na condução do agronegócio, proporcionado-lhes, conseqüentemente, aumento de renda.

SEMEANDO TECNOLOGIA

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento possui, ligado a CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, o Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes, o qual multiplica variedades em suas 21 unidades de produção e comercialização, além de semear esta mesma produção entre produtores parceiros. São cerca de 11 mil toneladas de sementes de milho, feijão, trigo e outros grãos, com certificação, que são vendidos ao produtor, atendendo anualmente a 100 mil agricultores em todo o estado de São Paulo. É a única unidade da Federação a possuir este serviço de semente e muda de qualidade para o plantio.

Rejane Cecília Ramos

Secretária-executiva do FEAP/Banagro

Subvenção do seguro rural

Uma das mais festejadas medidas para o setor é o Projeto Estadual de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. É o terceiro ciclo deste projeto, que, além de dar uma subvenção de 50% do valor do prêmio pago pelo produtor para segurar a sua safra, tem um objetivo mais amplo, criar no agricultor a cultura de se fazer seguro rural e dar a ele os instrumentos de proteção mais baratos.

Pioneira no País, a experiência paulista mostra que é possível plantar com segurança um zoneamento agrícola, um trabalho intenso junto às seguradoras e recursos disponíveis. Os números iniciais do projeto-piloto, lançado em 2003, não eram promissores, apenas quatro agricultores participaram. Com a divulgação das vantagens e um trabalho incessante dos engenheiros agrônomos da Secretaria, no segundo ciclo, 2004/2005, alcançamos a marca de quase mil produtores e um valor subvencionado da ordem de mais de R\$1 milhão.

Para o ciclo 2005/2006, por meio de zoneamento agrícola realizado pelo nosso instituto de pesquisa - IAC, com base em coleta de dados junto a uma rede de mais de 100 estações meteorológicas instaladas pela Secretaria, em parceria com outras entidades, são 19 culturas contempladas conforme demandas do setor. O Governo do Estado disponibiliza R\$29 milhões por meio do FEAP/ Banagro.

Para participar, é simples. O produtor, com renda bruta anual de até R\$185 mil, faz o seguro da sua safra junto às seguradoras credenciadas pelo Projeto. De posse da apólice, ele procura a Casa de Agricultura do seu município e pleiteia a adesão por meio de um termo de compromisso. Após serem atendidos todos os requisitos necessários, 50% do valor pago pelo produtor relativo ao prêmio do seguro é devolvido por meio de uma conta corrente no Banco Nossa Caixa, o agente financeiro oficial do Estado de São Paulo.



**SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ





PROGRAMAS SOCIAIS

Os RESULTADOS DO BOM PRATO E DO VIVALEITE

Quando o combate à fome se transformou em tema permanente dos governantes, destacamos os êxitos e as experiências positivas que têm tido os programas de alimentação e nutrição desenvolvidos no Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento: o Vivaleite e o Bom Prato. Mas há a grande questão: o que têm a ver programas sociais de complementação alimentar com o agronegócio?

Aqui em São Paulo, os principais programas de nutrição são desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento por uma razão bastante simples: eles têm reflexos altamente positivos nos agronegócios. Ou seja, o Estado absorve importante fatia da produção, estimulando as cadeias produtivas.

Vejamos, por exemplo, o Projeto Vivaleite, que

distribui 15 litros de leite por mês a 720 mil famílias de baixa renda em todos os 645 municípios do Estado. E o programa não consiste apenas na entrega do leite; o produto é enriquecido com vitaminas A e D, ferro e com percentual de 3% de gordura, nutrientes importantes para o desenvolvimento de crianças de 6 meses a seis anos e 11 meses de idade e idosos acima de 60 anos. Anualmente, são distribuídos cerca de 130 milhões de litros de leite, absorvendo 8% da produção de leite tipo C produzido no Estado.

Além da abrangência no atendimento, há rigor no cadastro das famílias. Não basta apenas distribuir o benefício. É necessário também saber quem são as famílias atendidas e se realmente se enquadram nos critérios dos programas. E nesse sentido, há rigor na seleção. O cadastramento das famílias

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



nos programas é feito pelas prefeituras (no interior) e pelas entidades assistenciais (na capital e Grande São Paulo) por meio da internet. O sistema não permite duplicidade de cadastro, é transparente e à prova de fraudes e indica quando as famílias deixam de atender aos critérios dos programas, permitindo novas adesões.

O Bom Prato é também um programa de alcance extraordinário. E seu sucesso está no preço: uma refeição balanceada, com salada, legumes, carne, arroz, feijão, pão, suco e fruta, sai por R\$1,00, graças a uma parceria entre o Estado e entidades filantrópicas. O governo subsidia R\$2,25 por refeição e, desde que foi implantado, em dezembro de 2000, o Bom Prato já serviu mais de 22 milhões de refeições. Se considerarmos que de segunda a sexta-feira são atendidas em média 27.500 pessoas, no final de um ano, chegaremos a mais de 7 milhões.

Atualmente, o Projeto conta com 18 restaurantes em funcionamento, sendo: 12 na Capital, 3 na

INFRA-ESTRUTURA

MELHORANDO OS CAMINHOS DA PRODUÇÃO

Não basta produzir, se não temos como conduzir nossos produtos do campo para a cidade ou da cidade para os nossos portos com destino à exportação. Para isto, a Secretaria, por meio da Codasp - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, trabalha na recuperação de estradas rurais, com tecnologia de conservação ambiental, evitando a erosão e o assoreamento de nascentes, treinando equipes de operadores de máquinas das prefeituras, envolvendo a comunidade local na seleção e no acompanhamento das obras. Um dos programas é o Melhor Caminho, por meio de convênios entre prefeituras e Governo do Estado, que já recuperou mais de 5 mil km de estradas rurais em 550 municípios.

O progresso foi alcançado com a tecnologia do Melhor Caminho, desenvolvida ao longo dos últimos oito anos, visando ao estabelecimento de normas e à qualificação do pessoal para multiplicar suas técnicas. Estes multiplicadores atuam nos municípios em programas como o Pró-estrada. Iniciado em outubro de 2000, é formado por consórcios de seis municípios que recebem do Governo do Estado uma patrulha agrícola composta de um trator de esteiras; uma moto-niveladora; uma pá carregadeira; uma retroescavadeira. São 80 consórcios que atuam nas malhas complementares de estradas rurais das localidades. Dentro deste programa, em 2004, foram liberados mais R\$14,5 milhões aos consórcios para que estes pudessem ampliar o número de máquinas, adquirir outros serviços para melhoria das condições de tráfego dos trechos.

Hoje, o estado de São Paulo tem cerca de duas mil pontes metálicas instaladas, garantindo o tráfego durante todo o ano, como resultado de uma parceria entre a secretaria, que faz a doação mediante convênio, e as prefeituras, as quais ficam responsáveis pelo projeto técnico e cabeceiras das pontes.



Grande São Paulo (Guarulhos, Osasco, Santo André) e 3 no Interior (Campinas, São José dos Campos, São José do Rio Preto). Até o final do ano, mais 3 novas unidades serão implantadas (Santos, Ribeirão Preto, Capital - Zona Sul). Também nos meses de inverno, o Projeto Bom Prato oferece sopa a R\$1,00 das 17h30 ao término da demanda, que chega a 300 refeições/dia, em média por unidade.

A experiência de São Paulo é bastante oportuna e pode servir como exemplo de como gerenciar programas sociais de resultados e com transparência.

Silvio Manginelli

Coordenador da Codeagro (Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios)

SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



Novo modelo de rastreabilidade

Os EUA ainda não importam carne bovina *in natura* do Brasil, devido aos casos de febre aftosa. Atualmente, estão livres de febre aftosa com vacinação e reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE): Rondônia, Acre, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Santa Catarina é o único Estado reconhecido como livre de aftosa sem vacinação. Os EUA aceitam o País livre, mas não a regionalização.

Representantes da Comissão Europeia de Proteção da Saúde e do Consumidor debatem normas de rastreabilidade animal com o Mapa para a retomada das discussões sobre o processo de reestruturação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov).

Os europeus consideram a rastreabilidade um item inegociável no comércio bilateral. A carne de gado exportada para a Comunidade Europeia deve estar certificada, com animais identificados individualmente e as propriedades rurais cadastradas. Os procedimentos adotados pelos países exportadores devem garantir equivalência com a segurança exigida dos produtores europeus.

As questões sanitárias, o manejo fito-zôo-sanitário e a alimentação dos animais devem ser contemplados no sistema de certificação de carne de gado a ser exportada para a UE.

Dentre as alterações no Sisbov, consta a adesão voluntária dos produtores para o mercado interno e obrigatória para exportação. Quem for exportar deve atender às normas específicas de cada mercado importador. O código de identificação passa a admitir outras opções, além de se usar os bancos de dados das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária.

ADAPTAÇÃO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

O novo modelo do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov) de-



verá entrar em vigor no início de 2006, segundo a expectativa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.

Além da questão da rastreabilidade, o Brasil tem uma cota com a UE de 5 mil toneladas de carne oriunda de animal jovem e alimentado apenas com pasto, com exigência de cumprimento de certas regras de criação. O problema é a dificuldade em alimentar o gado apenas com pasto.

Agora, o grupo técnico da UE, que trata dos padrões técnicos agropecuários, passou a aceitar a suplementação alimentar com produtos vegetais, como a cana-de-açúcar. Isso permitirá que mais produtores se especializem na produção dessa carne, com preço diferenciado no mercado internacional.

RISCO "VACA LOUCA"

Com a alteração do sistema de classificação de risco dos países em relação ao "mal da vaca louca" (a encefalopatia espongiforme bovina, ou BSE, na sigla em inglês), a Organização Internacional de Epizootias (OIE) rebaixou o status do Brasil, de risco 1 para 2.

Risco 1 - "negligenciável", o surgimento da doença seria "altamente improvável".

Risco 2 - países com nenhum caso nativo de BSE, mas sem controle durante os sete anos anteriores.

Somente se enquadram no risco 1 os países que não têm a doença, não importaram animais de regiões onde houve casos de BSE nos últimos 7 anos e implantaram todos os sistemas de controle nesse período.

Acontece que o Brasil fez importações de gado de países com registros da doença, como

Canadá e Estados Unidos. O rastreamento dos animais importados da União Européia foi feito, mas os do Canadá e dos EUA ainda estão em processamento. Quando o Brasil informar à OIE o destino dos animais importados desses dois países, poderá obter a classificação 'risco 1' novamente.

O Brasil preparou documentação para recorrer da decisão da OIE. A crítica é quanto à suposição de que as importações feitas há dez anos podem ter algum reflexo atualmente. Essa revisão geral mexeu com vários outros países, inclusive o Chile, rebaixado para o nível 3. A decisão não afeta as exportações brasileiras, mas aumenta a responsabilidade pela adoção de medidas preventivas.

VIOLAÇÃO NOS EUA

Inspetores federais de segurança alimentar dos Estados Unidos descobriram mais de mil casos, desde 2004, em que matadouros do país violaram regras destinadas à prevenção da doença da vaca louca, segundo o Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

Os inspetores emitiram 1.036 autos de infração de janeiro de 2004 a maio de 2005, relacionados à remoção de cérebro, crânio e espinha dorsal de gado com 30 meses de idade ou mais. Essas partes apresentam mais riscos de espalhar a doença de degeneração do cérebro, o chamado mal da vaca louca, e foram banidas depois da descoberta, em dezembro de 2003, do primeiro caso, em Washington.

Um segundo caso confirmado nos Estados Unidos ocorreu neste ano, num animal de mais de oito anos, no Estado do Texas. O animal foi morto em

Brasil vai sediar a 2ª Conferência Internacional de Rastreabilidade

Será realizada em Brasília (DF), de 10 a 12 de abril do próximo ano, a 2ª Conferência Internacional de Rastreabilidade, juntamente com o Global Food Trade Forum, um dos três eventos paralelos que ocorrerão. O Global Food Trade Forum visa criar um ambiente de integração entre os *players* do mercado internacional de alimentos e agentes das cadeias do agronegócio brasileiro.

Este evento vai buscar atrair investimentos, joint ventures, cooperação técnico-científica, processos de agregação de valor e formatação de planos de negócios e parcerias empreendedoras. Haverá exposição de produtos, visitas técnicas a propriedades com sistemas de qualidade e atividades culturais.

Participam da organização da 2ª Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agropecuários: o MAPA, o governo do Distrito Federal, IICA, Banco do Brasil e BNDEs, Grupo Campo e Global Food Trade Forum, da União Européia.

novembro, mas a carne não foi destinada ao consumo humano.

Os documentos mostram casos em que os matadouros não fazem distinção entre animais novos e velhos, em que as partes proibidas não são removidas e em que ferramentas não são devidamente limpas. ■

ONDE SABER MAIS:
www.conferenciarastreabilidade.com.br
www.agricultura.gov.br/conferenciarastreabilidade



Preços na pecuária paulista

EDER PINATTI *

Desde 1994, as margens de lucro da pecuária de corte se reduziram sensivelmente, de modo que, em vários casos,

chega a ser negativa. Assiste-se a um aumento dos preços dos insumos básicos, sem o mesmo aumento das receitas. Isso desperta cres-

cente preocupação com a lucratividade. O setor busca o aperfeiçoamento técnico e a melhoria dos índices zootécnicos, além da aplicação de conceitos gerenciais mais apurados, principalmente, no controle do custo de produção.

O momento atual é bem delicado. Há uma queda nos preços de todas as categorias animais. Ainda é difícil de se definir o momento e como se dará a reversão desse ciclo de baixa dos preços. Mas é improvável que isso ocorra em curto prazo.

É interessante observar a série de preços de Matriz e Novilha, no estado de São Paulo, publicada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), de janeiro de 1995 a julho de 2005, com valores atualizados pelo Índice de Preços no Atacado IPA-DI/FGV de julho de 2005.

A correlação entre os preços de matriz e novilha é altíssima. Apesar de ser a fase fundamental, da produção do bezerro, o primeiro produto da cadeia produtiva, a cria é considerada menos rentável em relação à recria, engorda e ao ciclo completo. Para a produção dos bezerros, o produtor da fase de cria possui três alternativas para obter as matrizes:

1. Pela aquisição de animais prontos para a reprodução;
2. Pela compra de novilhas e bezerras para o acabamento, até atingirem a maturidade sexual;
3. Produção de suas próprias matrizes.

No cenário de margens apertadas, a previsão dos preços futuros das matrizes e novilhas é fundamental para dimensionar custos e evitar prejuízos. Uma descapitalização do produtor compromete sua capacidade futura de produção de bezerros, com diminuição da oferta e elevação de preços dos bezerros.

Para a previsão do preço da matriz e da novilha, se utilizou um modelo econométrico, com geração de previsões para os meses de

Preços de matrizes e novilhas (Estado de São Paulo)

Categoria	Mínimo	Médio	Máximo
Preços de matrizes (1)	R\$ 591,66 julho de 2005	R\$ 713,02	R\$ 839,04 janeiro de 1995
Preços de novilhas (2)	410,14 maio de 2005	R\$ 523,48	R\$ 622,70 janeiro de 1995
Relação (1)/(2)	1,26 maio de 2000	1,37	1,47 maio de 2005

Fonte: IEA

Impacto no resultado econômico

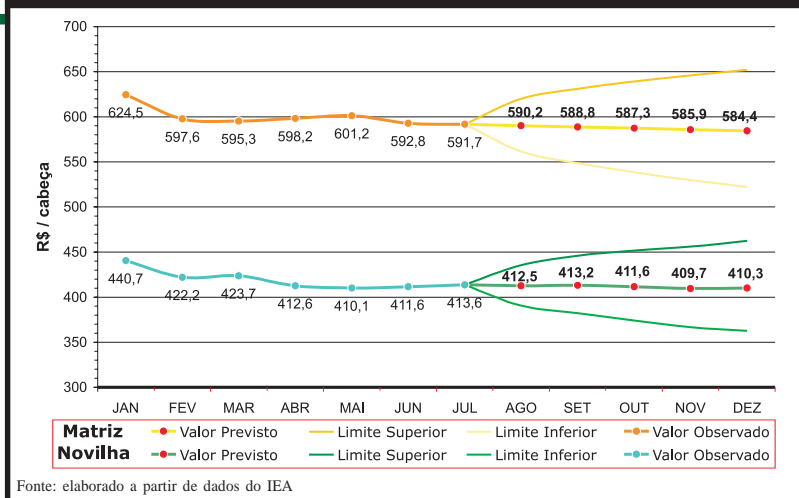
1. Ciclo completo

As características reprodutivas (fertilidade e precocidade) são quase duas vezes mais importantes do que as características produtivas (ganho de peso, peso na desmama e peso aos 18 meses);

2. Fase de cria

As características reprodutivas (fertilidade e precocidade) são de 1,8 a 3 vezes mais importantes economicamente do que as características de crescimento (peso na desmama).

Preços para matriz e novilha, de janeiro de 2005 a dezembro de 2005



agosto a dezembro de 2005.

A previsão foi gerada com base única e exclusivamente na série de preços da matriz e da novilha. Tendo como referência este comportamento, faz-se uma previsão com grande probabilidade de acerto, a menos que ocorra alguma ruptura na economia ou no setor. O modelo econométrico empregado ainda está em fase de desenvolvimento e aperfeiçoamento,

Enquanto os preços da matriz permaneceram estáveis, apesar das pequenas quedas de preço, os preços da novilha ficaram estáveis com pequenas oscilações no período. Assim, os preços das duas categorias têm uma tendência de estabilidade (apesar da leve queda de preços da matriz), pelo menos,

em curto prazo. À medida que a previsão avança no tempo, os limites inferiores e superiores se distanciam, indicando que há uma maior precisão em períodos curtos de tempo.

Apesar de o setor passar por um momento delicado, alguns produtores, como esperam pela reversão da tendência de baixa, começam a diminuir o descarte de fêmeas, principalmente das mais jovens. A maior evidência disso está na estabilidade de preços das duas categorias. Assim, os pecuaristas já se preparam para 2006.

* Pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo; e-mail: pinatti@iea.sp.gov.br.

Expectat



ALCIDES DE MOURA TORRES JR. *
e ANA ALICE VASCONCELLOS**

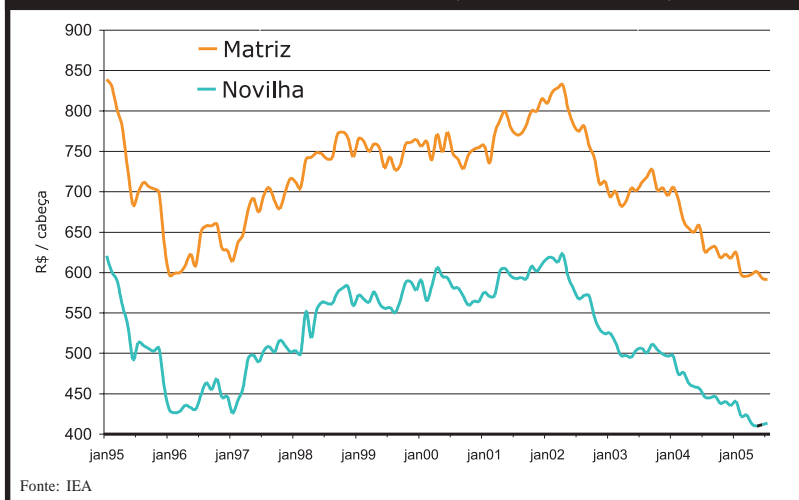
A diferença registrada para os preços do boi gordo entre os períodos de safra e entressafra diminui. Com isso, vender animais terminados durante o período seco não é mais garantia de preços altos.

Na década de 80, quando foi registrada a maior amplitude de preços, a inflação era elevada e a implementação de estratégias de engorda para o período seco ainda era incipiente. Eram poucos os confinamentos e semiconfinamentos. O uso de sais proteinados estava em seu início, assim como a tecnologia de uma maneira geral.

Essa realidade mudou. Neste ano, por exemplo, a aposta inicial era de um crescimento no volume de animais confinados e semiconfinados. Caminhamos para a entressafra e, cada vez mais, constatamos que a tendência será ao contrário, de diminuição.

Com base em informações levantadas junto ao mercado, projetamos a seguinte quantidade de cabeças bovinas em engorda intensiva: confina-

Preços de matriz e de novilha (Estado de São Paulo)



ivas para o confinamento



mento, 1,51 milhões de cabeças, e semiconfinamento, 2,58 milhões de cabeças.

Normalmente, em maio, é realizada uma pesquisa preliminar, para se conhecer a intenção dos produtores. Ao final de julho/início de agosto, é feita uma reavaliação. A consolidação só ocorre no final do ano.

O levantamento preliminar indicou uma perspectiva de aumento de cerca de 5% para o número de cabeças confinadas e semiconfinadas em relação a 2003. Entretanto, dois meses depois, verificou-se que poderia haver um aumento de 15%, o que realmente se confirmou no final do ano.

A consolidação dos números positivos foi possível em função das perspectivas favoráveis de preços, na época, para outubro/novembro. A BM&F - Bolsa Mercantil e de Futuros, inclusive, chegou a apontar valores acima de R\$70,00/@.

Este ano, aconteceu o contrário. As relações de troca relativamente favoráveis para aquisição de animais para reposição e insumos, além da adoção aparentemente mais intensa de tecnologia, fizeram supor novo crescimento, que o volume de animais semiconfinados aumentaria cerca de 1,5%, ao passo que o confinamento deveria crescer entre 3% e 5%.

Os preços vi-
gentes da arroba

do boi gordo, considerados baixos, e o clima adverso, que prejudicou a produção de volumosos, justificaram as previsões comedidas em relação às registradas em 2004. Mas, ainda assim, a tendência parecia ser de aumento.

para confinamentos e semiconfinamentos também recuaram. Uma das maiores indústrias do setor apontou uma quebra de 60%.

Os frigoríficos, por sua vez, informam aumento do abate de animais es-
corridos, que deveriam ter ido para o



Contudo, a partir de maio, o mercado do boi gordo se manteve fraco, com os grandes frigoríficos reportando escalas acima de sete dias. O dólar recuou mais, o que levou à queda dos contratos futuros na BM&F. O pessimismo generalizado com relação aos rumos do mercado fez com que o produtor contivesse os custos. Quem pôde, fugiu da engorda intensiva.

Verifica-se agora que a ocupação em boitéis caiu significativamente. Houve quem reportasse retração acima de 70%. Aliás, um dos boitéis pesquisados estava, até meados de agosto, vazio. As vendas de suplementos minerais

cocho, mas passaram longe dele. Sem contar o bom número de produtores que decidiram vender o trato, voltando os animais para os pastos.

Segundo os fabricantes de rações e suplementos minerais, as vendas de sais proteinados é que evoluíram bem.

Mediante esse cenário, é de se esperar que, ao longo da entressafra, as ofertas de animais terminados se ajustem, conferindo maior firmeza ao mercado.

Os preços devem se recuperar, mas dificilmente alcançarão os patamares registrados no ano passado. Em 2004, o boi de São Paulo chegou a R\$64,00/@. Hoje, a distância a ser percorrida para se alcançar esse valor é muito grande, e o dólar baixo não ajuda nem um pouco. ■

* Zootecnista e engenheiro agrônomo;

** médica veterinária (pesquisadores da Scot Consultoria)

scotconsultoria@scotconsultoria.com.br

Brasil: variações nominais das cotações do boi gordo entre os períodos de entressafra em relação à safra

Períodos	Variações
Década de 80	178%
Década de 90	84%
2000 a 2004	12%

Entressafra: outubro/novembro

Safra: abril/maio

Fonte: Scot Consultoria

Rastreabilidade nas cadeias agroindustriais

ÂNGELA PELLEGRINO MISSAGLIA*

A pesar de constituir um sistema complexo e de difícil concretização para a maioria das empresas, a rastreabilidade norteia os negócios da cadeia agroindustrial. Hoje, cada vez mais, os clientes desejam se certificar da segurança, qualidade e autenticidade dos produtos adquiridos.

Rastrear é reconstruir em base coerente e contínua de dados a história de um produto, cuja auditoria se concentra na busca

da empresa; 2) ao atendimento de legislações específicas; 3) aos objetivos e necessidades do negócio.

Uma vez definido, o sistema de rastreabilidade deve ser verificável, consistente, objetivo, orientado a resultados, demonstrável em termos de custo-benefício e de aplicação prática. É uma ferramenta que não está tão somente ligada à segurança do alimento, mas, sim, à gestão do negócio com um todo.

Sobre a rastreabilidade, o comitê técnico ISO TC 34 N 1130 trabalha no documento que se traduzirá na norma ISO 22005, anteriormente, numerada 22519, com o título – Traceability in feed and food chain – General principles and guidance for system design and development. O texto traz uma seqüência lógica e simples para o desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade.

A primeira questão é a definição das etapas da cadeia de produção que será rastreada: produção primária, manufatura, transporte, armazenagem, distribuição.

A tendência internacional é considerar as fases:

- anterior (one step back), para garantir a segurança e autenticidade do produto;
- posterior (one step forward), com informações relativas às necessidades do cliente em termos das características do produto, embalagens, forma de entrega.

O roteiro pressupõe a compatibilidade dos vários sistemas de rastreabilidade implementados pelos agentes da cadeia para se comunicarem efetivamente. Os padrões de comunicação devem ser concordantes e seguir uma norma comum e internacional.

Para ser verificável, com eficácia avaliada e melhoramento contínuo, o sistema estabelece procedimentos documentados e registros para os fluxos de produtos, materiais e informações. Neste aspecto, é necessário um sistema de identificação que defina o produto e o lote, dê subsídios ao fluxo de materiais para o gerenciamento das informações, seu processamento e comunicação.

Para implementação e consistência, o pessoal responsável por seu manuseio, administração e revisão deve estar treinado e apto a utilizá-lo.

Nos produtos processados e constituídos de múltiplos ingredientes, a complexidade do sistema de rastreabilidade aumenta, pois transpõe a cadeia de suprimento horizontal e atua dentro da rede de suprimentos com fornecedores e formas de processamento e diferenciação.

O desafio da indústria de processamento será controlar os parâmetros a rastrear durante a transformação do produto, armazenamento a granel, mistura de lotes. Aqui, entra em avaliação o levantamento do custo-benefício de se rastrear de forma profunda ou mais geral. Isso dependerá da necessidade que o cliente e o consumidor têm pelas informações do produto e seus processos, e o quanto estão dispostos a pagar por elas.

Enfim, rastreabilidade permite a diferenciação de produtos, em tempos de grande acesso à informação, situações de crise em relação à segurança dos produtos, mudanças nos valores culturais e éticos e preservação étnica. A rede inglesa Mark & Spencer, por exemplo, fornece garantias ao seu consumidor sobre a não-utilização de ingredientes geneticamente modificados nos produtos comercializados em sua loja. Com o slogan "We trace it so you can trust it", criou uma cadeia de valor para sustentar o negócio e a credibilidade junto ao seu consumidor.

Para as cadeias produtivas do agronegócio, a rastreabilidade, que há pouco se configurava como uma ameaça de perda de mercados, constitui hoje um sistema de fato e inevitável. Mais do que isso, é uma oportunidade de diferenciação, segmentação e conquista de mercados. Uma condição imperativa para a participação no sistema global de produção de alimentos. ■

* Engenheira química e MSc em Engenharia de Alimentos

ONDE SABER MAIS:
www.cepea.esalq.usp.br/qualiagro

Sistema de rastreabilidade

1. Composição

- Sistemas de identificação;
- Fluxo físico da unidade a ser rastreada;
- Fluxo informacional da unidade.

2. Objetivos

- Redesenhar a história do produto;
- Dar suporte para controle de processo e seu gerenciamento;
- Facilitar a busca por não conformidades;
- Possibilitar a retirada ou o *recall* de produtos do mercado;
- Solucionar reclamações de clientes.

de informações e evidências na tentativa da comparação e avaliação da conformidade com os requisitos da norma utilizada.

A identificação de um produto ou processo apenas completa o sistema de rastreabilidade quando constrói um fluxo de informações.

Com aplicações abrangentes nas cadeias produtivas do agronegócio, o sistema de rastreabilidade resulta do balanço de diversos requisitos e demandas, pois está sujeito: 1) à limitação técnica e econômica

O que é o Qualiagro

O Qualiagro tem por objetivo a participação dos agentes da cadeia nas decisões de elaboração dos documentos normativos para a qualidade dos sistemas agroindustriais. A finalidade é produzir documentos viáveis, práticos e que incluam as necessidades e os anseios de todas as partes.

O Projeto Qualiagro - Sistema de Qualidade nas Cadeias Agroindustriais busca desenvolver, dentro do SINMETRO, mecanismos que venham a reforçar a atuação do MAPA na implementação do Sistema Agrícola de Produção Integrada. Visa, inclusive, que este projeto siga evoluindo para o marco da normalização dentro dos procedimentos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normalização - ABNT.

O Qualiagro se propõe também a elaborar uma versão setorial do programa TIB capaz de se constituir em termos de um verdadeiro instrumento de gestão da qualidade e competitividade de grandes agregados como as energias renováveis, a química fina verde e as biotecnologias.



A força do bagaço de cana

Na matriz energética mundial, os combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral) participam com 59%, enquanto o uso da energia hidráulica representa apenas 2% e o emprego de outros recursos renováveis fica com 11%. Esses dados, da Agência Internacional de Energia (AIE), comprovam a grande dependência dos recursos fósseis.

No Brasil, segundo os dados do Balanço Energético Nacional de 2004, di-

vulgado pelo Ministério de Minas e Energia, da oferta interna de energia de 2003, cerca de 43,8% vieram de fontes renováveis, como, por exemplo, hidráulica, lenha, derivados da cana-de-açúcar e outras fontes limpas. A geração hidráulica e a biomassa correspondem, respectiva-

mente, a 14,6% e 29,2%.

Na verdade, as políticas públicas adotadas no Brasil contribuíram para reduzir o consumo e os custos de importação do petróleo combustível. Com a criação da Petrobrás em 1953, na era Vargas, o Brasil passou a fazer a prospecção de petróleo,

com aumento da sua participação na matriz energética nacional. Os investimentos em prospecção e explora-

Brasil: desenvolvimento na área energética

Item	1979	2003
Produção de álcool	2,85 milhões de m ³	14,5 milhões de m ³
Produção de petróleo	283 milhões de m ³	2,1 bilhões de m ³
Reserva de petróleo	170 mil barris por dia	1.545 mil barris por dia
Geração de eletricidade	30,2 GW	86,5 GW
Linhas de transmissão	155 mil quilômetros	175 mil quilômetros

Brasil: estágios possíveis na evolução da co-geração com bagaço de cana

	Atual	Possível	Futuro
Caldeiras	21 BAR	80 BAR	Uso do sistema BIG/GT - gaseificação de biomassa integrada com turbinas a gás
Geração de vapor	300°C	480°C	
Consumo de vapor por tonelada de cana	530 Kg	340 kg	280 Kg
Equilíbrio	0,012 MWh	-	-
Excedente	-	0,120 MWh/Tc	0,250 MWh/TC
Potencial de excedente	-	7.730 MW	16.111 MW.

Fonte: ÚNICA - Safra 2001/02

ção permitiram a aplicação de tecnologia pioneira no mundo de extração de petróleo em águas profundas, com lâminas d'água de mais de 1000 metros. O resultado foi o considerável aumento do volume na produção e da reserva de petróleo.

EFEITOS DO PROÁLCOOL

Ao mesmo tempo, se buscava um combustível legitimamente nacional. Institucionalizado em

Para os usineiros, a crise de abastecimento de energia em 2001 criou uma grande oportunidade: a venda rentável do excedente de energia para a rede pública. Isso trouxe expansão na capacidade de co-geração de energia com o aproveitamento do bagaço de cana.

Segundo dados da UNICA, uma tonelada de cana gera 1.718 x 10³ Kcal, enquanto um barril de petróleo gera 1.386 x 10³ Kcal. Portanto, uma tonelada de cana gera uma energia equivalente a 1,2

barris de petróleo. Daí, a co-geração ser uma boa alternativa de curto prazo para

Tecnologias para a co-geração		
Tipo	Co-Geração	Custo por KW instalado
Convencional	Apenas na safra	US\$ 500 a 600
Condensação/extração	No ano todo	US\$ 600 a 800
BIG/GT	No ano todo	US\$ 2500

Fonte: Centro de Tecnologia da Copersucar (CTC)

1975, pelo decreto N° 76.593, o Proálcool, pioneiro no mundo, foi criado com três grandes objetivos: 1) Produzir álcool combustível em larga escala; 2) Implementar a lei que obrigava a adição de álcool anidro à gasolina; 3) Estimular a substituição de parte da frota nacional de veículos de passageiros, movidos à gasolina, por veículos com motores a álcool (hidratado).

Por sua vez, a indústria de energia elétrica também desenvolveu tecnologia no campo da construção e operação de grandes centrais hidrelétricas, bem como na operação de sistemas de transmissão a grandes distâncias e em corrente contínua. Seu parque foi aumentado na geração de eletricidade e nas linhas de transmissão. Com isso, reduziu o grau de dependência externa de energia.

a geração de energia.

O processo BIG/GT é capaz de produzir 517kWh por tonelada de cana em energia útil, que corresponde a 30% do consumo nacional de energia elétrica (BEM, 2002).

Embora a co-geração tenha enorme potencial de uso no Brasil, a utilização dos excedentes produzidos pela economia sucroalcooleira ainda é considerada baixa. A recente ratificação do Protocolo de Kyoto vem ampliar o leque de negócios e oportunidades para os usineiros de açúcar e álcool. As aplicações no setor de co-geração de energia por meio do bagaço da cana tendem a ganhar força, principalmente se o governo oferecer: melhores preços e regras claras para os participantes do Programa Governamental PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica). ■

PESQUISA E TECNOLOGIA



JOSÉ VENÂNCIO DE RESENDE*

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com grupos empresariais, que respondem por 90% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, apenas 1,7% das 72 mil empresas pesquisadas investem 3% do faturamento anual para inovar e diferenciar seus produtos. Essa 'nata' do setor industrial desembolsa anualmente R\$1,9 bilhão somente em pesquisa e desenvolvimento interno.

O decreto de regulamentação da Lei no 10.973, de 02/12/2004, de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, deverá ser publicado em breve pelo governo federal.



A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) se prepara para enfrentar os desafios e as oportunidades da lei de inovação. Uma idéia cogitada é a criação de uma Agência (ou outra figura jurídica) para facilitar a utilização dos recursos captados pela empresa com o licenciamento de tecnologias. Outro pensamento é a publicação de uma Política de Inovação Tecnológica, por meio da qual a Embrapa define como utilizar as faculdades previstas na lei de inovação. Com os baixos investimentos no País em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D&I), é preciso aumentar a utilização diária de laboratórios e

equipamentos sofisticados.

O governo paulista finaliza a versão estadual da lei de inovação, a ser encaminhada à Assembléia Legislativa. A proposta prevê medidas, tais como:

- valorização do pesquisador;
- licenciamento do pesquisador para fazer inovação nas empresas;
- apoio ao inventor para desenvolver e patentear sua idéia;
- participação minoritária do Estado no processo de formação das empresas inovadoras;
- participação do Estado em fundos mútuos, registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para investimento de risco na formação de empresas inovadoras;
- abatimento ou redução de ICMS na compra de equipamentos para o investimento em pesquisa e desenvolvimento no âmbito da empresa;
- criação de agência estadual de inovação e competitividade para financiar projetos de risco em empresas para o desenvolvimento de processos e produtos;
- fundo estadual para viabilizar projetos (financiamento a juros baixos, equalização de juros etc.) em áreas como energia alternativa, nanotecnologia, biotecnologia e tecnologia da informação e comunicação; parques tecnológicos e incubadoras de base tecnológica.

A criação de parques tecnológicos pode beneficiar o agronegócio não apenas diretamente como também, de forma indireta, em setores como nanotecnologia, biotecnologia e tecnologia da informação. Da mesma forma, a proposta paulista tem o objetivo de ampliar o número de incubadoras também em áreas da agricultura, como meteorologia, em que as empresas poderão utilizar conhecimentos de previsão de clima, tempo, zoneamento etc.

Qualquer que venha a ser o modelo jurídico adotado para as instituições de pesquisa (autarquia especial, fundação, organização social, empresa ou até mesmo a permanência na administração direta), algumas questões exigem reflexão, senão solução imediata, observadas as peculiaridades de cada Secretaria de

Estado à qual estas instituições estão subordinadas.

- Adotar o dispositivo da Constituição Federal que garante similaridade da autonomia das instituições de pesquisa científica e tecnológica em relação às universidades públicas paulistas;
- Cumprir o Artigo 269 da Constituição do Estado de São Paulo, que dá ao Concite a atribuição de coordenação dos programas de pesquisa e inovação – superando, dessa forma, a frágil definição por decreto do Executivo;
- Cumprir o Artigo 156 da Constituição estadual, de incluir critérios de regionalidade no estabelecimento de programas e ações inseridos nas leis orçamentárias paulistas.

Para a constituição de um verdadeiro Sistema Paulista de C&T&I, deve-se levar adiante idéias para:

- Adotar um programa de investimentos em equipamentos e laboratórios, para uso das instituições como também de empresas, dentro do espírito da lei de inovação. Os recursos poderiam vir de agências financiadoras como BNDES e Banco Mundial.
- Valorizar as carreiras típicas das instituições de pesquisa (de geração, multiplicação e gestão do conhecimento), com critérios de avaliação compatíveis em relação à nova realidade de inserção dessas organizações.
- Fortalecer os conselhos externos das instituições de pesquisa, para tornar seus programas e projetos mais aderentes às aspirações da sociedade,
- Fixar períodos de mandatos dos dirigentes das instituições de pesquisa de maneira a garantir maior estabilidade em médio e longo prazo.
- Fazer convênios com universidades públicas e particulares para promover a interação com alunos e futuros pesquisadores.

Para concluir, sempre é bom lembrar que a medida da tecnologia é dada pelo produto, processo ou serviço gerado, para fins de desenvolvimento industrial e, em sentido mais amplo, econômico e social. ■

* Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA) (venancio@iea.sp.gov.br).

Mudanças no modelo

Os instrumentos privados de financiamento do agronegócio, juntamente com a nota promissória rural e as vendas a termo, respondem por parte expressiva do financiamento da agropecuária. A safra 2004/2005 negociou entre R\$20 e R\$30 bilhões, na forma de CPR. É uma cifra expressiva, quando comparada com os R\$39,5 bilhões programados para empréstimos via crédito rural controlado.

A evolução do montante de recursos oficiais emprestados anualmente para a agropecuária no período de 1970 a 2003 distingue três períodos para análise:

1. De 1970 a 1980: montantes crescentes de empréstimos a taxa de juros reais bastante subsidiadas;
2. De 1981 a 1996: aumento da taxa de juros real e redução do volume de crédito;
3. A partir de 1997: crescimento no volume de crédito, com predomínio de taxas de juros reais positivas, mas inferiores às vigentes na primeira metade da década de 1990.

As tendências de volume de crédito rural oficial e taxa de juros reais se associam. Até meados da década de 1980, as principais fontes foram os recursos do tesouro nacional e os oriundos dos depósitos à vista. A partir da segunda metade da década de 80, as crises fiscais inviabilizavam o Estado de usar os recursos tributários para financiar a agropecuária. A aceleração inflacionária diminuía o montante de depósitos à vista e incrementava os depósitos a prazo.

As quedas das exigibilidades

CARLOS JOSÉ CAETANO BACHA*
GUSTAVO DE SOUZA E SILVA**



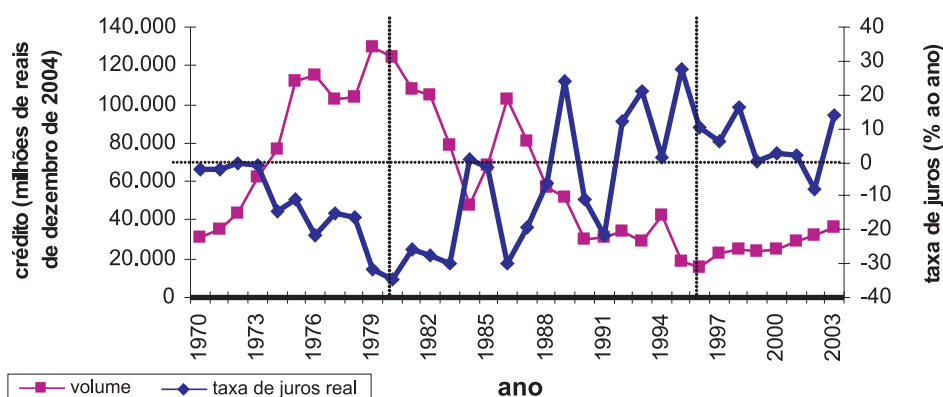
sobre os depósitos à vista forçaram a busca por novos mecanismos de financiamento da agropecuária. Pela resolução nº 1.188 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 05/09/1986, foi criada a poupança rural, com taxas de juros superiores às que se cobrava usando os recursos das exigibilidades.

Diversos fatores explicam a redução no volume e nos subsídios do crédito rural concedido nos anos de 1990 a 1996, tais como: a) inadimplência dos agricultores; b) menor importância das fontes de recursos com baixos custos de captação (tesouro nacional e os recursos obrigatórios dos depósitos à vista), maior participação de recursos com maior custo de empréstimo.

A primeira metade da década de 1990 presenciou significativos atrasos nos pagamentos das dívidas de crédito rural e discussões sobre a renegociação, como a securitização e o Programa Especial para Saneamento de Ativos (PESA):

- A Lei no 9.138, de 29/11/1995 instituiu a securitização;
- Refinanciamento de dívidas de valores até R\$200 mil;
- Pagamentos em parcelas anuais de 7 a 10 anos;
- Juros nominais de 3% mais a variação do preço mínimo;
- A Resolução no 2.471 do CMN de 26/02/1998 instituiu o PESA;
- Dívidas acima de R\$200 mil;
- Prazo para pagamento de 20 anos;
- Encargos iguais ao IGP-M

Evolução do valor e da taxa de juros real do crédito rural - 1970 a 2003



Fonte: BACEN e Bacha et al (2005).

ma bancário a diferença entre a taxa de juros que o mesmo gostaria de receber nas operações de crédito rural e a que de fato os bancos recebem dos produtores rurais (fixadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR). Com isso,

acrescidos de juros de 8% a 10% ao ano;

Em 22/08/1994, por meio da Lei no 8.929, foi criada a cédula de produto rural (CPR), que permite ao agricultor a venda antecipada de um produto agropecuário a ser colhido em futuro próximo. Com isso, o produtor rural pode antecipar a sua receita, mas utilizando um instrumento normatizado pelo governo e que pode ser avalizado pelo sistema bancário. A criação da CPR impulsionou o uso de recursos livres para financiar a agropecuária.

Além das CPRs físicas, baseadas na entrega do produto, a partir de 19 de janeiro de 2000, com base na seqüência das medidas provisórias 2.017, 2.042 e 2.117, que se converteram na Lei no 10.200 de 14/02/2001, passou-se a negociar CPRs financeiras, nas quais o valor adiantado ao produtor era atualizado de acordo com um índice de preços acertado entre o produtor rural e o comprador da CPR. Esse índice de preços pode ser vinculado ao produto negociado ou a um indicador de inflação. Com a criação da CPR financeira, o volume negociado com CPR aumentou significativamente, pois o sistema bancário passou a ser comprador de CPR, e não apenas o seu avalista, pois a CPR passou a ser mais atrativa aos investidores.

A partir da segunda metade da década de 1990, o governo federal

passou a ser mais seletivo na concessão do crédito rural oficial, beneficiando a agricultura familiar. Em 28/06/1996, por meio do Decreto no 1.946, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O intuito desse programa é financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas diretamente pelo produtor rural e sua família. Entre as atividades não agropecuárias, estão contempladas as relacionadas a turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e prestação de serviços no meio rural.

A partir de 1997, o volume de crédito rural volta a aumentar com: 1) A diminuição da taxa de inflação, o que elevou o volume de depósitos à vista captados pelos bancos e, conseqüentemente, implicou maior oferta de crédito; 2) A maior adimplência dos agricultores, o que permitiu maior interesse na concessão de crédito pelos bancos; 3) A implantação do sistema de equalização dos juros por parte do Tesouro Nacional. Nesse sistema, o Tesouro Nacional paga ao siste-

o Tesouro Nacional faz com que os bancos se interessem mais por conceder créditos à agropecuária; 4) A criação de linhas de crédito específicas para o financiamento de investimento, tais como o Moderinfra e o Moderfrota. Com

Mudanças no financiamento da agropecuária na década de 1990

- (1) Diminuição da importância do tesouro nacional na concessão de recursos para o crédito rural;
- (2) Criação de instrumentos privados de financiamento da atividade rural;
- (3) Aumento da taxa de juros real cobrada no crédito rural.

Formas de financiamento da agropecuária

	Tesouro nacional	Exigibilidades	Poupança rural*
1985	63,98%	32,36%	—
1989	23,96%	14,45%	51,62%
1990	26,72%	27,38%	39,9%
1995	3,48%	16,88%	52,3%

(*) Com recursos livres em 1990 e 1995

esses programas, os créditos de investimento cresceram significativamente, passando de 16,9% do crédito total em 2000 para 22,9% em 2003.

Apesar do crescimento do volume real de crédito rural nos últimos oito anos, o montante emprestado em 2003 é bem próximo do concedido em 1971. Dentro de sua filosofia de busca por novas fontes de financiamento da agropecuária, no final de 2004, o governo federal criou novos títulos de financiamento, agora, os estendendo aos demais segmentos que compõem o agronegócio, e não se limitando à agropecuária. ■

Os novos instrumentos de financiamento do agronegócio

A Lei no 11.076, de 30 de dezembro de 2004, instituiu os novos títulos de financiamento do agronegócio, os quais são: Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Os principais objetivos desses títulos são: a) aumentar a participação do setor privado no financiamento do agronegócio; b) aumentar a disponibilidade de capital para o setor; c) proporcionar um maior capital de giro dentro do próprio sistema; e d) aliviar os cofres públicos que não possuem capital suficiente para atender à toda a demanda por crédito rural.

O primeiro ponto importante a se destacar sobre os novos títulos é que sua abrangência deixou de ser apenas a agropecuária, passando a envolver o agronegócio como um todo. Antes, apenas os produtores rurais, as cooperativas e associações, ou seja, os agentes que possuísem o produto agropecuário, é que poderiam se financiar tendo por base a produção agropecuária. Agora, todos os agentes da cadeia do agronegócio podem se financiar com a emissão destes instrumentos que se baseiam na produção agropecuária.

O CDA é definido como um

título de crédito que representa a promessa de entrega do produto agropecuário, enquanto o WA é um título de crédito que confere o direito de penhor sob o produto representado pelo CDA. Ambos são emitidos simultaneamente de acordo com a solicitação do depositante dos produtos agropecuários em armazéns que atendam às exigências da nova lei de armazenagem (Lei no 9.973/00) ou dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - Instrução Normativa no 32, de 12 de novembro de 2004, do MAPA - ficando dispensada a emissão do recibo de depósito.

Existem três formas de comercialização do CDA e do WA:

- 1) Negociar o CDA juntamente com o WA, com o valor da mercadoria lastreada;
- 2) Negociar apenas o WA, no qual é definido seu valor e a respectiva taxa de juros (devendo corresponder a uma porcentagem do valor da mercadoria depositada);
- 3) Negociar apenas o CDA, com o valor da mercadoria lastreada menos o valor do WA negociado. É importante ressaltar que no CDA não consta o valor da mercadoria depositada e, sim, a descrição e especificação do produto e o seu peso bruto e líquido.

Estes títulos têm o potencial de proporcionar uma nova dinâmica à comercialização agropecuária, uma vez que eles permitem que os produtos agrícolas sejam negociados sem a transfe-

rência da mercadoria para o comprador. Em outras palavras, o armazém irá emitir um título lastreado no produto colhido e depositado, e este título será comercializado com os investidores institucionais.

A liquidação do CDA e WA e a retirada da mercadoria do armazém, que pode ser feita antes do vencimento dos títulos, só poderão ocorrer mediante a apresentação do CDA juntamente com o WA em nome do mesmo credor ou na situação em que o credor do CDA tenha depositado o valor do WA no respectivo custodiante. Aquele que possuir apenas o WA fica como credor do empréstimo assumido pelo dono do CDA e não poderá exercer o direito de ficar com a mercadoria uma vez que ele só possui o direito de penhor sobre a mesma.

Em síntese, a liquidação do WA é feita pelo pagamento, em dinheiro, do valor determinado no próprio título e, no caso do CDA, sua liquidação se dá pela retirada do produto descrito no próprio título do armazém que o emitiu. O prazo de depósito com a emissão do CDA e do WA é de no máximo um ano, podendo, porém, ser prorrogado por mais um ano a pedido do respectivo credor na data.

São obrigações do depositário: guardar, conservar e manter a qualidade e quantidade do produto, bem como entregá-lo na quantidade e qualidade descritas no CDA e no WA ao respectivo credor. Conclui-se, portanto,

Comparação entre os instrumentos privados de financiamento da agropecuária

Características	CPR física	CPR financeira	CDA	WA	CDCA	LCA	CRA
Denominação	Cédula de Produto Rural - liquidação física.	Cédula de Produto Rural - liquidação financeira.	Certificado de Depósito Agropecuário.	Warrant Agropecuário.	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio.	Letra de Crédito do Agronegócio.	Certificado de Recebíveis do Agronegócio.
Data e norma de criação	Lei no 8.929 de 22/08/1994.	Medidas provisórias 2.017, 2.042 e 2.117 (de 2000), convertidas na Lei no 10.200 de 14/02/2001.	Lei no 11.076 de 30/12/2004.	Lei no 11.076 de 30/12/2004.	Lei no 11.076 de 30/12/2004.	Lei no 11.076 de 30/12/2004.	Lei no 11.076 de 30/12/2004.
Emissor	Produtor rural, empresas agropecuárias, cooperativas e associações de produtores.	Produtor rural, empresas agropecuárias, cooperativas e associações de produtores.	Depositante de produto agropecuário. Pessoa física ou jurídica responsável legal pelos produtos agropecuários entregues a um armazém agropecuário.	Depositante de produto agropecuário. Pessoa física ou jurídica responsável legal pelos produtos agropecuários entregues a um armazém agropecuário.	Pessoas jurídicas que trabalham no beneficiamento, comercialização ou industrialização de produtos agropecuários.	Instituições financeiras públicas ou privadas.	Companhias securatizadoras de Direitos Creditórios do Agronegócio (DCA).
Comprador	Investidores privados, pessoa física ou jurídica, e agroindústrias.	Investidores privados, pessoa física ou jurídica.	Investidores privados, pessoa física ou jurídica, e agroindústrias.	Investidores privados, pessoa física ou jurídica, e agroindústrias.	Investidores privados, pessoa física ou jurídica.	Investidores privados, pessoa física ou jurídica.	Investidores privados, pessoa física ou jurídica.
Sistemática	Emitida antes, durante e depois do plantio, bem como após a colheita. Produtor negocia com agroindústrias, bancos e investidores em geral. Produtor emite a CPR e recebe o valor do título. O título é endossável e renegociável.	Emitido antes, durante e depois do plantio, bem como após a colheita. Produtor negocia com agroindústrias, bancos e investidores em geral. Produtor emite a CPR e recebe o valor do título. O título é renegociável até o seu vencimento.	Emitido com o produto agropecuário depositado num armazém. Registrado em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN e negociado em mercado de balcão ou de Bolsas. Podendo ser renegociado até o seu vencimento. Comercializado junto ou separadamente do WA.	Emitido junto com o CDA. Registrado em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN e negociado em mercado de balcão ou de Bolsas. Podendo ser renegociado até o seu vencimento. Comercializado junto ou separadamente do CDA.	Os Direitos de Créditos do Agronegócio, DCAs, se compõem das notas promissórias rurais, duplicatas rurais, CPR, CDA, WA e demais contratos. Os DCAs são vinculados a um título de crédito denominado CDCA que é registrado em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN e negociado em mercado de balcão ou de Bolsas. Podendo ser renegociado até o seu vencimento.	Os DCAs são vinculados a um título de crédito (LCA) que é registrada em um sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN. A LCA é negociada em mercado de balcão ou de Bolsas. Podendo ser renegociada até o seu vencimento.	Securatizadoras adquirem os DCAs que são vinculados a um título de crédito (CRA) que é registrado em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN e negociado em mercado de balcão ou de Bolsas. Podendo ser renegociado até o seu vencimento.
Forma de Liquidação	Entrega do produto agropecuário.	Preço físico ou índice de preço vezes a quantidade expressa na CPR.	Entrega do produto agropecuário.	Valor do título mais taxa de juros pré-definida.	Valor de resgate (valor de face).	Valor de resgate (valor de face).	Valor de resgate (valor de face).
Garantia	Confiabilidade do emissor, aval bancário e/ou outras garantias.	Confiabilidade do emissor, aval bancário e/ou outras garantias.	Confiabilidade do emissor e/ou garantias adicionais mencionadas no título.	Confiabilidade do emissor e garantias adicionais do respectivo título.	Confiabilidade do emissor e garantias adicionais do respectivo título.	Crédito do emissor e garantias adicionais do respectivo título.	Crédito do emissor e garantias adicionais do respectivo título.

Fonte: elaboração dos autores com base na legislação que criou os títulos supramencionados e SILVA & MARQUES (2005).

que a garantia do CDA é a confiabilidade no armazém emissor do título, ou seja, que não ocorra fraudes ou alterações na mercadoria definida como lastro do CDA. Já o WA, como representa uma dívida sobre o CDA, também tem como garantia a confiabilidade do emissor, uma vez que sua garantia é o CDA. A legislação permite que sejam concedidas garantias adicionais aos títulos emitidos, porém, estas devem ser citadas no próprio título.

Espera-se que CDA e WA devam atrair todos os tipos de investidores interessados, desde pessoa física à jurídica, em especial, os fundos de investimento. A principal idéia destes títulos é trazer o capital destes investidores para o setor do agronegócio. Em especial, tanto o CDA como o WA também deverão atrair as agroindústrias e demais investidores que necessitam do produto agropecuário.

Os CDCAs, LCAs e CRAs têm o potencial de ampliar os recursos para o financiamento do agronegócio, porém com emissores diferenciados. O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais ou pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. O LCA é de emissão exclusiva de instituições financeiras públicas ou privadas. E o CRA é de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio.

Com relação ao CRA, as companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio são classificadas como instituições não financeiras que têm o objetivo de adquirir e securitizar os respectivos recebíveis do agronegócio. Assim, estas companhias podem emitir e disponibilizar títulos de créditos lastreados nestes recebíveis a todos os investidores do

mercado financeiro e de capitais.

CDCA, LCA e CRA são títulos lastreados em recebíveis originados de negociação entre os agentes do agronegócio. Cada título poderá ser vinculado aos direitos creditórios que o seu respectivo emissor tenha: é uma espécie de repasse destes recebíveis aos investidores privados antes dos seus vencimentos. Os recebíveis foram denominados de Direitos Creditórios do Agronegócio (DCA). Dentre os recebíveis, pode-se citar: Notas Promissórias Rurais (NPR), Duplicatas Rurais (DR), Cédula de Produto Rural (CPR), Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA), contratos de fornecimento futuro e outros títulos que a legislação permite que estas pessoas jurídicas emitam em suas operações comerciais.

Os CDCA, LCA e CRA representam pagamento futuro em dinheiro ao respectivo credor, de livre negociação, lastreados nos respectivos DCAs. Nas suas liquidações, ocorre o pagamento do valor de face do título, sendo que as garantias são os créditos do próprio emissor que, ao emitirem estes títulos, passaram a assumir o vencimento dos DCAs, ou seja, ao comprar estes títulos, o investidor passou a comprar um DCA com risco do emissor do CDCA, LCA ou do CRA. A própria legislação, como no caso do CDA/WA, também permite que outras garantias sejam dadas aos respectivos títulos emitidos desde que descritas nos mesmos. Nesse ponto, surge a vantagem da LCA, pois ela pode ter como garantia uma instituição financeira de porte e renome nacional, dando a ela maior atratividade.

O principal objetivo destes títulos é aumentar a disponibilidade de capital para os agentes do agronegócio que financiam e disponibilizam crédito para o produtor rural e as respectivas cooperativas. A emissão e negociação destes três títulos de crédito deverão constituir e concretizar um mercado secundário dos direitos creditórios do agronegócio, tendo o investidor institucional privado, pessoa física ou jurídica como principal fonte de recurso deste mercado.

Uma vez que os três títulos são lastreados por outros títulos de crédito e não mais pelo produto agropecuário, como no caso da CPR, do CDA/WA e dos outros DCAs, estes instrumentos assumem um caráter derivativo, proporcionando uma maior facilidade e aproximação do setor financeiro com o setor agropecuário.

Em síntese, pode-se dizer que estes CDCA, LCA e CRA inovaram os títulos utilizados pelo setor em dois aspectos:

- a) Ampliaram sua abrangência do setor rural produtivo para o agronegócio como um todo;
- b) Estes títulos assumem um caráter derivativo.

Os cinco títulos discutidos poderão ser negociados como ativos financeiros em bolsas de valores e de mercadorias e futuros ou em mercados de balcão autorizados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Os títulos podem ser renegociados, até o seu vencimento, com outros investidores no mercado secundário. ■

* Professor Titular da ESALQ/USP.

** Mestrando em Economia Aplicada pela ESALQ/USP.



Pontapé inicial

Na tentativa de implantar a subvenção federal ao prêmio do seguro rural por meio de leilões disputados por companhias seguradoras interessadas no segmento, o MAPA simplifica a estratégia para consolidar o programa de apoio na safra 2005/06.

Criada pela lei nº 10.823, sancionada pelo presidente Lula em dezembro de 2003, a subvenção federal oficializada na mesma lei começou a ganhar forma em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Debatido há anos, o subsídio ao prêmio ainda se defronta, entretanto, com antigos desafios, como a escassez de recursos garantidos, a ausência de re-seguradoras dispostas a participar desse mercado e a desconfiança dos agricultores, em decorrência dos outros dois obstáculos.

Carente de dinheiro, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apostou na idéia de fracionar os recursos por lotes referentes a regiões e culturas específicas, e realizar leilões entre as seguradoras interessadas em operá-los. Saiam vendedoras aquelas que apresentassem a menor taxa de administração. Houve um leilão, em dezembro de 2004, e foram arrematados R\$270 mil dos R\$1,6 milhão ofertados.

O tímido resultado levou à desconstrução do modelo. Com o abandono dos leilões, desde abril, voltará a vigorar o esquema de livre acesso às verbas disponibilizadas pelo governo. Apesar de o valor ser pequeno para as necessidades dos produtores brasileiros, de alguma maneira, representa o 'pontapé inicial'.

O Comitê Gestor do Seguro Rural aprovou as medidas para o pagamento de subvenção ao prêmio do seguro na safra 2005/2006. Os recursos disponibilizados para o Programa de

Subvenção do Prêmio de Seguro Rural em 2005 somam, respectivamente, R\$10 milhões, contra uma previsão inicial de R\$42 bilhões. Para 2006, foram orçados R\$45 milhões. A serem mantidos os limites dos recursos aprovados, provavelmente haverá mais demanda do que oferta.

O seguro rural ainda não garante a renda prevista pelo produtor, pois cobre o capital investido, seja de financiamento de crédito rural ou recurso próprio do produtor.

A fixação de dois limites de subvenção - financeiro e percentual - visa democratizar o acesso ao mecanismo. O objetivo é auxiliar o crescimento da indústria de seguros no Brasil e desenvolver no produtor rural a cultura do seguro agrícola, de modo a reduzir o risco efetivo da atividade. A participação do governo deve despertar o interesse das seguradoras, tanto assim que a estimativa inicial de R\$500 milhões de importância segurada já foi duplicada.

Também está sob escrutínio o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, ferramenta fundamental para garantir o pagamento das indenizações. Em caso de elevada sinistralidade, as seguradoras usariam numerários do fundo para pagar parte dos prejuízos dos agricultores. Atualmente, o lastro do fundo

equivale ao valor do prêmio arrecadado, em torno de R\$70 milhões e R\$80 milhões.

Na problemática safra 1999/00 a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo arrecadou prêmio de R\$ 33,976 milhões, mas teve de arcar com indenizações no valor de R\$121,446 milhões. No ciclo 2003/04, ocorreu outro revés: no total, os prêmios das poucas companhias do segmento rural, na época, somaram R\$30 milhões, contra sinistros de R\$90 milhões.

Um fator indicado como crucial para o amadurecimento do programa de subvenção e dos negócios com seguro rural é a abertura das operações de resseguro a grupos internacionais. Isso parece próximo com as mudanças em curso nos papéis do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). É preciso 'costurar' o fundo e abrir o mercado. A expectativa de demanda do se-

Como funciona o pagamento da subvenção?

Primeira etapa: credenciamento no Mapa

- Seguradoras comprovam estarem habilitadas para operar e dispor de produtos de seguro rural junto à Superintendência de Seguros Privados (Susep)

Segunda etapa: consulta por meio eletrônico para o MAPA verificar

- Os recursos para atender a seu pleito;
- O produtor não tem restrições no Cadastro de Inadimplentes (Cadin);
- A contratação está dentro do limite operacional estabelecido.

Terceira etapa: confirmação da operação pelo MAPA

- Em caso positivo, a seguradora contratará a operação de seguro e receberá do produtor o valor do prêmio, deduzido da parcela da subvenção.

Valor da subvenção:

- Feijão: 50%
- Algodão, milho e trigo: 40%
- Arroz irrigado, maçã, soja, uva de mesa e uva para vinho: 30%.

Limites da subvenção

- Grãos: R\$7 mil
- Frutas: R\$12 mil

O produtor poderá ser beneficiado com outras parcelas, caso plante mais safras e diferentes culturas no mesmo ano.

guro rural é maior na safra 2005/06, face ao trauma deixado pela quebra da safra de grãos no Sul do País na safra 2004/05.

A falta de segurança ao programa deve prosseguir. Enquanto as taxas de administração deverão subir, para entre 5% e 7%, em média; para alguns produtos, o risco é tão grande que os agricultores não encontram uma empresa disposta a cobrir as possíveis intempéries. No solitário leilão de dezembro, os R\$570 mil ofertados para o milho, por exemplo, não despertaram o interesse das companhias. ■



Recursos humanos para o agronegócio

A moderna visão de agronegócio norteia o desenvolvimento do setor nas economias mais fortes do ocidente e coloca novos desafios para o setor agroindustrial brasileiro. Se é crescente a integração da produção de insumos, da produção agropecuária, da agroindústria e do armazenamento e distribuição, as constantes mudanças nos hábitos dos consumidores tornam cada vez mais complicada a gestão das unidades de produção pertencentes ao Sistema Agroindustrial (SAI).

Neste contexto, é importante a formação de recursos humanos competentes, com um corpo gerencial bem treinado e sintonizado com as peculiaridades da moderna visão de agronegócio. Tudo isso para:

- Vencer os desafios impostos pela necessidade de ser competitivo em nível internacional, não só pela exportação de *commodities*, mas também por produtos com maior valor agregado;
- Garantir o abastecimento interno segundo as necessidades nutricionais e os anseios do consumidor brasileiro.

Assim, para explorar as vantagens competitivas do País na área agroindustrial, torna-se imperativo que as empresas e o poder público contem com profissionais capacitados e familiarizados com a problemática que envolve o funcionamento do sistema agroindustrial.

O Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI) do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, sob a demanda e com o financiamento do Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agro) do Ministério da Ciência e Tecnologia, e com o apoio do CNPq,

da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e da EMBRAPA, além da participação de várias associações patronais e sindicais ligadas ao agronegócio, realizou recentemente um estudo sobre as condições de oferta e demanda de profissionais para o mercado de trabalho do agronegócio no Brasil, publicado na forma de um livro intitulado "Recursos Humanos e Agronegócio: a evolução do perfil profissional". Um primeiro trabalho já tinha sido desenvolvido em 2000.

Com base em entrevistas feitas junto a 619 empresas do agronegócio nacional e 168 cursos de graduação e pós-graduação que formam profissionais para o setor, foram identificadas as novas iniciativas de graduação ou de pós-graduação (*latu sensu e strictu sensu*) voltadas para a formação de recursos humanos para o agronegócio brasileiro, e estas foram comparadas com

o perfil demandado pelos agentes empregadores deste setor no Brasil.

DESAJUSTES

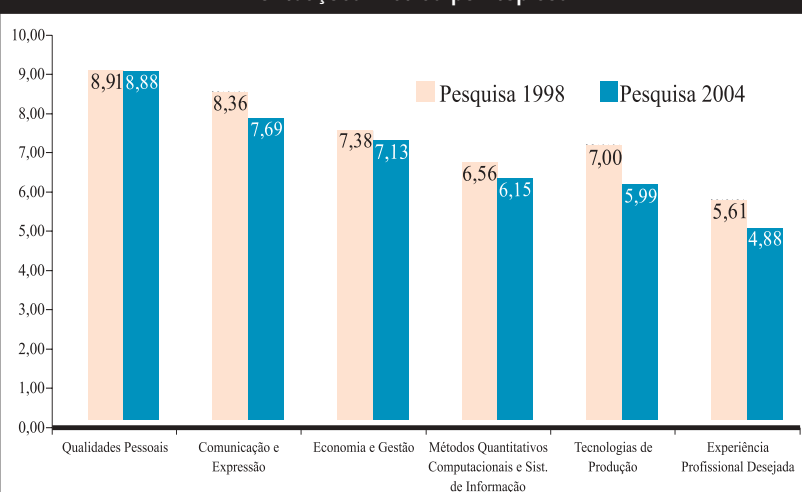
Há um desajuste entre oferta e demanda por profissionais em relação ao item Economia e Gestão. Algumas empresas recomendam aos seus funcionários, graduados em agronomia, zootecnia e outras áreas técnicas, cursos de especialização na área de gestão.

Existem também desajustes com relação às habilidades, aos conhecimentos e à comunicação do grupo de Qualidades Pessoais, e Métodos Quantitativos e Sistemas de Informação. As empresas buscam um perfil profissional mais generalista, em que as habilidades pessoais e de comunicação ganham importância em relação às habilidades técnicas e específicas.

As diretrizes curriculares dos cursos de graduação aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação a partir de 2001 já ressaltavam a importância das habilidades pessoais dos alunos. Apesar de a grande maioria dos projetos pedagógicos estar preocupada em formar alunos líderes, capazes de atuar em grupo, criativos, com capacidade para lidar com o estresse, de alto padrão ético e flexíveis, há pouca mudança nas abordagens de ensino utilizadas em sala.

Existem dificuldades em se compor currículos com equilíbrio entre os conhecimentos básicos da administração e os conhecimentos advindos das

Pontuações médias por tópicos



Fonte: Dados da pesquisa de campo

áreas técnicas ligadas às tecnologias de produto e processo. A oferta de profissionais qualificados para atuarem na área de ensino de agronegócio é escassa, pois exige a integração de muitas disciplinas científicas, econômicas, sociais e práticas, de uma forma sistêmica.

A proliferação de cursos de agronegócio desperta interesse. É salutar que as novas gerações de estudantes vejam oportunidades para construir uma carreira profissional de sucesso. Cabe às Instituições de Ensino Superior e às empresas demandantes capitalizarem este in-

teresse no sentido de tornar o agronegócio brasileiro ainda mais competitivo. Ainda existem dificuldades importantes a serem superadas, mas é estimulante e gratificante saber que a situação hoje é melhor do que aquela encontrada há cinco anos. ■

Principais resultados da pesquisa

Evolução do ensino de agronegócios

- Aumento de "cursos tradicionais" (agronomia, engenharia agrícola, medicina veterinária etc.);
- Identificação de cerca de 100 "cursos novos" para o ensino de agronegócios;
- Grades curriculares segundo a região de localização e os cursos de origem;
- Predomínio de administração, engenharia de produção ou economia com ênfase no agronegócio;
- Foram identificados cursos novos como os de Bacharelado em Agronegócios, cuja maioria ainda não formou nenhuma turma de alunos, em Instituições fora dos grandes centros de pesquisa e educação do País, com dificuldade para atrair e manter professores qualificados na área.

Análise dos diferentes tópicos de habilidades e de conhecimentos

- Houve alguma mudança no perfil do profissional desejado pelas empresas, com queda sutil em todas as médias da pesquisa atual em relação à anterior e uma alteração na hierarquia referente à inversão entre os tópicos de Métodos Quantitativos Computacionais/Sistema de Informação e Tecnologias de Produção;
- A hierarquização entre os tópicos é a seguinte, em ordem decrescente de importância: Qualidades Pessoais, Comunicação e Expressão, Economia e Gestão, Métodos Quantitativos Computacionais e SIs, Tecnologias de Produção e Experiência Profissional Desejada;
- Habilidades e conhecimentos considerados como mais importantes pelas empresas se enquadram nos tópicos de "Qualidades Pessoais" e de "Comunicação e Expressão";
- As empresas esperam que seus funcionários sejam pró-ativos e participem intensamente do cotidiano da empresa, não só na solução de problemas, mas também na visualização de novas oportunidades de negócios;
- Importância dos conhecimentos e das habilidades pessoais, como flexibilidade, iniciativa, capacidade para a tomada de decisão, negociação, trabalho em grupo e alto padrão ético, e os relativos à capacidade de expressão e relacionamento com outros profissionais;
- Por serem passíveis de serem ensinados nas próprias empresas, durante o seu período de adaptação e de integração, as habilidades e os conhecimentos técnicos se tornaram secundários, se comparados com as qualidades pessoais e a capacidade de se comunicar.

Hierarquização entre os tópicos

- Em primeiro lugar, manteve-se o tópico "Qualidades Pessoais", o único que sofreu uma redução inexpressiva entre as

médias dos dois períodos pesquisados. Isso reafirma a grande importância dada a esses conhecimentos e essas habilidades para formar o perfil do profissional considerado ideal pelas empresas do agronegócio. Revela também o grande interesse das empresas em profissionais éticos, flexíveis, que saibam assumir riscos, enfrentar desafios e solucionar problemas;

- Em segundo lugar, se situa o tópico "Comunicação e Expressão", que também manteve a sua posição, mas sofreu uma redução ligeira em seu grau de importância. Os conhecimentos e as habilidades são vistas como essenciais para o perfil do profissional, na medida em que a esfera da interação e do relacionamento interpessoal é considerada um fator chave pelas empresas.

- Em terceiro lugar, está o tópico "Economia e Gestão", que manteve sua posição, apesar de uma leve redução de sua média. Os conhecimentos relacionados à gestão, que são importantes para a realização das atividades do profissional do agronegócio, funcionam como um pré-requisito para sua seleção. Nas entrevistas realizadas com as empresas, observou-se que elas avaliam a capacidade do candidato em relação a esses conhecimentos, principalmente, a partir do renome e da legitimidade da instituição de ensino na qual se formou.

- Houve um ganho de importância dos conhecimentos e das habilidades enquadrados em "Métodos Quantitativos Computacionais", em detrimento daqueles enquadrados em "Tecnologias de Produção". Uma possível causa pode estar relacionada ao fato de que, por um lado, as tecnologias de produção abrangem conhecimentos técnicos do campo e da indústria, que são aplicados por profissionais técnicos especializados, e não por um profissional de gerenciamento. Estes necessitariam somente de uma base de conhecimentos que fosse suficiente para as atividades de gestão;

- O crescimento da importância dada aos conhecimentos em métodos quantitativos computacionais pode estar vinculado à maior difusão e necessidade de utilização de tecnologias de informação (TI), como softwares gerais e específicos, e de bancos de dados, pelos profissionais de gestão;

- Em algumas entrevistas realizadas, foi evidenciada a necessidade de o profissional planejar o sistema de informação, apesar de não ter a responsabilidade de implementá-lo, pois o planejamento requer uma visão integrada de todo o sistema produtivo;

- Na última posição, está o tópico "Experiência Profissional Desejada". Muitas empresas possuem meios próprios de treinamento e de capacitação de seus recursos humanos, em função da especificidade de suas atividades e de suas condições de trabalho. No entanto, a habilidade relativa à realização de estágios durante a formação acadêmica foi, na quase totalidade das entrevistas, considerada um ponto muito positivo para o perfil do profissional, na medida em que o estágio permite os contatos iniciais com o ambiente empresarial e, de certa forma, o amadurecimento do futuro profissional empresarial.



Crédito agrícola e sistema jurídico

LUCIANA FLORÊNCIO DE ALMEIDA *, DÉCIO ZYLBERSZTAJN **
e ÉRICA GORGA ***

O acesso ao crédito é fundamental para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Estudos demonstram a ligação da expansão do mercado de crédito com a existência de um sistema jurídico adequado, que proporcione segurança jurídica ao credor quanto à recuperação rápida do financiamento concedido. O direito molda as transações realizadas entre os agentes econômicos, pois define as regras do jogo. Entretanto, na prática, pouco se sabe sobre como o sistema jurídico influencia a disponibilidade de crédito.

A proteção jurídica ao credor pressupõe a existência de legislação adequada e de cumprimento judicial das regras estipuladas pelos agentes econômicos em tempo desejável. Se os credores puderem reaver o crédito emprestado em caso de não pagamento a partir da execução das garantias do empréstimo e do constrangimento do devedor ao pagamento por via judicial, as taxas de juros serão mais baixas.

Por exemplo, a legislação de falên-

cia, ao determinar a ordem de prioridade de recuperação do crédito, pode afetar o custo manifestado no *spread* e na taxa de juros cobrados pelos agentes financeiros ao conceder empréstimos. O tempo gasto pelo credor para realizar a execução judicial de um contrato de mútuo varia e também influencia a disponibilidade de crédito.

Os ofertantes de crédito, devido às incertezas quanto à sua recuperação, irão contabilizar os riscos nas taxas de juros cobradas, reduzir a oferta e aumentar o rigor nos processos de seleção de tomadores. Nesse cenário, todos saem perdendo.

No Brasil, o subsídio ao financiamento do custeio agrícola, ainda que com papel fundamental na década de 60 com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), perdeu sua força no final da década seguinte. Nos anos 80, o crédito oficial ofertado

passou a um patamar cinco vezes inferior ao que havia se consolidado no período anterior.

Diante da expansão da atividade agrícola e da escassez de recursos, atores da iniciativa privada organizados em torno das cadeias produtivas da agropecuária, tais como indústria de insumo, bancos comerciais e *tradings*, aumentaram sua participação mediante a criação de linhas paralelas de financiamento. Dessa forma, o mercado reagiu à perda de capacidade financiadora do Estado, desenhando nova dinâmica de alocação de recursos. A seleção dos beneficiários do crédito passou a ser realizada a partir do desenvolvimento de mecanismos sofisticados para restringir os riscos de inadimplência assumidos pelas agências financiadoras.

Há um cenário de pouca disponibilidade de crédito para amortizar as despesas com custeio dos produtores, dada a pequena participação do crédito subsidiado e a volatilidade do crédito ofertado pelos agentes privados, como indústrias e *tradings*, que aumentam ou restringem a oferta, a depender do risco associado à transação. Esse risco está atrelado aos preços das *commodities*, à capitalização dos agricultores e à sua capacidade de honrar os financiamentos contraídos, à liquidez das garantias ofertadas na transação e ao tempo que o judiciário leva para determinar a execução dessas garantias e fazer valer os direitos estipulados nos títulos e contratos.

Além disso, deve-se considerar a atual situação dos agricultores, que diante da baixa dos preços no mercado internacional, já solicitam renegociação das dívidas contraídas na safra 2004/2005, as quais se somarão ao total do endividamento do setor, que, segundo o Banco do Brasil, está na ordem de R\$37 bilhões.

Nesse contexto, os agentes priva-

dos criam mecanismos para selecionar os tomadores de crédito, com o objetivo de reduzir o risco e diminuir a inadimplência. Estes mecanismos de controle de quebras contratuais podem ocorrer anteriormente ou posteriormente à contratação do crédito. Como

Execução de um contrato de mútuo

País	Dias
Holanda	48
Japão	60
Coréia do Sul	75
França	75
EUA	250
Brasil	566

Fonte: Djankov et al. Private credit in 129 countries, 2003

precaução prévia, os agentes fazem uso de sistemas de informação e adotam cláusulas que estabelecem garantias contratuais que serão executadas no caso de possíveis inadimplimentos. Os mecanismos pós-contratuais são aqueles utilizados para a solução de conflitos. Eles podem ser de natureza privada, quando os agentes renegociam a dívida em acordos particulares, ou de natureza pública, quando as partes optam por recorrer ao sistema judicial para fazer valer os direitos creditícios.

Os mecanismos estabelecidos antes e depois da contratação do crédito são ferramentas imprescindíveis para definir os arranjos institucionais que irão prevalecer no mercado de crédito.

Em workshops realizados com agentes que atuam no financiamento para custeio da atividade agrícola, o estudo identificou fatores que dificultam o desenvolvimento desse mercado: a) problemas referentes ao registro de garantias, como, por exemplo, a delimitação geográfica de imóveis rurais hipotecados, a qual, baseada num sistema antigo de demarcação, possibilita o comportamento oportunista dos produtores na inscrição da matrícula de imóveis rurais; b) a inexistência de um mercado de seguro rural desenvolvido; c) fatores culturais que levam à maior taxa de inadimplência em determinadas regiões, entre outros.

Um fator apontado recorrentemente consiste na morosidade dos processos judiciais de execução de dívidas, determinada tanto por razões de infraestrutura como pela falta de oficiais de justiça em algumas regiões, quanto por razões de ordem processual, devido à ampla possibilidade de uso de recursos meramente protelatórios que adiam a recuperação do crédito.

Embora a execução dos títulos de crédito seja facilitada pelo ordenamento jurídico em razão da sua natureza de título certo, líquido e exigível, é na operacionalização da ação judicial que os problemas emergem. As indústrias processadoras e de insumo apontam riscos no uso do sistema judiciário em determinadas regiões do País, e essa situação é recorrente para qualquer que seja o contrato celebrado.

Em recente estudo sobre as diversas modalidades de CPR, o Banco

Mundial (Souza, R., Pimental, F. Study on cédula de produto rural (CPR): farm product bond in Brazil. New York: World Bank, 2005) sugere que o sistema judiciário esteja preparado para resolver as eventuais quebras contratuais com CPRs físicas, às quais são atribuídas maiores problemas no momento de alta de preços das commodities.

A renegociação privada da dívida se apresenta como instrumento utilizado pelos agentes credores em detrimento da execução judicial. A razão apontada para adoção desse mecanismo está na maior rapidez em recuperar o crédito associado a custos menores tanto para credores quanto para devedores.

Essa situação pode ser ilustrada pelo evento recente da renegociação do financiamento da safra 2004/2005 devido à seca que abateu diversas culturas e regiões do País, comprometendo a capacidade de pagamento dos produtores. Diante desse quadro, o custo de ir à justiça se torna proibitivo para os agentes. A renegociação privada com base na análise de risco de cada produtor, alinhavada às normativas do Ministério da Agricultura para o financiamento da safra 2005/2006, tem promovido ajuste nos pagamentos, com a prorrogação das parcelas.

Os agentes da indústria afirmam ainda a existência de um viés em setores da magistratura, no sentido do favorecimento dos devedores em razão da motivação ideológica do juiz que deseja realizar "justiça social". Este fator poderá ser reforçado pela nova doutrina jurídica da função social do contrato recepcionada pelo Novo Código Civil, o que pode ocasionar o receio de credores e aumento da insegurança quanto à recuperação do crédito.

Na prática, os agentes financeiros entrevistados relataram que possuem baixos níveis de inadimplência nos empréstimos que concederam. A razão para isso reside no rigor dos processos de avaliação de risco dos tomadores de crédito realizados pelos agentes financiadores, que acabam selecionando agriculto-

res com perfil de baixo risco.

Ocorre que tal nível baixo de inadimplência obtido com o uso dos mecanismos de filtragem ofusca o problema existente da pouca disponibilidade de crédito. As exigências do processo seletivo penalizam grande parcela dos agricultores. O crédito está sendo direcionado a poucos produtores, com potenciais implicações negativas para o desenvolvimento do setor produtivo.

A expansão do crédito no Brasil é condicionada pelo ambiente institucional que delinea as transações de crédito agrícola. A assimetria informacional é controlada pelos agentes financiadores por meio de instrumentos de análise de risco dos tomadores, entretanto, não elimina o risco inerente à natureza dessa operação. A redução dos riscos somente ocorrerá com o desenvolvimento de instrumentos anteriores à contratação do crédito, associados à maior segurança jurídica dos agentes financiadores, seja



pela legislação que garante os direitos do credor seja pela melhora no desempenho do judiciário e a conscientização dos juízes sobre os impactos econômicos de suas decisões. ■

* Doutoranda em Administração da FEA/USP, e-mail: luflorencio@usp.br

* Professor Titular do Departamento de Administração da FEA/USP, e-mail: dezyllber@usp.br

*** Doutora em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP, Pesquisadora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, e-mail: ericagorga@fgvsp.br.

Os autores realizam a pesquisa "Contratos e Instituições nos Agronegócios" na USP, com o patrocínio da Fundação americana Tinker. O objetivo é analisar os arranjos institucionais vigentes no financiamento da produção agrícola e a forma como o sistema legal e os mecanismos privados e públicos de solução dos casos de inadimplência se articulam para garantir a oferta de crédito. Além disso, o estudo visa sugerir políticas públicas e estratégias privadas para a melhoria do ambiente de agronegócios.

Reserva Legal em contra-senso

LUIZ AUGUSTO GERMANI *

Toda lei nasce da consciência da sociedade, com o fim de reger as questões que envolvam "o meu", "o seu" e "o nosso", segundo princípios gerais de Direito, que regulam as relações privadas e públicas, baseados em valores reconhecidos como superiores aos interesses individuais ou de grupos.

Em matéria ambiental, isso também ocorre. A Constituição Federal estabelece, em seu Artigo 225, que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo".

Da leitura dessa norma ambiental maior, podemos inferir a lógica de que o indivíduo está isento de tais obrigações, uma vez que ele, apesar de fazer parte da coletividade, com ela não pode ser confundido.

Qual seria, então, a forma de atuação do poder público e da coletividade, para proteger e preservar o ambiente?

Só há uma resposta possível. O poder público atuar conforme as prerrogativas da administração pública ambiental (fiscalizadora, inclusive), com o uso de sua capacidade funcional e técnica para, em nome da coletividade, utilizar os recursos que pertencem a esta: o tesouro.

Com relação ao indivíduo (pessoa física ou jurídica), a Constituição estabelece que, no caso de ele ter conduta ou atividade considerada lesiva ao meio ambiente, lhes serão impostas sanções penais e administrativas. Isto é, a Constituição impõe, ao indivíduo, a obrigação, exclusiva, de não prejudicar o meio ambiente (obrigação de não fazer).

A legislação infraconstitucional, em especial o Código Florestal Federal, impõe duas limitações àquele que vai interferir diretamente no meio ambiente com desmates:

1. O desmate de uma área nativa pode ocorrer desde que sejam preservadas as matas existentes nas APPs - Áreas de Preservação Permanente (ao longo dos rios, no entorno de nascentes, nas encostas com muito declive etc.), com o fim de evitar erosões e assoreamentos;
2. A preservação de um percentual mínimo da área total do imóvel rural, além das APPs, como RL - Reserva Legal, onde só será permitida a exploração sob manejo sustentado, desde que aprovado pelo poder público.

Expressamente, com relação às APPs, o Código Florestal, em seu Artigo 18, estabelece que: "Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário florestamento ou reflorestamento de preservação permanente, o poder público federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se o proprietário não o fizer:

§ 1º - Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, de seu valor deverá ser indenizado o proprietário".

Assim, prevaleceu:

- No "espírito" do Código, o estabelecido na Constituição: o poder público fará, às custas do tesouro (forma de atuar da coletividade), o reflorestamento ou florestamento da APP, defendendo-a e preservando-a.

Observações com relação às exigências feitas ao proprietário

(1) Reflorestar, deixar regenerar ou compensar aquilo que ele não desmatou

Observação: do ponto de vista jurídico, não há qualquer possibilidade de ser exigido do proprietário de um imóvel rural, tendo em vista que não apresenta relação de causa e efeito; isto é: ninguém pode ser obrigado a refazer ou reconstituir alguma coisa que não desfez ou destruiu.

(2) Reflorestar, deixar regenerar ou compensar aquilo que ele desmatou sob a égide de lei anterior

Observação: fere o Direito Adquirido, pois o proprietário da área pode ter desmatado sob a égide de uma Lei que lhe dava tal permissão, e, ainda, fere o Princípio da Irretroatividade das Leis, vez que a MP só pode exigir em relação a desmates ocorridos a partir de sua publicação.

(3) Diminuir o desmate daquilo que foi adquirido quando lhe era permitido um desmate maior

Observação: há de se imaginar que, por exemplo, se a aquisição foi feita sob a égide de uma lei que permitia o desmate de 50% da área, o aumento da RL para 80%, estaria, eventualmente, inviabilizando um projeto econômico/financeiro; assim, estariam sendo feridos: o Direito Adquirido, o Ato Jurídico Perfeito e, até, legítimas expectativas de direito.

- O bom senso e a legalidade, tendo em vista que muitas áreas rurais foram desmatadas antes da promulgação do Código Florestal (lembrando que as leis não retroagem a fatos pretéritos).

- A égide de leis que impunham ao proprietário de uma área rural um desmate obrigatório das APPs, seja para fins de alcançar uma maior produtividade, seja para fins sanitários (para extinção dos nascedouros ribeirinhos do bicho-barbeiro ou de mosquitos causadores da maleita, por exemplo).

Entretanto, quando o Código Florestal, alterado pela Medida Provisória nº 2166-67, de 24/08/2001, aumentou as áreas de RL em boa parte do País (na Amazônia Legal, de 50% para 80% da área total de cada imóvel rural), o bom senso começou a se esvaír, para findar quando estabeleceu que "o proprietário ou possuidor de imóvel rural, com área de floresta nativa, natural, primitiva ou regenerada ou outra forma de vegetação nativa em extensão inferior" àquelas fixadas, deveria:

- "recompor a reserva legal de sua propriedade mediante plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão estadual competente",

- conduzir a regeneração natural da reserva legal",

- compensar a reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia".

Enfim, o Código Florestal, com as alterações promovidas pela MP (que ainda deverá ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional para se tornar Lei), no que tange às áreas de Reserva Legal, se tornou um verdadeiro amontoado de ilegalidades e inconstitucionalidades que ferem, inclusive, o bom senso. ■

*Advogado e professor de Direito Agrário da FGV; e-mail: germani@germaninet.com.br

O que é a reserva legal

A iniciativa de criação de um Código Florestal surgiu por volta de 1920, quando o presidente Epitácio Pessoa elaborou o anteprojeto do futuro Código Florestal. Em 1934, o projeto foi transformado no Decreto nº 23.793, que ficou conhecido como o Código Florestal de 34.

Dentre as inúmeras inovações deste Código, a mais ousada foi a criação do limite do direito de uso da propriedade, a chamada "quarta parte", ou seja, a reserva obrigatória de vinte e cinco por cento de vegetação nativa de cada propriedade rural.

A denominação de reserva legal veio a partir da Lei 7.803, de 18 de julho de 1989, que introduziu, também, a exigência de averbação ou registro da reserva legal à margem da inscrição da matrícula do imóvel, sendo vedada "a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou desmembramento da área".

Diante da dificuldade dos legisladores em conciliar os interesses dos atores envolvidos no assunto, o Código Florestal sofreu alterações, por meio de leis e medidas provisórias.

A Medida Provisória 1.511, atualmente de número 2166, está em sua 67ª reedição e estabeleceu a obrigatoriedade de preservação de um percentual de mata nativa na propriedade, cuja dimensão varia de acordo com a região:

- 20% nas demais regiões;
- 35% nos Cerrados de transição da Amazônia Legal;
- 80% na Amazônia Legal.

As mais recentes modificações no Código Florestal ocorreram em 27 de maio de 2000, com a reedição da Medida Provisória nº 1956-50, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. O instituto introduziu o chamado mecanismo de compensação da reserva legal, que oferece ao produtor rural que não dispõe dessa área em sua propriedade a alternativa de compensá-la em outra região, equivalente em extensão e relevância ecológica, na mesma microbacia hidrográfica.

Outro destaque dessa MP é a definição, pela primeira vez, da função de reserva legal como área de conservação da biodiversidade, retirando o caráter utilitarista que acompanhou a reserva legal desde os primórdios de sua criação, sendo assim definida como:

"área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativa".

As discussões sobre a reserva legal continuam no Congresso, sem que se chegue a um consenso sobre qual vai ser o destino da mesma. Existe o projeto de lei de conversão à MP 2166-67, que altera o Código Florestal Brasileiro de 1965, cujo relator foi o deputado Moacir Micheletto, aprovado pela Comissão Mista do Congresso em 05 de setembro de 2001. Pela proposta, as pequenas propriedades ficarão isentas da exigência da reserva legal. Para os outros produtores, o projeto amplia a possibilidade de compensação da área de reserva em outras áreas, desde que no mesmo Estado.

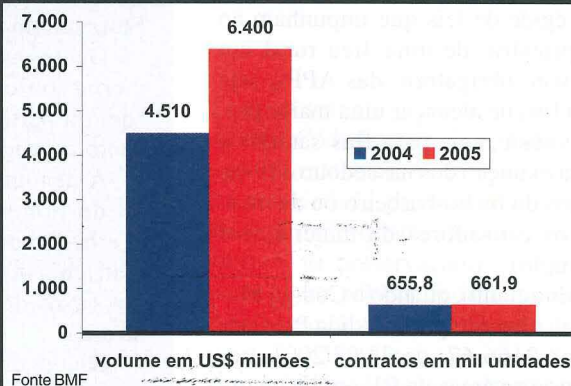
Cresce a "família" agrícola na BM&F

A Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) pretende expandir a família de produtos agropecuários com contratos negociados, que é composta por café, boi gordo, milho, açúcar, álcool, soja, algodão e bezerro. Estão na mira o arroz e o trigo, com estudos para o mercado à vista. Para o primeiro, já está em elaboração a construção de um índice, enquanto, para o segundo, o momento é de fazer sondagem e de sentir a receptividade junto aos moinhos. Se houver demanda, o caminho natural será o lançamento de contratos futuros.

No *ranking* dos papéis negociados na BM&F, o café arábica ocupa a liderança, com um movimento de 600 mil lotes em 2004. Se forem somados os contratos de opção, a quantidade total chega a 68 milhões de sacas. É praticamente o dobro da safra nacional.

Em segundo lugar na quantidade de contratos transacionados aparece o boi gordo, com rápido crescimento recente, em função do salto verificado nas exportações, em que o Brasil passou a ocupar o primeiro posto mundial. Os embarques crescentes fazem com os frigoríficos busquem cobertura e proteção contra riscos. Em 2003, um quarto dos confinadores usava o mer-

Contratos futuros na BM&F - janeiro a agosto

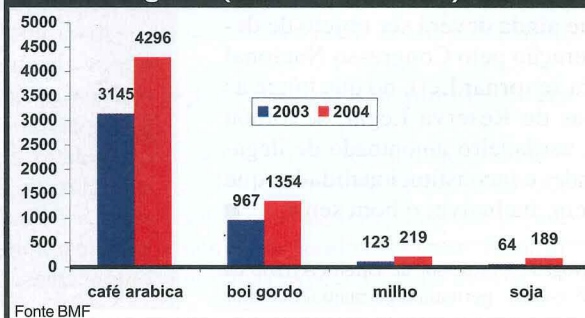


cado de derivativos para se proteger contra as oscilações de preços e do dólar. Em 2004, a participação passou de 40%. O boi movimenta 250 mil lotes por ano e é o único entre as *commodities* agropecuárias sem entrega física.

Para o milho e a soja, a estratégia é de consolidar os contratos existentes. No caso específico do milho, as operações aumentam e devem superar os títulos negociados com açúcar e álcool. Trata-se de um produto eminentemente voltado para o mercado interno. Os maiores interessados são os abatedouros de aves e suínos. O aumento no número de armazéns credenciados, em que a mercadoria é depositada, é um elemento de atratividade do papel. A soja é quase o oposto, pois tem um 'braço' externo significativo, com a formação de seu preço ditada pela Bolsa de Chicago.

Lançados na década de noventa, os contratos futuros dos produtos agropecuários mostram um ritmo de crescimento acima de dois dígitos. No exercício de 2004, a BM&F negociou mais de um milhão de contratos agrícolas, um aumento da ordem de 355 em relação ao ano anterior. Já o movimento financeiro teve uma expansão de 68%, no valor de US\$7,8 bilhões.

Contratos futuros na BM&F - janeiro a agosto (em US\$ milhões)



Recorde em agosto

Até agosto, a expansão no número de contratos negociados foi tênue, de 0,9%, para um movimento financeiro de US\$6,409 bilhões, com aumento de 41,9%. A manter esse ritmo de evolução, no fechamento de exercício, o valor poderá chegar próximo dos US\$8 bilhões. A quantidade de contratos também deverá superar a de 2004, de 1,05 mil contratos.

Os contratos futuros na BM&F registraram volume recorde em agosto, com 119,9 mil operações, sendo 117,3 mil futuros e 2,6 mil opções. O resultado supera em 16,6 % o de setembro de 2004, de 102,9 mil. Outros resultados inéditos foram apurados nos títulos futuros do boi gordo e milho, com 39 mil e 9,8 mil, respectivamente.

As negociações com café, que vinham lentas até julho, em função dos preços altos, tiveram abrupta reação em agosto. No acumulado de janeiro a agosto deste ano, em relação a 2004, enquanto o total de títulos futuros negociados totalizou 309,3 mil, com queda de 19,9%, a movimentação financeira bateu US\$ 4,29 bilhões, um aumento de 36,5%.

Os contratos de boi gordo ficaram no segundo posto, em termos de operações realizadas, com 179,3 mil, uma alta de 27,9%, perante o mesmo período de 2004. A negociação movimentou US\$1,3 bilhão.

No milho, foi também negociado volume recorde de 55,8 mil contratos futuros, contra 52,6 mil no mesmo intervalo do ano passado. Na soja, a quantidade negociada, de 30,6 mil título, supera em 14 vezes o de 2004, para um movimento financeiro de US\$ 188,6 mil.



ACESSE GRÁTIS:
www.embrapa.br
INFORMAÇÕES SOBRE PESQUISAS E TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

**Quem procura informações gratuitas
sobre agropecuária encontra nas
Bibliotecas Virtuais da Embrapa.**

Embrapa
Um Brasil que dá gosto

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL





GVconsult. A consultoria que faz a diferença.

Desenvolva todas as potencialidades do seu agronegócio.
Entre em contato com a GVconsult.

A GVconsult é o braço de consultoria da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Contando com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração de Empresas (EAESP), de Economia (EESP) e de Direito (EDES) da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, garante uma análise profunda, abrangente e atual do seu negócio. Além disso, a GVconsult possui profissionais especializados em agronegócios, prontos para orientá-lo sobre todos os aspectos da sua gestão.

Esteja um passo à frente. Agende uma visita de nossos consultores.

Áreas de Atuação no Agronegócio

Análise de Cadeias Produtivas • Análise de Sistemas de Informação • Análise de Viabilidade de Planos de Negócio • Avaliação de Empresas • Otimização de Processos de Logística

Outras Áreas de Atuação da GVconsult

Administração Hospitalar e de Saúde • Administração Pública Estadual e Federal • Administração Pública Municipal • Análise Econômica • Concurso Público • Controladoria • Direito Empresarial • Estudos de Energia • Finanças • Gestão Ambiental • Gestão de Esportes • Gestão do Capital Humano • Marketing • Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão • Operações - Produção, Serviços e Logística • Planejamento Empresarial • Planos de Previdência Complementar • Reestruturação Organizacional e de Processos • Tecnologia da Informação



Avenida Paulista, 548, 8º andar, São Paulo - SP - Brasil • CEP 01310-000
Tels.: (11) 3281.7784 • 3281.7785 • 3281.7915 • Fax: (11) 3281.7891
gvconsult@fgvsp.br • www.gvconsult.com.br

